

## Quase duas mil vítimas do temporal já foram cadastradas pela Prefeitura



*Ao todo, 91 famílias já estão com dinheiro do aluguel social na conta do Banco Mumbuca e 60 pessoas desabrigadas foram transferidas para pousadas*

Nos dois primeiros dias de funcionamento – terça (05/04) e quarta-feira (06/04) – os cinco polos de atendimento abertos para atender as vítimas da chu-

va em Maricá já receberam quase duas mil pessoas. Nesses locais, as famílias atingidas pelo temporal do último fim de semana passam por uma triagem que têm facilitado o acesso aos benefícios que a Prefeitura de Maricá disponibilizou. Ao todo, 91 famílias já estão com dinheiro do aluguel social na conta do Banco Mumbuca e 60 pessoas desabri-

gadas foram transferidas para pousadas da cidade com subsídio do Governo Municipal.

Os polos – montados no Flamengo, na Mumbuca, no Marquês, em Bambuí e em Itaipuaçu – contam com equipes multidisciplinares da Defesa Civil e das Secretarias de Habitação, Direitos Humanos, Assistência Social e Economia Solidária, que avaliam as necessidades de cada pessoa e a encaminham para os respectivos serviços, como aluguel social e cadastro em programas assistenciais da Prefeitura. Os polos funcionam das 9h às 17h, e estarão abertos até o próximo sábado (09/04).

O maior número de vítimas do temporal procurou atendimento no polo Mumbuca, justamente um dos bairros mais afetados pela chuva: o local recebeu 708 pessoas nos dois primeiros dias de funcionamento, seguido pelo polo Flamengo, com 636 vítimas atendidas, e pelo Marquês, onde 255 pessoas buscaram apoio. Os outros dois polos – Bananal e

Bambuí – receberam 198 e 155 pessoas, respectivamente.

Entre as vítimas, as histórias são semelhantes: casas inundadas, pertences perdidos e a necessidade de recomeçar a vida, como conta a moradora do Caxito, Raquel Rodrigues, de 36 anos. “Minha casa ficou toda molhada por dentro e perdemos tudo. O que eu tenho agora foi o que ganhei. Soube de todo o apoio que a Prefeitura está dando aos moradores e vim entender como posso obter esse benefício”, contou ela nesta quinta-feira (07/04), ao buscar atendimento no polo Flamengo.

Já para Vanessa Lopes, de 26 anos, que mora no bairro Pedreira, a preocupação era mais imediata: obter mantimentos para sua família. “Choveu muito e minha casa ficou toda alagada. Quando soube do polo de atendimento vim em busca de alimentos, já que os itens da nossa dispensa foram perdidos”, disse ela.

Foto: Marcos Fabrício

## Guardas Municipais de Maricá participam de curso de atualização sobre trânsito

*Capacitação é uma exigência do Denatran para a cada três anos. Engenharia de tráfego e ética profissional são alguns dos temas*

A Prefeitura de Maricá promoveu um curso de atualização para 25 guardas municipais que atuam no trânsito da cidade, fruto da parceria entre Secretaria de Trânsito e Engenharia Viária (Sectran) e a Secretaria de Ordem Pública e Gestão de Gabinete Institucional (Seop). As aulas aconteceram de 4 a 7/04, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), Campus Avançado Maricá, em Ubatiba, tendo instrutores do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran) como professores e carga horária de 32 horas semanais, sendo oito por dia.

Entre os assuntos abordados: introdução à engenharia de tráfego; ética profissional; operação e fiscalização; abordagem e legislação aplicada. A capacitação é uma determinação do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e tem como base a Portaria nº 150 de 29/01/2021 que altera

a Portaria nº 94 de 31/05/2017 e institui o Curso de Agente de Trânsito para profissionais que executam as atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento nos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito.

A exigência precisa ser cumprida a cada três anos, para que a categoria não fique desassistida e seja impossibilitada de exercer suas funções. Os novos guardas municipais, no entanto, só poderão fazer o curso após o curso de formação. Diante das atribuições da Guarda Municipal, de orientação e fiscalização de trânsito (Lei Federal nº 13.022), é essencial que os servidores sejam capacitados constantemente. Vale destacar que a corporação é muito ativa na fiscalização e orientação do trânsito maricaense.

“Esse curso é importante para que os guardas municipais não percam seu poder de agentes fiscalizadores, já que sem a atualização, eles não poderiam mais multar ninguém no trânsito, por exemplo. Além disso, trazer o curso para



ser ministrado em Maricá, foi um grande ganho e permitiu uma logística ainda melhor, com mais guardas municipais sendo contemplados de uma só vez, diferente do que das outras vezes em que era necessário que se deslocassem para cidades vizinhas”, disse o secretário de Trânsito e Engenharia Viária, Marcio Carvalho.

“O Código de Trânsito Brasileiro passa constantemente por atualizações, isso exige que o agente de trânsito se capacite, pois refletirá na qualidade do serviço prestado à comunidade”, completou o secretário de Ordem Pública e Gestão de Gabinete Institucional, Rhonaltt Bueno.

Foto: Divulgação

## Sumário

Conteúdo

<b>LEIS E DECRETOS</b>	<b>2</b>
<b>GABINETE DO PREFEITO</b>	<b>2</b>
<b>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>2</b>
<b>SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER</b>	<b>7</b>
<b>SECRETARIA DE GOVERNO</b>	<b>7</b>
<b>SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA E GESTÃO DE GABINETE INSTITUCIONAL</b>	<b>7</b>
<b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FAZENDA</b>	<b>7</b>
<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b>	<b>7</b>
<b>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ</b>	<b>8</b>
<b>EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES</b>	<b>8</b>
<b>INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ</b>	<b>9</b>
<b>INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ</b>	<b>34</b>
<b>AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ</b>	<b>34</b>

## LEIS E DECRETOS

LEI Nº 3.122, DE 06 DE ABRIL DE 2022.

ALTERA A EMENTA E O ART. 1º, DA LEI Nº 3.047, DE 09/09/2021, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O POVO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a ementa da Lei nº 3.047, de 09/09/2021, que passa a vigor com a seguinte forma e redação:

“ESTABELECE A COMPOSIÇÃO, O FUNCIONAMENTO E AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARICÁ, CRIADO PELA LEI Nº 1.655, DE 27/06/97.”

Art. 2º Altera o art. 1º, da Lei nº 3.047, de 09/09/2021, que passa a vigor com a seguinte forma e redação:

“Art. 1º Estabelece a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal Educação de Maricá, órgão colegiado de caráter paritário, responsável pelas atribuições do Poder Público Municipal em matéria consultiva, deliberativa, normativa, fiscalizadora e de assessoramento do Sistema Municipal de Ensino, criado pela Lei Municipal nº 1.655, de 27 de junho de 1997.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, RJ, 06 de abril de 2022.

Fabiano Taques Horta

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

## GABINETE DO PREFEITO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 31 DE 25 DE MARÇO DE 2022

ERRATA:

Art. 1º RETIFICO o Edital de Convocação nº 31 de 25.03.2022, publicado na Edição nº 1290, no JOM de mesma data, página 04, item 04, e Errata publicada no JOM 1294 de 04.04.2022, página 7, Art. 1º e Errata publicada no JOM 1295 de 06.04.2022, página 07, Art. 1º, nos quais identificou-se que:

Onde se lê: 08 de abril de 2022 (JOM nº 1290)

Leia-se: 13 de maio de 2022

Onde se lê: Edital de Convocação nº 32 de 30.03.2022 (JOM nº 1294 e JOM nº 1295)

Leia-se: Edital de Convocação nº 31 de 25.03.2022

Art. 2º O referido Edital de Convocação, com relação completa dos CONVOCADOS, está publicado no Jornal Oficial de Maricá – JOM e divulgado na Internet, na página Oficial do Município – endereço eletrônico: [www.marica.rj.gov.br/concursos/](http://www.marica.rj.gov.br/concursos/)

Marcelo Carvalho dos Santos

Subsecretário de Recursos Humanos

Mat . 106038

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32 DE 30 DE MARÇO DE 2022

ERRATA:

Art. 1º RETIFICO o Edital de Convocação nº 32 de 30.03.2022, publicado na Edição nº 1292, no JOM de mesma data, página 14, item 04, no qual identificou-se que:

Onde se lê: 10 de maio de 2022 (JOM nº 1292)

Leia-se: 24 de maio de 2022

Art. 2º O referido Edital de Convocação, com relação completa dos CONVOCADOS, está publicado no Jornal Oficial de Maricá – JOM e divulgado na Internet, na página Oficial do Município – endereço eletrônico: [www.marica.rj.gov.br/concursos/](http://www.marica.rj.gov.br/concursos/)

Marcelo Carvalho dos Santos

Subsecretário de Recursos Humanos

Mat . 106038

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – EDITAL N° 2/2019

NOTA OFICIAL N° 48

CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL- CFP

A Prefeitura Municipal de Maricá- PMN, por intermédio da Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF- COSEAC, torna público o Resultado Final da primeira turma do Curso de Formação da Guarda Municipal, realizado nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

Nome	Resultado
Alan Roberto Reis Pires	Aprovado
Amanda Castro da Costa	Aprovado
Augusto César Da Silva Siqueira Dias	Aprovado
Caio Victor da Silva Santos	Aprovado
Cristiano Pereira de Paula	Aprovado
Diego Henrique Alves Marqui	Aprovado
Gabriel Pires Alcantara	Aprovado
Hércules Oliveira da Conceição	Aprovado
Matheus Maia de Mello	Aprovado
Najara Tojal dos Santos	Aprovado
Paulo Cezar Araújo Júnior	Aprovado
Rebeca Alves Silva	Aprovado
Rodolpho Silva de Almeida	Aprovado
Rodrigo Lyra Alves	Aprovado
Taiza Toledo de Freitas	Aprovado
Vinicius Teixeira Figueiredo	Aprovado
Waldilene Ferreira Marins	Aprovado

Maricá, 30 de março de 2022

Marcelo Carvalho dos Santos

Subsecretário de Recursos Humanos

Mat . 106038

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021 - REMARCAÇÃO

Processo Administrativo n. 11783/2020 – Objeto: Registro de preços para Fornecimento de material de limpeza e descartáveis. A Pregoeira do Município de Maricá, no uso de suas atribuições, informa que o pregão presencial supracitado que estava SUSPENSO SINE DIE será remarcado para o dia 27/04/2022 às 10 h. As empresas que já retiraram o Edital deverão fazê-lo novamente, devido alterações. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ, portando carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD-RW virgem e uma resma, das 08h às 16:30h ou solicitar pelo e-mail [maricacpl@gmail.com](mailto:maricacpl@gmail.com) ou realizar o download no site pelo link [www.marica.rj.gov.br](http://www.marica.rj.gov.br)>>transparência>>licitacoes em andamento>>editais. Informações pelo e-mail [maricacpl@gmail.com](mailto:maricacpl@gmail.com), Telefones: 3731-2067 | 2637-2053 | 2637-2054 | 2637-2055 | 2637-3706 | 2637-4208.

## SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE REMARCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2022 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Assistência Social, através do Chamamento Público nº 01/2022, oriundo do processo administrativo nº 11324/2021, vem divulgar que a 2ª sessão pública para a divulgação da pontuação e abertura do envelope 2, conforme prevê o edital, que seria realizada no dia 04 de abril de 2022 às 11h, conforme publicado no Jornal Oficial de Maricá – JOM nº 1287 pág. 17, FICA REMARCADA PARA O DIA 11 DE ABRIL ÀS 11H, em virtude das chuvas e estado de emergência em que o município se encontra. Informamos que tal sessão será realizada no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria, Petróleo e Portos, localizado na Rua Domicílio da Gama, 239 - Loja 2 - Centro, Maricá/RJ - CEP: 24900-000.

Maricá, 04 de abril de 2022.

Jorge Luiz Cordeiro da Costa

Matrícula: 110.932

Secretaria Municipal de Assistência Social

## Expediente



PREFEITURA DE  
**MARICÁ**  
#MaisPertoDeVocê



[prefeiturademarica](https://www.facebook.com/prefeiturademarica)



[@MaricaRJ](https://twitter.com/MaricaRJ)



[@prefeiturademarica](https://www.instagram.com/prefeiturademarica)

Jornal Oficial de Maricá

Veículo de publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Maricá.

Órgão Responsável

Setor de Imprensa

R. Álvares de Castro, 346 - Centro  
Maricá/RJ - Tel.: (21) 3731-0289  
CNPJ nº: 29.131.075/0001-93

Jornalista Responsável  
Sérgio Renato - RG MTb: 23259

Diagramação  
Diogo Gonçalves da Mata e  
Robson de Camargo Souza

Distribuição  
Órgãos públicos municipais

Coordenadoria de Comunicação Social

Prefeito Municipal  
Fabiano Horta

[www.marica.rj.gov.br](http://www.marica.rj.gov.br)

**2ª ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas e quarenta minutos, na Secretaria de Assistência Social, reuniram-se os membros da Comissão de Seleção e Julgamento, Thiago da Silva Ribeiro, matrícula 106565; Janine Andrade Correia, matrícula 106631 e Valéria Rocha Bittencourt, matrícula 1035, para julgamento da proposta técnica e preço do Chamamento Público nº 01/2022, referente ao processo administrativo nº 11324/2021, cujo o objeto é celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil – OSC para a implementação e gestão de 2 (dois) equipamentos de assistência social voltados a oferta de serviços de estimulação, orientação e reinserção social à municípios, sendo o “Centro de Atenção Rynalda Rodrigues da Silva” para atendimento de pessoas com deficiência múltipla e intelectual moderada ou grave e o “Centro de Integração e Desenvolvimento de Atividades Socioassistenciais” para o público em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, no âmbito do Município de Maricá. Em questão aos apontamentos feitos na primeira reunião realizada no dia dezesseis de março do corrente ano pela OSC DESAM e a OSC INADH, referente ao encadernamento das propostas, esta comissão entende que o fato das propostas serem apresentadas na forma de fichário não dificulta ou impede a competitividade do certame, tendo em vista que todos os documentos apresentados estão rubricados pelos 03 representantes das 06 OSC concorrentes e pelos membros da Comissão de Julgamento e Seleção. Analisadas as propostas técnicas e de preços, foi constatada que a OSC Espaço, Cidadania e Oportunidade Sociais – ECOS apresentou sua proposta com o objeto divergente ao Edital de Chamamento, impossibilitando a sua análise, tornando a OSC em questão desclassificada. A Comissão chegou ao resultado, para efeito de pontuação das propostas técnicas e de preços, foram adotados os critérios constantes no edital, conforme na tabela abaixo:

FATOR	CRITÉRIOS	METODOLOGIA	PONTUAÇÃO	VIVÁRIO	AMAC	CADVISG	DESAM
			INADH	VIVÁRIO	AMAC	CADVISG	DESAM
A	Fator Grau de Adequação	Apresentação da Organização contendo dissertação acerca de seu histórico e envolvimento com a temática a que se refere o objeto do edital, de forma a comprovar prévio atendimento ao público-alvo.	2	2	2	2	2
		Apresentação da metodologia de trabalho e equipe envolvida na parceria, com as principais funções indicadas por tópicos.	1	1	1	1	0
		Relação das atividades a serem seguidas em conformidade com as metas propostas pela administração.	3	3	3	3	3
		Exposição do planejamento da organização, apontando sugestão técnica sobre a execução do objeto e delimitando os desafios e dificuldades, com indicação de soluções para superá-los.	2	2	2	2	2
		Comprovação de custos presentes no plano de trabalho.	0	0	0	0	2
E	Fator Experiência	Comprovação de experiência.	15	15	10	15	10
		Comprovação de instrumentos de comprovação de capacidade técnica.	14	14	14	14	14
		Apresentação pela organização de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS (nos termos da Resolução CNAS nº 21/16). ***	0	1	0	1	0
		Experiência comprovada do responsável técnico pela execução do objeto da parceria.	1	5	5	5	5
		Experiência da Organização da Sociedade Civil: Trabalho mais recente.	5	5	5	5	1
C	Fator Capacidade Operacional	Relação das metas a serem atingidas e indicadores para aferir o cumprimento das mesmas.	10	10	10	10	10
		Exposição dos prazos para a execução das atividades e/ou das reformas previstas.	5	5	5	5	5
		Apresentação de instrução/manual para atuação em protocolos assistenciais.	5	5	0	5	0
		Detalhamento da infraestrutura física de equipamentos, para apoio a execução do objeto.	5	5	5	5	0
		Detalhamento da infraestrutura física de mobílias, para apoio a execução do objeto.	0	0	5	5	0
P	Fator Preço	Quanto maior, menor será a pontuação.	20	10	10	20	10
TOTAL	88	83	77	98	64		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão e, para constar, a presente ATA que, após lida e acatada, foi assinada pela Comissão de Seleção e Julgamento.

Maricá, 1º de abril de 2022.

Thiago da Silva Ribeiro  
Mat. 106565

Janine Andrade Correia  
Mat. 106631

Valéria Rocha Bittencourt  
Mat. 1035

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 61/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 800/2022.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS - FESO

OBJETO: A CONCESSÃO DE 50 BOLSAS DE ESTUDOS, DISTRIBUÍDAS ATRAVÉS DE APROVAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL N.º 009/2021, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO JUNTO AO “PROGRAMA PASSAPORTE UNIVERSITÁRIO”, QUE VISA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SÓCIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO, COM INÍCIO DE EXECUÇÃO PREVISTO NO ANO DE 2022.

VALOR: R\$ 2.437.239,60 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL, DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL 8666/93, LEI MUNICIPAL N.º 2.872/2019, DECRETO 283/2019, E DECRETO 335/2019

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

PROGRAMA DE TRABALHO: 17.01.12.364.0091.1288

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 236

NOTA DE EMPENHO: 613/2022

DATA DA ASSINATURA: 31/01/2022.

MARICÁ, 31 DE JANEIRO DE 2022.

ADRIANA LUÍZA DA COSTA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA CCC N.º 78 DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 61/2022 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 800/2022.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 61/2022.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do contrato n.º 61/2022 cujo objeto é A CONCESSÃO DE 50 BOLSAS DE ESTUDOS, DISTRIBUÍDAS ATRAVÉS DE APROVAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL N.º 009/2021, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO JUNTO AO “PROGRAMA PASSAPORTE UNIVERSITÁRIO”, QUE VISA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SÓCIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO, COM INÍCIO DE EXECUÇÃO PREVISTO NO ANO DE 2022

FISCAL - LÚCIA CHAVÃO - MATRÍCULA 109.913  
FISCAL - ABIGAIL DIAS MENDES RANGEL - MATRÍCULA 7021  
FISCAL - MARIA DO AMPARO DA SILVA. G. GUIMARÃES - MATRÍCULA 111.699

SUPLENTE – ARIEL DE OLIVEIRA GUERREIRO – MATRÍCULA 111.591

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir do início da vigência do contrato.

Publique-se.

Maricá, em 31 de janeiro de 2022.

ADRIANA LUÍZA DA COSTA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 66/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 806/2022.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA

OBJETO: A CONCESSÃO DE 640 BOLSAS DE ESTUDOS, DISTRIBUÍDAS ATRAVÉS DE APROVAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL N.º 009/2021, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO JUNTO AO “PROGRAMA PASSAPORTE UNIVERSITÁRIO”, QUE VISA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SÓCIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO, COM INÍCIO DE EXECUÇÃO PREVISTO NO ANO DE 2022.

VALOR: R\$ 15.152.485,20 (QUINZE MILHÕES CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8.666, DE 21/06/93, E SUAS ALTERAÇÕES, LEI MUNICIPAL N.º 2.872/2019, DECRETO 283/2019, E DECRETO 335/2019.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

PROGRAMA DE TRABALHO: 17.01.12.364.0091.1288

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00

ORIGEM DO RECURSO: 236

NOTA DE EMPENHO: 611/2022  
 DATA DA ASSINATURA: 31/01/2022.  
 MARICÁ, 31 DE JANEIRO DE 2022.  
 ADRIANA LUÍZA DA COSTA  
 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA CCC N.º 87 DE 31 DE JANEIRO DE 2022.  
 DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 66/2022 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 806/2022.  
 A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 66/2022.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do contrato n.º 66/2022 cujo objeto é A CONCESSÃO DE 640 BOLSAS DE ESTUDOS, DISTRIBUÍDAS ATRAVÉS DE APROVAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 009/2021, NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO JUNTO AO "PROGRAMA PASSAPORTE UNIVERSITÁRIO", QUE VISA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SÓCIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO, COM INÍCIO DE EXECUÇÃO PREVISTO NO ANO DE 2022.  
 FISCAL - LÚCIA CHAVÃO - MATRÍCULA 109.913  
 FISCAL - ABIGAIL DIAS MENDES RANGEL - MATRÍCULA 7021  
 FISCAL - MARIA DO AMPARO DA SILVA. G. GUIMARÃES - MATRÍCULA 111.699

SUPLENTE – ARIEL DE OLIVEIRA GUERREIRO – MATRÍCULA 111.591

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir do início da vigência do contrato.

Publique-se.

Maricá, em 31 de janeiro de 2022.

ADRIANA LUÍZA DA COSTA  
 SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE PERMUTA

PROCESSO: 0001016/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Ana Paula da Silva Gomes, Professora Docente II, Matrícula: 5399, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Valéria Lopes Pereira de Oliveira, matrícula: 11235489-2, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0001509/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Ana Cristina Coação da Silva, Orientadora Pedagógica, Matrícula: 6514, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Renata da Silva Gomes, matrícula: 29446, Coordenadora Pedagógica.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000630/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Ana Lucia Junqueira, Professora Docente II, Matrícula: 3000184, com a servidora da Prefeitura Municipal de Araruama, Camila Protella Ferreira de Figueiredo, matrícula: 9961316, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000525/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Amanda Matos Santos Coutinho, Professora Docente II, Matrícula: 8172, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Jussara Candida Fontoura Filha, matrícula: 7429-0, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0001193/2019

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Andrea Matta de Oliveira, Professora Docente II, Matrícula: 5900, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Daniele Raquel Fernandes Queiroz, matrícula: 17855, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000532/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Adriana Emilio Baca da Silva, Professora Docente II, Matrícula: 6080, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Cely Pereira Machado, matrícula: 13625, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000659/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Arari Silva dos Santos, Professora Docente II, Matrícula: 7915, com o servidor da Prefeitura Municipal de Saquarema, Marlei da Silva Luiz, matrícula: 76370, Professor Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0001248/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Alzira Fernandes da Silva, Professora Docente II, Matrícula: 6209, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Fernanda Moura Viana, matrícula: 19921, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000660/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Adriana da Motta Figueiredo, Professora Docente II, Matrícula: 5630, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Adriana de Freitas Salomão do Nascimento, matrícula: 19750, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0001076/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Adriana Moura Balthazar, Professora Docente II, Matrícula: 7847, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Soraya Carla da Costa Araújo, matrícula: 235931-5, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0011108/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Angélica Mendonça Lucio, Orientadora Educacional, Matrícula: 8112, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Daniele Cristina Cruz Silva Cutrim, matrícula: 30556, Coordenadora Pedagógica.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000959/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Beatriz do Nascimento Cunha, Professora Docente II, Matrícula: 3000325, com a servidora da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Flavia Pereira Duarte Siqueira, matrícula: 339504, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000524/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Claudia da Silva Diniz Trindade, Professora Docente II, Matrícula: 7691, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Neusilene Assad Martinez, matrícula: 8039-1, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0002321/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Cristina Pereira Gonçalves Macedo, Professora Docente II, Matrícula: 5538, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Ana Claudia Carvalho Teixeira, matrícula: 13913, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000714/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Camila Rodrigues Pereira, Professora Docente II, Matrícula: 7693, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Gisele da Costa Alcantara Quintana, matrícula: 7788-1, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000770/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Clarice Barcelos Magalhães Correia, Professora Docente II, Matrícula: 7686, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Claudia Grasiela Barbosa de Faria, matrícula: 22133, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000635/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Cleuza Conceição Gomes Silveira, Professora Docente II, Matrícula: 7937, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Alessandra Honorata dos Santos Rocha, matrícula: 17679, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 00161080/2020

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Daniele Santana Juliano, Professora Docente II, Matrícula: 6655, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Fabiana de Oliveira Silva, matrícula: 112358273, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0001015/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Daniela de Oliveira Barros, Professora Docente II, Matrícula: 7491, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Adriana Antunes Pereira, matrícula: 112355444, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000958/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Dayane Loize de Oliveira Silva Mendonça, Professora Docente II, Matrícula: 3000186, com a servidora da Prefeitura Municipal de Araruama, Jussara Candida Fontoura, matrícula: 993343, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000666/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Daniele Bussinger Dutra Andrade, Professora Docente II, Matrícula: 6994, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Izabela Costa Ramos, matrícula: 23037, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0017430/2020

AUTORIZO a disposição por permuta do servidor Everton Ribeiro dos Santos, Professor Docente II, Matrícula: 7939, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Suelen Silva Alves, matrícula: 7451-0, Professora Docente II.

Maricá, 25 de Março de 2022.

Adriana Luiza da Costa  
 Secretária de Educação

PROCESSO: 0000656/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Erika Lucia Cerqueira Fonseca, Professora Docente II, Matrícula: 7818, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rosana Gildo Vieira, matrícula: 16565, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000421/2022

AUTORIZO a disposição por permuta do servidor Fernando Maia da Motta, Professora Docente I, Matrícula: 7641, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, Rafaela Torres, matrícula: 34343, Professora Docente I. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000628/2021

AUTORIZO a disposição por permuta do servidor Fabio Mendonça Barbosa, Professora Docente I, Matrícula: 7142, com a servidora da Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro, Débora Ferreira Silva, matrícula: 10/234645-0, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0002089/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Fernanda Vargas Alves, Orientadora Educacional, Matrícula: 7302, com a servidora da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Josiane Nazaré Peçanha de Souza, matrícula: 34331-5, Orientadora Pedagógica. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0016862/2020

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Gilcimara da Cunha Silva, Orientadora Pedagógica, Matrícula: 7932, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Patricia Rosa do Nascimento Ornellas, matrícula: 6017-8, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000657/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Gracilene Aguiar dos Santos, Professora Docente II, Matrícula: 6663, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Viviane Augusto da Silva, matrícula: 18447, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0003431/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Geórgia Moreira de Oliveira, Professora Docente II, Matrícula: 5400, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Leisa de Souza Moreira Costa, matrícula: 11235421-5, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000938/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Ivana Lucia Batista de Souza, Orientadora Pedagógica, Matrícula: 5538, com o servidor da Prefeitura Municipal de Búzios, Fillipe dos Santos Portugal, matrícula: 13965, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0002321/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Janete Jane Cardoso Couto, Professora Docente II, Matrícula: 6144, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Alessandra Honorata dos Santos, matrícula: 23601, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000651/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Janete Rosa Rangel, Professora Docente II, Matrícula: 8064, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Deise Sevenier de Souza e Silva, matrícula: 22725, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000319/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Juranete Alves Pereira Henriques, Professora Docente II, Matrícula: 7670, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Cely Pereira Machado, matrícula: 18112, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000819/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Jôse Theodoro Flôres, Professora Docente II, Matrícula: 6324, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Layd Mara Lima Pinheiro, matrícula: 16141, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0001668/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Luciane Rosa Carvalho Mendes, Professora Docente II, Matrícula: 7843, com a servidora da Prefeitura Municipal de Tanguá, Catherine Pereira Chaves, matrícula: 7450, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0001289/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Laurinda Joana Anastácio, Professora Docente II, Matrícula: 5354, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rosiane Teixeira Miranda Corrêa, matrícula: 18568, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000484/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Luana Alves de Souza, Orientadora Educacional, Matrícula: 6451, com o servidor da Prefeitura Municipal de Iguaba Grande, Thiago dos Reis Gonçalves, matrícula: 201820, Professor Docente I. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000447/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Luana Rocha da Silva, Professora Docente II, Matrícula: 7712, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Cristiane Machado Pereira, matrícula: 8026-1, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 000623/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Luiza Caetano Martins de Barros Barcellos, Professora Docente II, Matrícula: 8163, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Thayse Cordeiro da Silva Cortese, matrícula: 236306, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000638/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Lidiane Coutinho de Mendonça Onandia, Orientadora Pedagógica, Matrícula: 7125, com a servidora da Prefeitura Municipal de Araruama, Manoela Carvalho da Costa, matrícula: 0131105, Orientadora Educacional. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000634/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Maria de Fátima de Mendonça, Professora Docente II, Matrícula: 7828, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Tânia de Carvalho Nunes da Conceição, matrícula: 18090, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000865/2021

AUTORIZO a disposição por permuta do servidor Marcos Monteiro Nascimento, Professora Docente II, Matrícula: 3000134, com o servidor da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, Reginaldo Mendes Leite, matrícula: 6300, Professor Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000687/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Marcelle Marques Cotrim Pinto, Professora Docente II, Matrícula: 8031, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Deiselane da Silva Figueiredo, matrícula: 231766, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000526/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Maria Adélia Pacheco Rio Pinto, Professora Docente II, Matrícula: 8038, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Patricia de Oliveira Batista, matrícula: 11235968-5, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000346/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Marcelle Siqueira Ferreira, Professora Docente II, Matrícula: 8385, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Silvania Braga Silva, matrícula: 11237900-0, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0002278/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Michele Silva Villela Pereira de Sousa, Inspetora Escolar, Matrícula: 8257, com o servidor da Prefeitura Municipal de Araruama, Alexandre Diuana de Menezes, matrícula: 9950173, Inspetor Escolar. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0008939/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Marcia Cristina Valentim de Melo, Professora Docente II, Matrícula: 6332, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Katia Oliveira da Cruz, matrícula: 11233631-1, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000450/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Monaliza Lopes Brasil, Professora Docente II, Matrícula: 8246, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Ana Beatriz Monteiro Nascimento, matrícula: 19072, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0001325/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Maria Celina Gonçalves Ferreira, Professora Docente II, Matrícula: 5367, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Kelly Soares Simões, matrícula: 18291, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000632/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Marcela Ramos, Professora Docente II, Matrícula: 6900, com a servidora da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Sandra Aparecida Gurgel Vergne, matrícula: 178211, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0002429/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Olena Costa Nunes, Professora Docente II, Matrícula: 7000, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Monica Ferreira Rigó, matrícula: 2332963, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000744/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Priscila Lourenço Bittencourt da Silva, Professora Docente II, Matrícula: 5473, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Thais Campos da Silva Mendes, matrícula: 22885, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000099/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Roberta Sardinha da Silva, Professora Docente II, Matrícula: 7980, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Luciana Cristina de Oliveira Figueiredo, matrícula: 7676, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000652/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Rejane Maximiliano Rodrigues, Professora Docente II, Matrícula: 7914, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Karina da Rosa Silva Figueira, matrícula: 112371391, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000917/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Rosiane de Souza Moreira, Professora Docente II, Matrícula: 3000327, com a servidora da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Maria do Carmo Maiolino Pinto, matrícula: 21124, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000049/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Raphaela da Silva Garcia Santana, Professora Docente II, Matrícula: 8163, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Marta Fernandes de Carvalho, matrícula: 18522, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000507/2022

AUTORIZO a disposição por permuta do servidor Rafael Ancillotti Pereira, Professora Docente II, Matrícula: 8159, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Alexandra da Silva Santos, matrícula: 7870-0, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000798/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Simone Braz Pereira, Professora Docente II, Matrícula: 7604, com a servidora da Prefeitura Municipal de Belford Roxo, Jane Rodrigues Gomes Pereira, matrícula: 50324, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0004582/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Sabrina da Costa Pelais, Professora Docente II, Matrícula: 3000321, com a servidora da Prefeitura Municipal de Araruama, Aline de Souza Machado, matrícula: 9961264, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000838/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Selma Vieira da Silva, Professora Docente II, Matrícula: 3216, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Marta Fernandes de Carvalho, matrícula: 19997, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0016113/2020

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Sintya Oliveira Rodrigues, Professora Docente II, Matrícula: 5546, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Ironea das Dores Gomes, matrícula: 23265, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0017525/2020

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Solange Marquez, Professora Docente II, Matrícula: 8058, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Luciene Vogas Fernandes, matrícula: 58394-1, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0001211/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Silvana Miller Marinho Almeida Menezes, Professora Docente II, Matrícula: 3000328, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Elisangela da Silva Pereira, matrícula: 28887, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000219/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Simone Magalhães Rodrigues Marques, Professora Docente II, Matrícula: 7800, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Tamiris Maria Pereira e Silva, matrícula: 112378523, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0011699/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Tatiana Corrêa Dias, Professora Docente II, Matrícula: 8154, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, Viviane Barboza dos Santos, matrícula: 28269, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000655/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Tania Nezi da Costa Almeida, Professora Docente II, Matrícula: 6231, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Gilvanete Tavares, matrícula: 14076, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0002246/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Tainan da Silva Santos Fernandes, Professora Docente II, Matrícula: 3000382, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rejane Baptista do Nascimento, matrícula: 17247, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000550/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Vanessa Ribeiro de Oliveira, Professora Docente II, Matrícula: 5532, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rosangela Soares Coelho, matrícula: 16663, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000771/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Viviane Cunha Lourenço, Professora Docente II, Matrícula: 4221, com a servidora da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Helen Silvia Ribeiro de Azevedo, matrícula: 21914, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0003510/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Valéria Cristina Silva de Souza Macêdo, Professora Docente II, Matrícula: 8032, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Janice Oliveira Pereira dos Reis, matrícula: 76600, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000942/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Vanessa dos Santos Batista de Andrade, Professora Docente II, Matrícula: 7356, com a servidora da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Denair Oliveira da Silva, matrícula: 23797, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0001437/2022

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Veronica Couto Machado Bello Macedo, Inspetora Escolar, Matrícula: 3000436, com a servidora da Prefeitura Municipal de Saquarema, Maria da Conceição do Nascimento Gomes, matrícula: 67563-1, Orientadora Educacional. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

PROCESSO: 0000625/2021

AUTORIZO a disposição por permuta da servidora Wellington Carlos Moura Hypolito, Professora Docente II, Matrícula: 6973, com a servidora da Prefeitura Municipal de Niterói, Christina Gonçalves Apolinário, matrícula: 237858-1, Professora Docente II. Maricá, 25 de Março de 2022. Adriana Luiza da Costa Secretária de Educação

ORDEM DE INÍCIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 5017/2021

CONTRATO Nº. 22/2022

Nos termos do contrato nº. 22/2022, de 09/02/2022, firmado entre o Município de Maricá, por intermédio da Secretaria de Educação, e a empresa PIRES MATOS – CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 28.369.352/0001-38, fica a contratada autorizada a iniciar a obra para a construção de edificações anexas (sala multiuso e biblioteca) na Escola Municipal Oswaldo Lima Rodrigues, no valor R\$ 308.343,53 ( Trezentos e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos), gerando seus efeitos a partir de 04 de abril de 2022. Maricá, 04/04/2022

Fiscais

Henrique Lombardo Daflon

Mat. 106.364

Maxwel Fernandes Pereira

Mat. 108.197

José Antônio Frasson Fulgêncio

Mat. 6689

Adriana Luiza da Costa

Secretária de Educação

Mat. 106.010

Claúdio da Silva Matos

Pires Matos – Construções Eireli

CNPJ: 28.369.352/0001-38

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4675/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 02/2022  
HOMOLOGAÇÃO

Em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral do Município e da Assessoria de Controle e Conformidade Processual, AUTORIZO a despesa e HOMOLOGO a licitação NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO, com fulcro na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/02, Lei 12.846/13, Decretos Municipais nº 270/02 e 158/2018, Decreto nº 10.024/2019 e Legislações complementares, que tem por objeto contratação de empresa fornecedora de APARELHOS CONDICIONADORES DE AR DE 60.000 btu's, 36.000 btu's e 18.000 btu's no valor: R\$ 75.900,00 (setenta e cinco mil e novecentos reais) em favor da empresa: I.C SERAFINI REFRIGERAÇÃO - CNPJ: 14.516.591/0001-69, no valor: R\$ 58.980,00 (cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta reais) em favor da empresa: ROKA ASSISTANCE COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ 22.665.775/0001-19, no valor: R\$ 657.384,00 ( seiscentos e cinquenta e sete mil e trezentos e oitenta e quatro reais) em favor da empresa: VENTISOL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA – CNPJ 17.417.928/0001-79.

Maricá, 06 de abril 2022.

Adriana Luiza da Costa  
Matrícula 106.010  
Secretária de Educação

7ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO PARA CONSTITUIÇÃO DO BANCO DE ASSISTENTES DE ALFABETIZAÇÃO VOLUNTÁRIOS PARA O PROGRAMA TEMPO DE APRENDER NO MUNICÍPIO DE MARICÁ, REFERENTE AO EDITAL 04 de 21 de outubro de 2021.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o Programa Tempo de Aprender, instituído pela Portaria do Ministério da Educação de nº280, 19 de fevereiro de 2020 e EDITAL nº 04 de 21 de outubro de 2021.

CONVOCA: os candidatos abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo de Assistentes de Alfabetização, voluntários, para o Programa Tempo de Aprender para comparecer à Secretaria de Educação, localizada na Rua Barcelar da Silva Bezerra, 105 – Boa Vista – Maricá – RJ – Cep: 24900-725, para entrega e conferência de documentos conforme especificado no quadro abaixo:

LISTA DOS CONVOCADOS			
Comparecimento:	Colocação	Nome completo	Pontuação:
13/04/2022 às 9h	66	ELAINE LIMA BAPTISTA	6
	67	HERICA MOREIRA CANDIDO	6
	68	ADRIANA MARIA BRAGA DE SOUZA SILVA	6

1. – Os candidatos deverão se apresentar, pessoalmente, na sede da Secretaria de Educação, localizada na Rua Barcelar da Silva Bezerra, 105 – Boa Vista – Maricá – RJ – Cep: 24900-725, na data e horário especificados no quadro acima, dia 13/04/2022 às 9h, portando os documentos (original e cópia) estabelecidos no subitem 7.6, suas alíneas e incisos, do edital nº 04 de 21 de outubro de 2021.

2. – O não comparecimento na data e horário especificados implicará na perda do direito à vaga.

3. Ressaltamos, que, dentre os documentos que deverão ser apresentados, o comprovante de residência que não estiver em nome do próprio candidato, deverá vir acompanhado de declaração de residência emitida pelo terceiro cujo nome consta no comprovante de residência, acompanhado de cópia do documento de identificação do declarante.

4. A vaga será ocupada somente para aqueles que apresentarem todos os documentos obrigatórios estabelecidos no Edital;

5. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos para o ingresso no Programa Tempo de Aprender ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará a eliminação do candidato.

Adriana Luiza da Costa  
Matrícula 106010  
Secretária Municipal de Educação

## SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

Processo n.º 11636/2011 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer objeto: Implantação e execução da gestão administrativa e esportiva do projeto maricá cidade olímpica, voltado ao alto rendimento.

A Prefeitura de maricá, por intermédio da secretaria municipal de esporte e lazer torna público que decide suspender sessão pública, referente ao edital de chamamento público nº 01/2021.

Maricá, 08 de Abril de 2022.

Carlos Vagner Azevedo Frauches - Matrícula nº 2123

Presidente da Comissão de seleção

Secretaria de Esporte e Lazer

Filipe Dias Bittencourt

Secretário de Esporte e Lazer

Matrícula nº 110.937

## SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA Nº 02 DE 08 DE ABRIL DE 2022.

DESIGNA O ENCARREGADO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DA PREFEITURA DE MARICÁ

O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de aplicação da lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - no âmbito da administração municipal direta e indireta do município de Maricá/RJ, conforme decreto municipal nº 840 de 05 de abril de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Encarregado Geral da Proteção de Dados (DPO – Oficial de Proteção de Dados) da prefeitura, o servidor Gabriel Siggelkow Guimarães - Matrícula nº 109.398.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Maricá, 08 de abril de 2022.

João Maurício de Freitas

Secretário Municipal de Governo

Mat. 110.913

## SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA E GESTÃO DE GABINETE INSTITUCIONAL

CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA DA CORREGEDORIA Nº 002/2022, DE 18 DE JANEIRO DE 2022, JOM 1264.

A CORREGEDORA GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE MARICÁ (CGGMM), no uso de suas atribuições legais, fundamentada na Lei Complementar nº 336 de 10 de Maio de 2021 c/c Lei Complementar 334, de 03 de maio de 2021 e designado pela Portaria nº 07 de 14 de Abril de 2021, versa sobre as competências para as apurações das transgressões disciplinares elencadas na Lei Complementar nº 175 de 12 de março de 2008, RESOLVE:

Quanto ao Servidor Pedro Paulo Moura Gonçalves - matrícula 5249, os ritos processuais da SAD – 02, Punir com 02 (dois) dias de suspensão, conforme Art. 115 e 116 da Lei Complementar 175/2008.

1. REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Maricá.

Secretaria de Ordem Pública e Gestão de Gabinete Institucional

Corregedoria Geral da Guarda Municipal

16 de março de 2022.

Eliana de Souza Lima - Mat. 5270

Corregedora Geral da Guarda Municipal de Maricá

CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA DA CORREGEDORIA Nº 007/2022, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022, JOM 1276.

A CORREGEDORA GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE MARICÁ (CGGMM), no uso de suas atribuições legais, fundamentada na Lei Complementar nº 336 de 10 de Maio de 2021 c/c Lei Complementar 334, de 03 de maio de 2021 e designado pela Portaria nº 07 de 14 de Abril de 2021, versa sobre as competências para as apurações das transgressões disciplinares elencadas na Lei Complementar nº 175 de 12 de março de 2008, RESOLVE:

Quanto ao Servidor José Carlos de Oliveira - matrícula 5653, os ritos processuais da SAD – 04 que, Arquite-se.

1. REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Maricá.

Secretaria de Ordem Pública e Gestão de Gabinete Institucional

Corregedoria Geral da Guarda Municipal

16 de março de 2022.

Eliana de Souza Lima - Mat. 5270

Corregedora Geral da Guarda Municipal de Maricá

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FAZENDA

ORDEM DE INÍCIO

Maricá, 01 de abril de 2022.

ESTAMOS EMITINDO ORDEM DE INÍCIO EM 01/04/2022 AO CONTRATO Nº 59/2022 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2175/2022.

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, PEÇAS DE REPOSIÇÃO E SERVIÇOS, PARA EXPANSÃO DA INFOVIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E 7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

LEONARDO DE OLIVEIRA ALVES

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FAZENDA

## SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N.º 09/2022-SMS, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 553/2022.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E FORMA MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: A AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MARICÁ, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 553/2022, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2021-SMS (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9197/2020, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2020-SMS) VALOR: R\$ 1.392,60 (UM MIL E TREZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS) FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, DECRETO MUNICIPAL N.º 158/2018, SUAS ALTERAÇÕES.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

Programa de Trabalho: 20.02.10.302.0013.2186;

Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.30.00.00.00;

Origem do Recurso: 232;

Nota de Empenho: 101/2022;

DATA DA ASSINATURA: 10/02/2022.

MARICÁ, 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE

PORTARIA N.º 13 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 09/2022-SMS REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 553/2022.

A SECRETÁRIA DE SAÚDE, em observância art. 22, §4 do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal n.º 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato n.º 09/2022-SMS.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do contrato n.º 09/2022-SMS cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MARICÁ, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 553/2022, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 21/2021-SMS (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9197/2020, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2020-SMS)

FISCAL – LEANDRO DA SILVA SANTOS - MAT.: 110.643

FISCAL – FELIPE PIRES FERREIRA – MATRÍCULA 106.643

SUPLENTE – ELAINE DA COSTA MARQUES – MATRÍCULA 109.750

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir do início da vigência do contrato.

Publique-se.

Maricá, em 10 de fevereiro de 2022.

SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE SAÚDE

### **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 10414/2020 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ABERTO ELETRÔNICO N.º 03/2022 - SRP – Pregão eletrônico - CODEMAR HOMOLOGAÇÃO.

Em conformidade com o parecer da Auditoria da CODEMAR, HOMOLOGO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ABERTO ELETRÔNICO, com fulcro no art. 52 §1º da Lei Federal n.º 13.303/16 em sua atual redação que tem por objeto: PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA CODEMAR.

PORTFÓLIO: LOGÍSTICO - AEROPORTO INTELIGENTE/INFRAESTRUTURA CODEMAR | PROGRAMA: FASE 2/PARKING | CENTRO DE LUCRO: AEROPORTO/ESTACIONAMENTO | CENTRO DE LUCRO DETAL: SITIO AEROPORTUÁRIO/ESTACIONAMENTO. Adjudicando o objeto em favor da LICITAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS TEXTEIS, CNPJ N.º 34.682.052/0001-07, NO VALOR DE R\$ 81.655,20 (oitenta e um mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) PARA O LOTE 01.

Em 05 de abril de 2022.

Olavo Noleto Alves

Diretor Presidente

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 15/2019, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6088/2019.

PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ – HADDAD RENT A CAR LOCADORA LTDA. CNPJ: 00.104.659/0001-98

OBJETO: O PRIMEIRO USO DA ATA DE REGISTRO E PREÇOS DE N.º 03/2019 DE 2019 – REFERENTE A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO NA CODEMAR.

VALOR: R\$ 182.352,00(CENTO E OITENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS);

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 13.303/2016 E DECRETO MUNICIPAL N.º 158/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA;

PRAZO: 06 (SEIS) MESES;

PROGRAMA DE TRABALHO: 38.01.04.122.0068.2223

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00

ORIGEM DE RECURSO: 206 – ROYALTIES

EMPENHO N.º: 132/2022;

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2022.

MARICÁ, 05 DE ABRIL DE 2022.

Olavo Noleto Alves

Diretor Presidente

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N.º 011/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0001146/2022.

PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARICÁ – ISAIAS PEIXOTO FIGUEIREDO EIRELI CNPJ: 13.534.340/0001 – 44

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DO PORTÃO DE ACESSO DE AERONAVES AO HANGAR 1 (UM) NO AEROPORTO MUNICIPAL DE MARICÁ – SBMI. VALOR: R\$ 97.719,65 (NOVENTA E SETE MIL, SETECENTOS E DEZENOVE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 13.303/2016, REGULAMENTO INTERNO DA CODEMAR S.A., BEM COMO, TODAS AS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS AO TEMA;

PRAZO: 03 (TRÊZ) MESES;

PROGRAMA DE TRABALHO: 38.01.26.781.0068.1055;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.4.9.0.51.00.00.00;

ORIGEM DE RECURSO: 236 – ROYALTIES PARTICIPAÇÃO ESPECIAL;

EMPENHO N.º: 129/2022;

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2022.

MARICÁ, 06 DE ABRIL DE 2022.

Olavo Noleto Alves

Diretor Presidente

PORTARIA N.º 194 DE 05 DE ABRIL DE 2022.

DESIGNA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 11/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1146/2022.

O PRESIDENTE DA CODEMAR, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Superintendência de Compras, Contratos e Convênios, em observância ao art. 22 § 4º do Decreto Municipal N.º 158/2018 e considerando a necessidade de fiscalizar o cumprimento do contrato 11/2022, cujo objeto é o registro de preço para contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças destinadas às estações de trabalho da CODEMAR.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão de Fiscalização do presente contrato composta pelos servidores abaixo mencionados:

COMISSÃO	NOME COMPLETO	MATRÍCULA
GESTOR DO CONTRATO	Isaac pereira da silva do nascimento	066
FISCAL TÉCNICO	Saulo Vitor Araújo Bucker	203
FISCAL ADMINISTRATIVO	Rafael Andrade Bastos	292
SUPLENTE	Ysamara Gonçalves Pereira da Silva	105

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 16 de março de 2022.

Publique-se!

Companhia de Desenvolvimento de Maricá, 06 de abril de 2022.

Olavo Noleto Alves

Diretor Presidente

Portaria nº 191 de 05 de abril de 2022

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, no uso de suas atribuições legais e, em atenção ao disposto no Art. 30, IV do Estatuto Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear MARGARETH RAQUEL, matrícula 476, a partir de 01/04/2022, para o cargo de Assessor Especial (Anexo I do Estatuto da CODEMAR), subordinado à Diretoria de Sustentabilidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos a partir de 01/04/2022.

Olavo Noleto Alves

Diretor Presidente

Portaria nº 192 de 05 de abril de 2022

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, no uso de suas atribuições legais e, em atenção ao disposto no Art. 30, IV do Estatuto Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear FERNANDA VERGUEIRO RODRIGUES CAPPELLI BOUZON, matrícula 477, a partir de 01/04/2022, para o cargo de Coordenador (Anexo I do Estatuto da CODEMAR), subordinado à Diretoria de Sustentabilidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos a partir de 01/04/2022.

Olavo Noleto Alves

Diretor Presidente

Portaria nº 193 de 05 de abril de 2022

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, no uso de suas atribuições legais e, em atenção ao disposto no Art. 30, IV do Estatuto Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR S.A, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear ALINE NEVES MAURICIO VILLARMOSA, matrícula 478, a partir de 01/04/2022, para o cargo de Assessor Especial (Anexo I do Estatuto da CODEMAR), subordinado à Diretoria de Planejamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos a partir de 01/04/2022.

Olavo Noleto Alves

Diretor Presidente

### **EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES**

Portaria EPT nº 106/2022 de 06 de abril de 2022.

O PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT, no uso das suas atribuições legais, contidas nos incisos IV e VIII do Art.14 da Lei Complementar nº 346 de 15 de dezembro de 2021, considerando o Art. 42, o Art. 43 e, o anexo V do referido diploma legal.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pelo exercício de Função de Confiança, a gratificação de símbolo FG5 à servidora Susan Paiva Ceribello, matrícula 1100101, a partir de 01/05/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01/05/2022. GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT.

Maricá, 06 de abril de 2022.

CELSONO HADDAD LOPES

Presidente EPT

Mat.: 1000122



Portaria EPT nº 107 de 06 de abril de 2022

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021.

RESOLVE:

Art.1º - Destituir, pelo exercício de função de confiança, a gratificação de símbolo FG5 ao servidor Alfredo José Serra Júnior, Matrícula 1100021, em 01/04/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01 de abril de 2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT,  
Maricá, 06 de abril de 2022.

CELSO HADDAD LOPES

Presidente EPT

Mat.: 1000122

Portaria EPT nº 108 de 06 de abril de 2022

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021.

RESOLVE:

Art.1º - Destituir, pelo exercício de função de confiança, a gratificação de símbolo FG5 ao servidor Jefferson Rodrigues Ximenes de Paiva, Matrícula 1100074, em 01/04/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01 de abril de 2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT,  
Maricá, 06 de abril de 2022.

CELSO HADDAD LOPES

Presidente EPT

Mat.: 1000122

Portaria EPT nº 109 de 06 de abril de 2022

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Complementar nº 346 de 15/12/2021.

RESOLVE:

Art.1º - Destituir, pelo exercício de função de confiança, a gratificação de símbolo FG5 ao servidor Rafael Santos Rozendo, Matrícula 1100133, em 01/04/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01 de abril de 2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT,  
Maricá, 06 de abril de 2022.

CELSO HADDAD LOPES

Presidente EPT

Mat.: 1000122

Portaria EPT nº 110/2022 de 06 de abril de 2022.

O PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT, no uso das suas atribuições legais, contidas nos incisos IV e VIII do Art.14 da Lei Complementar nº 346 de 15 de dezembro de 2021, considerando o Art. 42, o Art. 43 e, o anexo V do referido diploma legal.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pelo exercício de Função de Confiança, a gratificação de símbolo FG5 ao servidor Davidson André Guedes, matrícula 1100054, a partir de 01/04/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01/04/2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT,  
Maricá, 06 de abril de 2022.

CELSO HADDAD LOPES

Presidente EPT

Mat.: 1000122

Portaria EPT nº 111/2022 de 06 de abril de 2022.

O PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT, no uso das suas atribuições legais, contidas nos incisos IV e VIII do Art.14 da Lei Complementar nº 346 de 15 de dezembro de 2021, considerando o Art. 42, o Art. 43 e, o anexo V do referido diploma legal.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pelo exercício de Função de Confiança, a gratificação de símbolo FG5 ao servidor Luiz Paulo de Oliveira Lopes, matrícula 1100042, a partir de 01/04/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01/04/2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT.

Maricá, 06 de abril de 2022.

CELSO HADDAD LOPES

Presidente EPT

Mat.: 1000122

Portaria EPT nº 112/2022 de 06 de abril de 2022.

O PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT, no uso das suas atribuições legais, contidas nos incisos IV e VIII do Art.14 da Lei Complementar nº 346 de 15 de dezembro de 2021, considerando o Art. 42, o Art. 43 e, o anexo V do referido diploma legal.

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pelo exercício de Função de Confiança, a gratificação de símbolo FG5 ao servidor Mario André Luquetti Cavalcante, matrícula 1100087, a partir de 01/04/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01/04/2022.

GABINETE DO PRESIDENTE DA AUTARQUIA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT.

Maricá, 06 de abril de 2022.

CELSO HADDAD LOPES

Presidente EPT

Mat.: 1000122

## **INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ-RJ

INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2022

FIRMAR PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), PARA IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA “MUMBUCA FUTURO”

O INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM), com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, regulamentadas pelo Decreto Municipal 054 de 30 de maio de 2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO que tenha por Objeto a Implantação e Gestão de incubadora de Inovação Social em Economia Solidária “Mumbuca Futuro”. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital de Chamamento Público. Poderão participar deste Chamamento Público, Organização da Sociedade Civil (OSC/ORGANIZAÇÃO PARCEIRA), cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto deste Chamamento Público, apresentando-se no INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM), localizada na Rua Barão de Inoã, nº 72, Centro, Maricá/RJ, CEP: 24.901-010, no período compreendido entre 18/04/2022 à 17/05/2022 de 2ª a 6ª feira, em dias úteis, das 10h às 16h. O Edital se encontra-se disponível no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e no Site do ICTIM [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br). O TERMO DE COOPERAÇÃO será gerido pelo INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM) e a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA (OSC) vencedora do presente Chamamento Público, na forma do instrumento convocatório. Essa parceria terá como colaboradora na gestão a Secretaria Municipal de Economia Solidária (Ecosol).

1. FINALIDADE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), por meio da formalização de TERMO DE COLABORAÇÃO, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto 8.726/2016 e posteriores alterações e do Decreto Municipal nº 54/2017 e demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do

TERMO DE COLABORAÇÃO.

1.4. A presente convocação pública visa à seleção da melhor proposta, de acordo com os critérios estabelecidos no presente Edital, que deverá estar em conformidade com o Termo de Referência (ANEXO I), Plano de Trabalho (ANEXO II).

1.5. A participação da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA nesta convocação pública implica a aceitação integral e irrevogável dos termos, cláusulas, condições e anexos deste instrumento, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas e legislações aplicáveis.

1.5.1. Não serão aceitas, sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase da convocação pública e da execução.

1.6. A convocação pública a que se refere este Edital poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público ou anulada, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou à indenização por estes motivos.

1.7. O Edital e seus anexos serão disponibilizados no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e no endereço eletrônico [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br) podendo, alternativamente, ser obtida cópia impressa mediante o fornecimento de papel A4, na Rua Barão de Inoã, nº 72, – Centro - Maricá/RJ, de 2ª a 6ª feira, em dias úteis, das 10h às 16h.

2. OBJETO

2.1. O TERMO DE COLABORAÇÃO terá por objeto através do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), a Implantação e Gestão de incubadora de Inovação Social em Economia Solidária “Mumbuca Futuro”, de acordo com o Termo de Referência (ANEXO I), Plano de Trabalho (ANEXO II).

2.2. Objetivos específicos da parceria

2.2.1. Contratar recursos com vistas à realização de ações articuladas em economia solidária e inovação social em Maricá em parceria com a Secretaria Municipal de Economia Solidária (Ecosol), tendo interface com o Programa Mumbuca Futuro, Decreto Municipal nº 98 de 19 de dezembro de 2017;

2.2.2. Estruturação e desenvolvimento de um polo de economia solidária, educação de jovens matriculados na rede municipal de ensino e famílias em situação de vulnerabilidade em Maricá;

2.2.3. Capacitação de empresas, empreendedores e recursos humanos em economia solidária e inovação social em Maricá;

2.2.4. Impactar e aumentar a qualidade de vida na cidade;

2.2.5. Gerar atrativos para empresas se estabelecerem em Maricá, com vistas à criação de um Arranjo Produtivo Local em economia solidária;

2.2.6. Aumentar a arrecadação do município, por meio da economia solidária, com iniciativas sustentáveis que respeitem o meio ambiente;

2.2.7. Realização de atividades híbridas, apoiadas em plataformas tecnológicas, combinando ambiente virtual com espaços físicos;

2.2.8. Promover encontros educacionais e pedagógicos em formato de oficinas itinerantes nos espaços e prédios público e privados, bem como em comunidades de Maricá;

2.2.9. Realizar seminários, congressos, debates e palestras sobre economia solidária e inovação social na cidade de Maricá;

2.2.10. Realizar a inclusão social e profissional em todas as áreas abrangidas por estes objeto de contrato para pessoas com necessidades especiais;

2.2.11. Fomentar a implantação de um Arranjo Produtivo Local (APL), da economia solidária, do qual os resultados se consolidem com o objetivo da produção local;

2.2.12. Implementação e implantação de soluções inovadoras na área de economia solidária para o município;

2.2.13. Conceder apoio à Administração Pública Municipal para a ordenação e execução de formação em economia solidária realizada no âmbito do Programa Mumbuca Futuro;

2.2.14. Cadastrar estudantes das escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, para acesso ao Programa Mumbuca Futuro em suas modalidades mensal e anual, conforme critérios do Decreto Municipal nº 98/2017;

2.2.15. Capacitar 250 jovens em Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, organização popular, economia solidária, consumo consciente e comércio justo, agroecologia, soberania alimentar, finanças solidárias, autogestão de empreendimentos econômicos solidá-

rios;

2.2.16. Oferecer cursos de formação em economia solidária e inovação social aos estudantes cadastrados/as no Programa Mumbuca Futuro;

2.2.17. Fomentar e fortalecer práticas econômicas e sociais organizadas para aproximadamente 3.315 moradores, preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, com processos formativos nos distritos do Município.

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. O município de Maricá, situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tem uma população estimada de 164.504 habitantes (IBGE, População Estimada 2020). Nos últimos anos, Maricá vem apresentando um quadro de investimentos nos mais variados setores que englobam a administração pública na promoção de melhor qualidade de vida e ampliação da geração de emprego e renda.

3.2. A cidade de Maricá tem se destacado no cenário mundial por diversas ações que visam o desenvolvimento do município, produzindo um ambiente de bem-estar para a população. É por esse motivo que o Estado deve preocupar-se com medidas positivas, as quais impliquem em realizações nas mais diversas áreas, seja na saúde, educação, meio ambiente, economia, assistência, esporte, cultura ou lazer.

3.3. Diante dos avanços aos quais vêm ocorrendo no município, o progresso deve ser acompanhado de ações que contemplem as mais variadas necessidades que venham acompanhar o crescimento acelerado que o município vem tendo nos últimos anos, atraindo novos moradores e investimentos na cidade de forma consciente e sustentável.

3.4. Portanto, deve o Poder Público se utilizar de todas as suas prerrogativas de execução e possibilidades legais que lhe são outorgadas, para que se promova contínua e progressivamente a inserção social, a consecução dos anseios sociais, bem como o desenvolvimento, em defesa da dignidade da pessoa humana e seu bem-estar, criando ambiente favorável de vivência da cidade.

3.5. Consideramos que a Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária – Mumbuca Futuro, atuará para ampliar e consolidar as potencialidades municipais na atenção e formação de jovens e adolescentes tanto no vértice da educação tradicional quanto na criação de nossas possibilidades e ofertas de uma renda mínima para planejar do futuro deste público alvo;

3.6. Considerando que tais ações ajudam na construção de uma cidade mais solidária no Município de Maricá, RJ;

3.7. Considerando que a criação de Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária deve ser mais um novo fator para ampliar a empregabilidade formal de pessoas nesta situação.

3.8. Considerando que há grande urgência e a necessidade preeminente da criação de uma Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária;

3.9. Considerando acontecimentos como a pandemia de Coronavírus, o novo normal com sistemas híbridos que se tomam cada vez mais presentes e a necessidade de modelos mais completos e de ações inovadoras, sobretudo, segundo as definições da OECD e da União Europeia, que a concebem como “[...] novas ideias (produtos, serviços e modelos), que simultaneamente promovem a resolução de necessidades sociais de forma mais eficaz do que as alternativas e criam novas relações sociais ou colaborações.” BACON et al., 2008);

3.10. Considerando que o Município de Maricá busca viabilizar um crescimento econômico justo, sustentável e solidário, com a destinação de recursos para a busca de novas formas de reduzir a dependência de royalties oriundos da indústria do petróleo e gás com a invenção de novas possibilidades a partir da criação de uma incubadora;

3.11. Considerando que este tipo de projeto, além de possibilitar a geração de renda e trabalho, também incrementa setores de como a tecnologia social e criativa, bem como a formação de recursos humanos, num cenário de incertezas e instabilidades;

3.12. Considerando, também, a oferta de soluções criativas para cumprir os ODS, objetivos do desenvolvimento solidário como preconiza a agenda da ONU 2030, contribuindo para metas mais ousadas que norteiam a economia solidária como um fim para atingirmos a dignidade e qualidade de vida para todos sem distinções e sem comprometer o meio ambiente com indústrias poluentes ou obsoletas.

Concluimos afirmando que a Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária – Mumbuca Futuro, parceria entre o ICTIM e a Secre-

taria Municipal de Economia Solidária tem potencial para proporcionar tais oportunidades. Ao mesmo tempo em que conduz a novas formas de desenvolvimento econômico e social no Município de Maricá.

Nesta nova forma, a inovação social, com base na Economia Solidária deve aparecer numa solidariedade de um tipo “forte” (AMARO; LAVILLE, 2016), visando ir além da mera questão econômica e buscando a nova economia criativa, solidária e transformadora, procurando superar as relações capitalistas tradicionais e relações de exploração dentro do mercado de trabalho, cada vez mais acentuadas.

Neste sentido, nada mais oportuno que o investimento em pesquisa e desenvolvimento em projetos como este para a inovação social em economia solidária.

Consequentemente protegendo e viabilizando, para as gerações futuras, recursos e novas formas de tecnologias criativas e limpas num plano de ação que envolve cultura, educação e entretenimento. Ao mesmo tempo visando erradicar a pobreza e o analfabetismo, buscamos também promover melhor qualidade de vida para a maior a agora e para as próximas gerações.

Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária - Mumbuca Futuro.

Este projeto trata da criação e implantação de uma incubadoras para inovação em economia solidária, ponto de referência para setores de desenvolvimento humano e ligados ao comércio justo e solidário. Objetivando aperfeiçoar, formar e assessorar tanto atividades de agricultura, comércio ou de serviços que tenham escolhido projetos de empreendedorismo solidário e de responsabilidade social. Considerando também a formação de profissionais capazes de valorizar e realizar ideias criativas com a qualidade nos padrões internacionais. Levando em conta, ainda, oferecer aos participantes produtivos do setor de economia solidária novas técnicas profissionais com atualização de vanguarda.

Este projeto busca, ainda, se enquadrar no novo PIB criativo e na nova economia solidária. Se enquadra, também, na Lei de Inovação, que regulamenta e define o que é um ecossistema empreendedor, constituído de inovação, incubadoras, centros de inovação, arranjos produtores de inovação tipo clusters, startups, living labs, coworking etc.

Considerando que o projeto Mumbuca futuro é elegível para compor um ecossistema empreendedor, acreditamos que sua inserção desde em processos de inovação, em incubadoras, centros de inovação, startups, living labs, coworking entre outros pode atrair novos players para o município de Maricá.

Considerando que ao analisar a Lei Nº 6788 de 28/10/2020 que define para o município do Rio de Janeiro encontramos exemplos de incentivos e mecanismos para unir, num mesmo escopo atividades de formação, ciência, tecnologia, ações inovativas e de economia criativa visando o desenvolvimento sustentável para aquele município citado. Segundo a ideia principal desta legislação, podemos criar, aqui no município de Maricá, um “ecossistema empreendedor” enquanto ambiente econômico e social, mas voltado à formação direta ou indiretamente à inovação. Com o aperfeiçoamento e a agregação de novas funcionalidades que possam melhorar a empregabilidade, o incentivo à continuidade dos estudos e principalmente o combate às desigualdades sociais.

Considerando a tecnologia como um conjunto ordenado de conhecimentos, técnicas e processos que podem ser empregados na produção e comercialização de bens e serviços visando o bem coletivo. Acreditamos que ao agregarmos novas tecnologias e ações de inovação, extensão, pesquisa científica, criação de laboratórios e start-ups etc na economia solidária integrando não apenas conhecimentos para a criação e implantação de uma Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária para o projeto Mumbuca Futuro. Visando estimular ou prestar apoio que pode ser logístico, gerencial ou tecnológico aos jovens empreendedores solidários para criações, desenvolvimento de empresas e demais atividades voltadas à inovação no âmbito da nova economia citada acima.

Portanto, criar uma Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária, seja de um modo geral ou específico, para um Programa como o Mumbuca Futuro, Lei Municipal nº 98/2017, tem potencial para torna-lo ponto de referência significativo no setor de formação e fomento à nova cultura de empreendedorismo solidário e social, oferecendo soluções tecnológicas e de inovação no território do município para a consolidação dos pilares de educação, ciência e tecnologia e de

economia solidária.

Tais soluções têm como finalidade diminuir a vulnerabilidade das pessoas atendidas estabelecimento de políticas públicas sustentáveis econômica e socialmente. Indo, portanto, ao encontro à Lei nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015 que instituiu o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. Implica também na formação de público fomento à economia local e de redes de economia solidária..

### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição de 1988 consagrou, entre seus princípios fundamentais, a “participação popular” na gestão pública como direito à dignidade da pessoa humana. Em seu artigo 1º, parágrafo único, o legislador constituinte, expressa o princípio da soberania popular pelo qual “todo o poder emana do povo” que o exerce através de seus representantes ou “diretamente”, na forma estabelecida pela Constituição. Este princípio reúne as concepções de democracia direta e democracia representativa, de modo a somar seus efeitos em benefício da coletividade, objetivo final do Estado e da Administração Pública. A Constituição também garante mecanismos de participação popular tais como Ação Popular, Audiência Pública, assim como a garantia de acesso a informação.

- O Art. 23 da CF/88 - competência comum dos Municípios c/ outros membros Federativos; (inciso V) - proporciona os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, (inciso VI) - proteger o meio ambiente e (inciso X) - combater as causas da pobreza e ...

- A Lei Orgânica do Município de Maricá estabelece como objetivos fundamentais assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento local e regional; erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural; além de promover o bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

- A Celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO com ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) na implantação e gestão da Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária, no Município de Maricá. O objeto do presente Termo de Referência encontra amparo na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 54/2017, demais legislações correlatas e disposições a serem estabelecidas no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

4.1. O município de Maricá promulgou sua Lei de Inovação, Lei número 2871 de junho de 2019. A Lei, em seu Artigo 1º, estabelece seu objetivo:

“Art. 1º Cria a Política Pública de Incentivo à Inovação e a Pesquisa Tecnológica, ao Desenvolvimento Sustentável e a Consolidação dos Ambientes de Inovação nos Setores Produtivos e Sociais da cidade de Maricá.”.

Art. 2º, destaca, em especial seu inciso II:

Art. 2º Esta Lei estabelece medidas de incentivo às atividades de tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos, ou que deseje oficialmente se estabelecer no município de Maricá, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria da oferta dos serviços públicos municipais, com fulcro nos termos da Lei Federal nº 10.973/2004, com vistas:

...

II – Ao fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica do Município, constituída por entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnicos especializados e por unidades de produção e de bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico;

4.2. O ICTIM como Instituição de Ciência e de Tecnologia Pública, ICT Pública, foi concebido dentro do novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei 13.243 de 2016, e, portanto, cabe ao ICTIM estabelecer todo o contexto e arranjo legal que possibilite a articulação de projetos e negócios jurídicos com pesquisadores, empresas, incubadoras e outros entes e atores relevantes no desenvolvimento de inovação baseada em ciência e tecnologia.

4.3. Para o desenvolvimento e orientações de suas ações o ICTIM realizou a Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (EMCTI), em 2020. Dentre as justificativas da EMCTI destacou-se:

“Potencializar a oportunidade e as condições construídas, é fundamental e urgente a elaboração desta Estratégia Municipal de Ciência,

Tecnologia e Inovação – EMCTI, única no Estado do Rio de Janeiro e como poucas no Brasil. Integrada, envolvendo a prefeitura, instituições públicas e privadas, de ensino, pesquisa e Inovação, apoiadas por financiamento e infraestrutura adequados. Estratégia capaz de articular desafios urbanos, socioeconômicos e ambientais do município integrando esforço de pesquisa, Inovação e qualificação profissional (p.12)

“O processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo tem se tornado cada vez mais complexo, exigindo uma articulação eficiente dos agentes envolvidos: universidades, governo e empresas. Dessa forma, as interações entre estes agentes são fundamentais para a difusão do conhecimento e a promoção da Inovação tecnológica nas empresas e instituições” (p.19)

4.4. Dentre os elementos identificados pela EMCTI estão os desafios, relativos à: superar a dependência dos royalties, a economia pós-pandemia; a melhoria da infraestrutura sanitária e de tecnologia da informação; e a mudança da infraestrutura econômica. Para superação dos desafios, dentre outras premissas e instrumentos, é necessário o desenvolvimento de várias culturas tais como: a cultura empreendedora; a cultura em empreendimentos inovadores; a cultura de negócios sustentáveis e solidários; a cultura científica tecnológica e de inovação; e a cultura de gestão para a inovação dos gestores públicos.

4.5. Sendo assim, além da elaboração da EMCTI, fez-se necessário estabelecer sua política de inovação conforme Art.15-A da Lei 10.973 de 2004 e com as devidas alterações introduzidas pela Lei 13.243 de 2016, listado a seguir.

Art. 15-A. A ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

4.6. O ICTIM publicou sua política de inovação, Portaria 11, no JOM 1137 de 26 de fevereiro de 2021, p.10. Dentre os destaques da Política de Inovação destaca-se o Art. 3:

I – Buscar alinhamento com os desafios da municipalidade de Maricá com relação a superação da dependência dos royalties, do fomento a recuperação pós Covid-19, da mudança da infraestrutura econômica e atendimento a infraestrutura de saneamento básico e de Tecnologia da Informação e da Comunicação;

II – Atender às premissas relativas ao desenvolvimento da economia solidária, ao desenvolvimento de cooperativismo, ao comércio justo, solidário, sustentável e ao estudo de vocações naturais e a serem fomentadas;

III – prestigiar a necessidade de se criar cultura inovativa, científica, empreendedora, de negócios solidários e sustentáveis e do empreendedorismo intensivo em conhecimento;

IV – Utilizar de instrumentos que possibilitem o fomento natural de inovação pelo poder público via compras públicas de inovação, encomendas tecnológicas, estabelecimento de alianças estratégicas, criação de incubadoras, de aceleradoras, de investimentos em startups, de parques tecnológicos, de bolsas para inovação, de formação, de empreendedorismo intensivo em conhecimento e de desenvolvimento tecnológico em todas as etapas de apoio ao processo de inovação;

V – Perseguir, como referência de todos os projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação, o resultado final da inclusão social e da justiça social;

VI - Rever ao longo de marcos temporais específicos estas diretrizes e sugerir, quando for o caso, a atualização dos Marcos Legais de inovação e de desenvolvimento

X - Atender demandas específicas de necessidades locais que necessitam de melhorias contínuas e abruptas, tais como, habitação de interesse social, saúde laboratorial em microbiologia, agro tecnologia, transporte sustentável e turismo; e

XI - potencializar e desenvolver novos eixos econômicos no município para superar a dependência dos royalties da indústria de petróleo e gás.

4.7. Os esforços acima se integram com iniciativas de criação de mecanismos de desenvolvimento da economia solidária empreendedora e de inovação no município de acordo com o Decreto Municipal nº 98 de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Mumbuca Futuro, em seu “Art.3 Constituem com objetivo do Programa o incenti-

vo ao estudo dos municípios no âmbito do Ensino Fundamental, médio e universitário e ao empreendedorismo na sua atividade empresarial, cooperativa e/ou associativa”.

4.8. O ICTIM tem desenvolvido uma série de projetos alinhados ao Programa de Qualificação Profissional em várias áreas, tais como: Inclusão Digital, Profissional de Mercado, Empresarial (Startup Socio-técnicas) e de Iniciação Científica e Tecnológica.

4.9. Estes projetos dentro do Programa de Qualificação estão alinhados com a Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, no direcionamento em criar localmente uma cultura inserida no digital, conhecedora de ciência e de tecnologia, inovadora e empreendedora.

4.10. O incentivo a formação e qualificação profissional no âmbito do digital, tecnológica e voltados para o empreendedorismo visa preparar o cidadão maricaense nesse ramo que a cada dia gera mais empregos e renda de melhor qualidade aos trabalhadores.

4.11. Para contribuir com a temática sobre a sustentabilidade e a geração de oportunidades de emprego e renda, o ICTIM através das iniciativas propostas nesta parceria busca desenvolver o fomento dessa cadeia no âmbito profissional.

4.12. Coerência com a legislação e atribuições específicas do ICTIM no que tange acerca das iniciativas inovadoras. A Lei Orgânica do Município destina um capítulo específico às associações e cooperativas. Neste, afirma que o “poder público incentivará a organização das associações sempre que o interesse e o da administração convergirem para a colaboração comunitária e a participação popular na formação e execução de políticas públicas de economia solidária, além de estabelecer programas especiais de apoio/fomento à iniciativa popular

#### 5. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

5.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSC/ORGANIZAÇÃO PARCEIRA), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) Entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

5.2. Para participar deste Edital, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá cumprir as seguintes exigências:

a) Estar habilitada através de Certificado de Credenciamento junto ao Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM);

b) Declarar, conforme modelo constante no ANEXO III - Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

5.3. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais OSCs, para a realização de ações coincidentes (quando há identidade de intervenções) ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, nos termos do art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014, devendo a rede ser composta por:

a) Uma “ORGANIZAÇÃO PARCEIRA celebrante” da parceria com a administração pública (aquela que assinar o TERMO DE COLABORAÇÃO), que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

b) Uma ou mais “OSCs executantes e não celebrantes” da parceria com o ICTIM, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA celebrante.

5.4. A atuação em rede será formalizada entre a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA celebrante e cada uma das OSCs executantes e não celebrantes mediante assinatura de termo de atuação em rede, que especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela OSC executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA celebrante.

5.5. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA celebrante deverá comunicar ao ICTIM a assinatura do termo de atuação em rede no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de assinatura do termo de atuação em rede. Não é exigível que o termo de atuação em rede seja celebrado antes da data de assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO.

5.6. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA celebrante da parceria com o ICTIM:

a) será responsável pelos atos realizados pela rede, não podendo seus direitos e obrigações ser sub-rogados à OSC executante e não celebrante; e

b) deverá possuir mais de 05 (cinco) anos de inscrição no CNPJ e, ainda, capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede, cabendo ao ICTIM verificar o cumprimento de tais requisitos no momento da celebração da parceria.

#### 6. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

6.1 Para a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014).

c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

d) possuir, no momento da apresentação do PLANO DE TRABALHO, no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, conforme ANEXO IV – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada mediante apresentação da documentação exigida neste instrumento;

h) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles,

conforme ANEXO V;

k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação;

l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea "b", e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014);

m) Cadastramento da Organização da Sociedade Civil junto à Administração Municipal na forma do Decreto nº 54/2017;

n) Declaração de que a Organização não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, emitida pelo seu representante legal, conforme inciso XI do art. 18, do Decreto Municipal nº 054, de 30 de maio de 2017;

o) prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

p) prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

q) a prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

r) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

s) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

t) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

u) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

v) A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL participante deverá comprovar capacidade técnica na área do objeto deste EDITAL, conforme se segue:

w) atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprovem que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto.

x) cumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, mediante apresentação de Declaração, conforme preconiza o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil – CF/88.

y) declaração do representante legal da organização da sociedade civil de que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 22 do Decreto Municipal nº 54/2017.

6.2.Ficará impedida de celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA que não atender aos preceitos da Lei nº 13.019/2014, art. 39, caput e incisos I, II, IV, V e VI, art. 73, incisos II e III; Lei nº 8.429, art. 12, incisos I, II e III, e ainda:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista na Lei nº 13.019/14.

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos na legislação ou que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014).

#### 7. COMISSÃO DE SELEÇÃO

7.1. A COMISSÃO DE SELEÇÃO é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, tendo sido constituída na forma da Portaria nº 0021/2022 em 11 de março de 2022, no Jornal Oficial de Maricá (JOM) nº 1284.

7.2. Os trabalhos da comissão se limitarão à análise e julgamento das propostas, restando ao Diretor-Presidente do ICTIM a competência de decidir quanto à oportunidade e conveniência da celebração da parceria.

7.3. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado.

7.4. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

#### 8. DA FASE DE SELEÇÃO

8.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	08/04/2022
2	Prazo para impugnação do Edital do Chamamento Público	Até 5 dias úteis
3	Prazo para resposta da impugnação pela COMISSÃO DE SELEÇÃO	Até 5 dias úteis
4	Envio das propostas pelas ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS	18/04/2022 a 17/05/2022
5	Abertura das propostas pela Comissão de Seleção.	18/05/2022
6	Divulgação do resultado preliminar	19/05/2022
7	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	20/05/2022 a 26/05/2022
8	Análise dos recursos pela COMISSÃO DE SELEÇÃO	27/05/2022 a 31/05/2022
9	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais preferidas (se houver)	01/06/2022 (data estimada)

8.2. A ausência de interposição de recursos dentro do prazo estipulado por este edital implicará na antecipação do prazo de homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção.

8.3. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da (s) Organização (s) Parceira (s) selecionada (s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

8.4. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

8.4.1. O presente Edital será divulgado no Jornal oficial de Maricá (JOM) e na página do site eletrônico oficial do ICTIM na internet [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br) com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

8.5. Etapa 2: Prazo para Impugnação do Edital do Chamamento Público, em até 5 (cinco) dias a partir do dia da publicação no JOM;

8.6. Etapa 3: Prazo para resposta a impugnação pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, em até 5 (cinco) dias a partir do protocolo da solicitação de impugnação na sede do ICTIM;

8.7. Etapa 4: Envio das propostas pelas ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS:

8.7.1. As propostas das OSCs, deverão ser entregues, pessoalmente, em dias úteis, no horário de 10h às 16h, em envelope lacrado e com identificação da Instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta Edital de Chamamento Público 004/2022", no período compreendido de 18/04/2022 à 17/05/2022, destinado à Comissão de Seleção, na Rua Barão de Inoã, nº72, Centro, Maricá/RJ, CEP:24.901-010.

8.7.2. A data limite para postagem (Correios) será o último dia previsto para entrega dos envelopes, as propostas postadas após esta data não serão aceitas.

8.7.3. A proposta entregue, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta.

8.7.4. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados ao ICTIM.

8.7.5. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise.

8.7.6. As propostas serão apresentadas pelas OSCs na forma de Plano de Trabalho bem como a documentação necessária a habilitação (inicial e final), e deverão ser apresentadas conforme instruções a seguir:

**INSTITUTO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ – ICTIM  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2022  
ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA E HABILITAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:**

8.7.7. A entrega da proposta e documentação estabelecidas nesse Edital de Chamamento Público e seus anexos implica na manifestação de interesse da parceria, bem como na aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.

8.8. Etapa 5: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

8.8.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a COMISSÃO DE SELEÇÃO analisará as propostas apresentadas pelas ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

8.8.2. A COMISSÃO DE SELEÇÃO fará a conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

8.8.3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos e observados no plano de trabalho - ANEXO II.

8.8.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Crerios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre aoes a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirá o cumprimento das metas e prazos para a execuao das aoes e para o cumprimento das metas.	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) – Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) – O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuiao de nota "zero" neste critério implica em eliminaao da proposta.	4,0
(B) Adequaao da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da aao em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequaao (2,0) - Grau satisfatório de adequaao (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequaao (0,0). OBS.: A atribuiao de nota "zero" neste critério implica em eliminaao da proposta.	2,0
(C) Descriao da realidade objeto da parceria e do nexu entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	-Grau pleno da descriao (1,0)-Grau satisfatório da descriao(0,5)-O não atendimento ou o atendimento insatisfatório(0,0). OBS.:A atribuiao de nota "zero" neste critério implica em eliminaao da proposta.	1,0
(D) Adequaao da proposta ao valor de referência constante desse Edital, com menao expressa ao valor global da proposta	- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - O valor global proposto é igual o valor de referência (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuiao de nota "zero" neste critério NÃO implica em eliminaao da proposta, haja vista que, no termo de colaboraao, o valor estimado pelo ICTIM é apenas uma referência, não um teto.	1,0
(E) Capacidade técnico operacional da instituiao proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizaoes na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- Grau pleno de capacidade técnico operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuiao de nota "zero" neste critério implica em eliminaao da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei não 13.019, de 2014).	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

8.8.5.A falsidade de informaoes nas propostas, sobretudo com relaao ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminaao da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminaao da proposta, a aplicaao de sanao administrativa contra a instituiao proponente e comunicaao do fato às autoridades competentes, inclusive para apuraao do cometimento de eventual crime.

8.8.6.Serão eliminadas aquelas propostas cuja pontuaao total for inferior a 6,0 (seis) pontos ou que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E);

8.8.7.As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuaao total obtida, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da COMISSÃO DE SELEÇÃO, em relaao a cada um dos critérios de julgamento.

8.8.8.No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuaao obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situaao de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuaao obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituiao e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

8.9. Etapa 6: Divulgaao do resultado preliminar. O ICTIM divulgará o resultado preliminar do processo de seleao na página do site oficial [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br).

8.10. Etapa 7: Interposiao de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgaao do resultado preliminar do processo de seleao.

8.10.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicaao da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei não 9.784, de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

8.10.2. Os recursos deverão ser apresentados através de petiao na sede do ICTIM, em dias úteis no horário de 10h às 16h. Não serão admitidos recursos por e-mail.

8.10.3. é assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, caso deseje cópia reprográfica, deverá arcar com os devidos custos. Todas as cópias devem ser solicitadas por escrito e devem aguardar o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para disponibilizaao.

8.10.4. Interposto recurso, o ICTIM dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

8.11 Etapa 8: Análise dos recursos pela COMISSÃO DE SELEÇÃO.

8.11.1. Havendo recursos, a COMISSÃO DE SELEÇÃO os analisará.

Recebido o recurso, a COMISSÃO DE SELEÇÃO poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao dirigente máximo, com as informaoes necessárias à decisão final.

8.11.2. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-seo os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em

contrário. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Maricá.

8.11.3 O acolhimento de recurso implicará invalidaao apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.12. Etapa 9: Homologaao e publicaao do resultado definitivo da fase de seleao, com divulgaao das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposiao de recurso, o ICTIM homologará e divulgará, no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e no seu site eletrônico oficial, o resultado definitivo do processo de seleao.

8.12.1 A homologaao não gera direito para a OSC a celebraao da parceria (art. 27, §6o, da Lei não 13.019, de 2014).

8.12.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital de Chamamento Público e seus anexos, o ICTIM poderá dar prosseguimento ao processo de seleao e convocá-la para iniciar o processo de celebraao.

#### 9.DA FASE DE CELEBRAÇÃO

9.1. A fase de celebraao observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Etapa	Descriao da etapa
1	Convocaao da OSC selecionada para apresentaao do PLANO DE TRABALHO e comprovaao do atendimento dos requisitos para celebraao da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificaao do cumprimento dos requisitos para celebraao da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do PLANO DE TRABALHO.
3	Ajustes no PLANO DE TRABALHO e regularizaao de documentaao, se necessário.
4	Elaboraao do parecer de órgão técnico e assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO.
5	Publicaao do extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO no Diário Oficial do Município (JOM).

9.2. Etapa 1: Convocaao da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA selecionada para apresentaao do PLANO DE TRABALHO e comprovaao do atendimento dos requisitos para celebraao da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebraao da parceria, o ICTIM convocará a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocaao, apresentar o seu PLANO DE TRABALHO e a documentaao exigida para comprovaao dos requisitos para a celebraao da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais.

9.2.1. Por meio do PLANO DE TRABALHO, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleao, com todos os pormenores exigidos pela legislaao, observados os Anexos, o Modelo de PLANO DE TRABALHO, o Termo de Referência e o TERMO DE COLABORAÇÃO.

9.2.2. O PLANO DE TRABALHO deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) a descriao do objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexu com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

b) a forma de execuao das aoes, indicando, quando cabível, as que demandarão atuaao em rede;

c) a descriao de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

d) a definiçao dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferiao do cumprimento das metas;

e) a estimativa de despesas a serem realizadas na execuao das aoes, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminaao dos custos diretos e indiretos necessários à execuao do objeto;

f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

g) as aoes que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

9.2.2. A previsão de despesas de que trata a alínea "e" do item 8.2.2. desse Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuraao da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotaoes, tabelas de preços de associaoes profissionais, publicaoes especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informaao disponíveis ao público. No caso de cotaoes, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá apresentar a cotaao de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotaoes de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotaao e o fornecedor específico.

9.2.3. Além da apresentaao da Proposta na forma de PLANO DE TRABALHO, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2o, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei não 13.019/ 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio de apresentaao dos documentos para HABILITAÇÃO. HABILITAÇÃO - Apresentaao ENVELOPE "2" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, contendo os documentos especificados a seguir:

I- Cópia do estatuto registrado e suas alteraoes, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei não 13.019, de 2014;

II- Comprovante de inscriao no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA existe há, no mínimo, 3 (três) anos com cadastro ativo;

III- Comprovaoes de experiência prévia na realizaao do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 01 (um) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuizo de outros:

a) Instrumentos de parceria firmados com orgoes e entidades da administraao pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizaoes da sociedade civil;

b) Relatórios de atividades com comprovaao das aoes desenvolvidas;

c) Publicaoes, pesquisas e outras formas de produao de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) Currulos profissionais de integrantes da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) Declaraoes de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por orgoes públicos, institui-

ções de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA.

IV- Certidão negativa (art. 205 do Código Tributário Nacional c/c art. 34 da Lei 13.019/2015) de débitos relativos a créditos tributários federais e municipais.

V- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII- Relação nominal do (s) Dirigente (s) da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA atualizada, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

VIII- Cópia de documento que comprove que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX- Declaração do representante legal da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no ANEXO VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

9.2.4. Declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme modelo no ANEXO IV – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais.

9.2.5. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI previstas no (art. 206 do Código Tributário Nacional c/c art. 34 da Lei 13.019/2015).

9.2.6. A critério da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, os documentos previstos nos incisos IV e V logo acima poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauç, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

9.2.7. No caso da atuação em rede, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA “celebrante” deverá comprovar também o cumprimento dos requisitos previstos no art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014, a serem verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I- Comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC “celebrante” existe há, no mínimo, 5 (cinco) anos com cadastro ativo; e

II- Comprovantes de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos:

a) Declarações de organizações da sociedade civil que compoñham a rede de que a celebrante participe ou tenha participado;

b) Cartas de princípios, registros de reuniões ou eventos e outros documentos públicos de redes de que a celebrante participe ou tenha participado; ou

c) Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas em rede de que a celebrante participe ou tenha participado.

9.2.8. As OSCs deverão reapresentar as certidões que se vencerem durante o certame.

9.2.9. A Proposta de Trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada. Tais documentos deverão ser entregues pessoalmente, em dias úteis, no horário de 10 às 16h, na Rua Barão de Inoã, n.º 72, Centro, MARICÁ/RJ, CEP: 24.901-010.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos apresentados para fins de credenciamento, não impedem a apresentação dos documentos acima mencionados, que estejam fora da data de validade ou outros não requeridos no credenciamento. Somente poderá assinar o TERMO DE COLABORAÇÃO a entidade parceira OSC, que estiver com todos os documentos válidos na data da assinatura.

9.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do PLANO DE TRABALHO. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pelo ICTIM do atendimento, pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta etapa engloba, ainda, a análise do PLANO DE TRABALHO.

9.3.1. Somente será aprovado o PLANO DE TRABALHO que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, o

ICTIM poderá solicitar a realização de ajustes no PLANO DE TRABALHO.

9.3.2. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos artigos 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

9.3.3. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

9.4. Etapa 3: Ajustes no PLANO DE TRABALHO e regularização de documentação, se necessário.

9.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

9.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no PLANO DE TRABALHO enviado pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, a ICTIM solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

9.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO.

9.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação vigente, incluindo a aprovação do PLANO DE TRABALHO, a emissão do parecer técnico pelo órgão requisitante e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

9.5.2. A aprovação do PLANO DE TRABALHO não gerará direito à celebração da parceria.

9.5.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

9.5.4. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

9.6. Etapa 5: Publicação do extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO no Jornal Oficial de Maricá (JOM). O TERMO DE COLABORAÇÃO somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade.

#### 10. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. O Objeto será executado no âmbito territorial do Município de Maricá, podendo ser modificado de acordo com o interesse público para melhor execução do objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Organização Parceira poderá remanejar seus colaboradores para sede do ICTIM, com vistas ao acompanhamento dos projetos discriminados nesse Edital de Chamamento Público, para coleta de dados, informações e subsídios visando a execução do Termo de colaboração em conjunto com os funcionários do ICTIM, sem que haja subordinação e vínculos diretos com a Administração do ICTIM.

#### 11. FORMA DE PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. As parcelas dos recursos serão liberadas pelo ICTIM em estrita conformidade com o Cronograma aprovado, e nos termos da Minuta do TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária no Banco a ser indicado pela organização de sociedade civil e de titularidade da mesma, e devidamente cadastrada junto à Subsecretaria do Tesouro Municipal.

11.2. A partir da segunda parcela os repasses estão condicionados à apresentação da prestação de contas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA. Não serão repassados recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

11.3. No caso de aprovação parcial da prestação de contas, o valor correspondente à glosa será retido até que a exigência seja atendida.

11.4. A prestação de contas apresentada pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá conter elementos que permitam a COMISSÃO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

11.5. A prestação de contas deverá ser acompanhada dos seguintes relatórios:

Relatório de Execução do Objeto, que conterà:

a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

b) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como relatórios de atividades e todos os demais documentos previstos no PLANO DE TRABALHO e/ou no TERMO DE COLABORAÇÃO.

c) O relatório de que trata o subitem anterior deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas.

d) O ICTIM poderá dispensar a observância do subitem anterior quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

11.6. A organização da sociedade civil deverá apresentar justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas. O Relatório de Execução Financeira contemplará:

a) O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no PLANO DE TRABALHO, observados os termos do Decreto Municipal nº 54/2017; e

b) A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

11.7. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, inclusive com a comprovação de recolhimento ao Tesouro Municipal de eventuais saldos financeiros.

PARÁGRAFO ÚNICO: A quantidade de profissionais por cargo existente e o valor do salário mensal de cada um está definido no PLANO DE TRABALHO (ANEXO II), podendo ser alterado pelo ICTIM para melhor adequação do projeto.

#### 12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcela	Valor (R\$)	Condições
1ª Parcela	40%	Até 5 (cinco dias) após a publicação do contrato no Jornal Oficial de maricá (JOM)
2ª Parcela	25%	No 4º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas
3ª Parcela	25%	No 7º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas
4ª Parcela	10%	No 10º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que estes ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas. Quando os recursos forem repassados em três ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela, e assim sucessivamente, de modo que se permita à instituição possuir em sua conta o montante correspondente a um repasse inicial previsto no cronograma. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos previstos no caput serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade, conforme descrito no subitem 15.1 do Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A primeira parcela será liberada em até 5 (cinco) dias após a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante do EDITAL e seus anexos.

PARÁGRAFO QUARTO: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

PARÁGRAFO QUINTO: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

PARÁGRAFO SEXTO: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no Plano de Trabalho pelo ICTIM.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

#### 13. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas

relativas ao presente Edital são provenientes da dotação orçamentária abaixo:

- NATUREZA DAS DESPESAS: 3.3.3.90.39

- FONTE DE RECURSOS: 236 - ROYALTIES

- PROGRAMA DE TRABALHO: 94.01.19.573.0078.2414

13.2. Os recursos destinados à execução desta parceria são próprios;

13.3. O valor de referência para a realização do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO é de: R\$19.671.195,92 (DEZENOVE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E UM MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), conforme disposto no Plano de Trabalho (ANEXO II).

13.4. O exato valor a ser repassado será definido no TERMO DE COLABORAÇÃO, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

13.5. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, ou seja, o pagamento do valor correspondente à parceria será na assinatura do Termo de Colaboração.

13.6. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos artigos 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

13.7. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, (conforme discriminados no PLANO DE TRABALHO (ANEXO II) sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no PLANO DE TRABALHO (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) A Opção de Contratação de mão de obra ficará a cargo da OSC PARCEIRA, podendo a remuneração da equipe encarregada da execução do PLANO DE TRABALHO, inclusive de pessoal próprio da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros);

d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais;

PARÁGRAFO ÚNICO: Todos os custos e/ou custeio referente ao OBJETO estão descritos no ANEXO II deste Edital de Chamamento Público.

13.8. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

13.9. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao ICTIM por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

13.10. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga o ICTIM a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

#### 14. CONTRAPARTIDA

14.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

#### 15. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

15.1. A execução da parceria objeto deste Edital deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis após a celebração da parceria, por intermédio do TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante solicitação formalizada pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa;

#### 16. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

16.1. O presente Edital terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado em iguais e sucessivos períodos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, demonstrada a vantajosidade para o ICTIM

e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos, com fulcro nos arts.55 e 57 da Lei Federal nº 13.019/2014 e regulamento previsto no art. 26 do Decreto Municipal nº 54/2017.

#### 17. GESTÃO DA PARCERIA

17.1. Será designada uma COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO do TERMO DE COLABORAÇÃO, por ato administrativo próprio do Diretor-Presidente do ICTIM, a ser lavrado antes da formalização do TERMO DE COLABORAÇÃO.

17.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação do TERMO DE COLABORAÇÃO realizará fiscalização, monitoramento, avaliação, inspeções, sempre que possível, com a finalidade de verificar a qualidade dos serviços e o atendimento às demais exigências constantes do TERMO DE COLABORAÇÃO, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos contratados ou cooperados eventualmente envolvidos, determinando que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, promova o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.3. O acompanhamento a fiscalização e a gestão da parceria pela Comissão de Monitoramento e Avaliação da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO consistem na verificação da conformidade do Objeto a que se pretende, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes do ICTIM, especialmente designados, na forma dos Artigos 58, 59 e 60 da Lei Federal nº 13.019/2014;

17.4. O ICTIM exercerá a fiscalização através da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, realizada por Servidores designados para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, na execução e responsabilidades de sua atividade;

17.5. Independentemente da designação da fiscalização da Comissão de Monitoramento e Avaliação, poderão ser CONTRATADAS pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA técnicos ou firmas especializadas para apoio da mesma, embora a ela subordinados;

#### 18. COMPETE ESPECIFICAMENTE A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

a) Exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas da ABNT, e outras porventura aplicáveis;

b) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada;

c) Exigir a imediata substituição de especialistas, prepostos, técnicos ou qualquer outro funcionário que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;

d) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

e) Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

f) Promover, com presença da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, as medições dos serviços referentes à parceria já executados;

g) Transmitir por escrito instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;

h) Relatar oportunamente ao ICTIM ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;

i) Dar ao ICTIM imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, ou mesmo à rescisão do TERMO DE COLABORAÇÃO.

j) O representante da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO;

k) A conformidade do objeto da parceria deverá ser verificada juntamente com o documento da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste EDITAL, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

18.1. NA ausência ou omissão da fiscalização, exercida por intermédio da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, do ICTIM não eximirá a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA das responsabilidades previstas no TERMO DE COLABORAÇÃO.

18.2. Reserva-se ao ICTIM, direito de intervir no objeto da parceria quando ficar comprovada a incapacidade técnica da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA ou deficiência dos equipamentos e da mão de obra empregados, sem que desse ato resulte o direito de esta pleitear indenização, seja a que título for.

#### 19. DO VÍNCULO

19.1. A futura parceria não gerará vínculo empregatício entre quaisquer regimes de contratação, adotados pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA e o ICTIM, vedando-se qualquer relação entre estes que carac-

terize pessoalidade e subordinação direta, conforme previsto no §3º do art. 33 do Decreto Municipal nº 054/2017.

19.2. O proponente deverá assumir todas as despesas e ônus relativos aos contratados, sejam celetistas, cooperados ou qualquer regime de contratação adotado e/ou outros oriundos, derivados ou conexos com o TERMO DE COLABORAÇÃO, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela ORGANIZAÇÃO PERCEIRA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e o ICTIM, com fulcro no Decreto Municipal nº 54/2017.

#### 20. DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

20.1. Pagar com pontualidade aos seus contratados, celetistas ou quaisquer outros referentes ao seu regime de contratação, os respectivos salários, benefícios, obrigações trabalhistas e outros mais que houver;

20.2. Dimensionar seus esforços de modo a atender os prazos previstos no Cronograma Físico-Financeiro aprovado pelo ICTIM;

20.3. Na definição por celetista discriminar o salário base e os demais benefícios;

20.4. Os benefícios e as vantagens das categorias NÃO PODERÃO SER INFERIORES AOS ESTABELECIDOS NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS SINDICATOS AOS QUAIS AS EMPRESAS E OS PROFISSIONAIS ESTEJAM VINCULADOS;

#### 21. DA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS PELA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

Todos os materiais adquiridos pela entidade discriminados no ANEXO II deverá ao final do projeto ser doado, através de termo de doação ao ICTIM, o qual poderá promover a sua alienação ou doação a entidade filantrópica, ao Município de Maricá ou a outra entidade sem fins lucrativos, caso seja inservível ao ICTIM.

#### 22. DAS VEDAÇÕES

22.1. É vedada a contratação de pessoas que tenham sido declaradas inidôneas com a Administração Pública, ou que estejam suspensas, ou impedidas de prestar serviços em qualquer esfera da Administração Pública;

22.2. É vedada toda iniciativa não prevista no TERMO DE COLABORAÇÃO que implique ônus para o ICTIM.

22.3. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA não permitirá o desvio de funções dos seus contratados ou cooperados, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual foi designado;

22.4. A inadimplência da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, com referência aos encargos estabelecidos no futuro TERMO DE COLABORAÇÃO, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao ICTIM, nem pode onerar o objeto desta parceria, razão pela qual a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o ICTIM.

22.5. Ter como dirigente em seu quadro nenhum membro de Poder ou do Ministério Público, empregado ou colaborador que pertença ao 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, com apresentação de declaração emitida pelo seu representante legal, nos termos do parágrafo único do art. 2º, do Decreto nº 19.381/2001, sem prejuízo do previsto no inciso III, do art. 22, e inc. XI, art 18 - Decreto Municipal 54/2017;

#### 23. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

23.1. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA responderá por quaisquer prejuízos ou danos, por culpa ou dolo, causados por seus contratados, cooperados ou prepostos ao ICTIM ou a terceiros, em decorrência da Parceria, seja a que título for;

23.2. O ICTIM estipulará prazo para a devida reparação, a depender da gravidade e extensão dos mesmos;

23.3. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA será responsabilizada civilmente por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus contratados, cooperados, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao ICTIM ou terceiros.

#### 24. DA CONFIDENCIALIDADE DO TERMO DE COLABORAÇÃO

24.1. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá orientar os seus contratados ou cooperados, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido com relação às informações que venham ter acesso.

#### 25. DAS OBRIGAÇÕES DO ICTIM

a) Observar e fazer cumprir fielmente todas as obrigações assumidas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, de acordo com as cláusulas do TERMO DE COLABORAÇÃO, os termos de sua proposta, bem como o estabelecido nesse Edital de Chamamento Público e seus Anexos;

b) Acompanhar e fiscalizar sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o TERMO DE COLABORAÇÃO;

c) A FISCALIZAÇÃO será exercida pelo ICTIM, que criará COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO do TERMO DE COLABORAÇÃO, conforme descrito no Item 16 desse EDITAL;

d) Notificar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da parceria, fixando prazo para a sua correção e reparação, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

25.1. A FISCALIZAÇÃO, exercida pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO de que trata este Item, não exclui nem reduz a responsabilidade da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do ICTIM ou de seus agentes e prepostos.

25.2. Não praticar atos de ingerência na administração da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, tais como:

a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da parceria e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

d) Considerar os trabalhadores da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

25.3. Notificar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, por escrito, sobre as imperfeições, as falhas, os defeitos, mau funcionamento e demais irregularidades constatadas na execução da parceria, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado;

25.4. Verificar e notificar, caso constatado, que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o TERMO DE COLABORAÇÃO, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

25.5. Comunicar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA para que seja efetuada a substituição de seu contratado ou cooperado que, por qualquer motivo, não esteja correspondendo às expectativas ou que tenha causado embaraços à administração;

25.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços;

25.7. Comunicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO;

25.8. Aplicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA as penalidades regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

25.9. Estabelecer, juntamente com a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, as rotinas para o cumprimento do objeto deste EDITAL e seus anexos;

25.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

25.11. Proporcionar as condições necessárias para que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA possa cumprir o que for estabelecido nesse Edital do Chamamento Público, seus anexos e no TERMO DE COLABORAÇÃO;

25.12. Cientificar o órgão de representação judicial do PODER PÚBLICO para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

25.13. Efetuar os Repasses à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA dos valores resultante do TERMO DE COLABORAÇÃO, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

## 26. DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

26.1. Executar a parceria conforme especificações deste Edital de Chamamento Público e seus Anexos, bem como o de sua proposta, com a alocação de mão de obra pela forma de contratação que entender necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas do TERMO DE COLABORAÇÃO;

26.2. Aceitar as determinações do ICTIM, efetuadas por escrito, para a substituição imediata dos seus contratados ou cooperados cuja atuação, permanência ou comportamento forem, a seu critério, considerados prejudiciais e inconvenientes à execução da parceria;

26.3. Prestar Contas dos Recursos recebidos, conforme preconizado nos artigos 58, 59 e 60 da Lei Federal nº 13.019/2014, artigos nº 50 a 63 do Decreto Municipal nº 54/2017 e Manual de Prestação de Contas emitido pela Controladoria Geral do Município.

26.4. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA não repassará quaisquer custos oriundos da execução parceria

26.5. Disponibilizar um número de telefone móvel que permita o contato imediato entre o ICTIM e o preposto da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA de forma permanente, incluindo dias não úteis;

26.6. Permitir que o ICTIM promova a fiscalização e o gerenciamento do TERMO DE COLABORAÇÃO, em obediência às prescrições descritas no art. 58 da Lei Federal nº 13.019/2014

26.7. As especificações deste EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO e seus anexos, foram elaboradas sob responsabilidade direta do ICTIM à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, ao aceitá-las, assumirá a única e irrecusável responsabilidade pela execução da parceria, dentro das atribuições que lhe couberem;

26.8. Responsabilizar-se por quaisquer acréscimos ou ônus adicionais decorrentes de falha ou omissão no projeto técnico, quando de sua autoria, conforme especificações técnicas descritas neste Edital de Chamamento Público e seus anexos;

26.9. Entregar as documentações eventualmente solicitadas pelo ICTIM nos prazos definidos neste Edital de Chamamento Público e seus anexos;

26.10. Participar das reuniões sempre que necessário e prestar esclarecimentos ao ICTIM sempre que solicitado;

26.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo ICTIM, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

26.12. Prover todos os meios necessários à garantia da continuidade do Objeto da parceria, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

26.13. Comunicar ao ICTIM, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, propondo as ações corretivas necessárias;

26.14. Comunicar por escrito ao ICTIM, a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço constante no objeto, informando imediatamente e fundamentando a inviabilidade;

26.15. Dar imediato conhecimento ao ICTIM de atuações ou notificações porventura lavradas pela Gestão

em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização;

26.16. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto deste Edital e seus anexos que venham a ser solicitados pelo ICTIM no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

26.17. Relatar ao ICTIM toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO;

26.18. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao cumprimento do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

26.19. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, os objetos com avarias ou defeitos, bem como os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

26.20. Aceitar, a critério do, no todo ou em parte, a rejeição do serviço entregue em desacordo com as regras estabelecidas nesse Edital de Chamamento Público e seus anexos;

26.21. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, arcar com os eventuais prejuízos causados ao ICTIM ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus contratados ou cooperados envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e gestão e fiscalização exercidos pelo ICTIM;

26.22. Prover mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente ao perfeito cumprimento do Objeto do presente Edital de Chamamento Público e seus anexos;

26.23. Cumprir as condições de garantia, assistência técnica e suporte do objeto, de acordo com o Edital de Chamamento Público e seus Anexos;

26.24. Seguir as diretrizes técnicas do ICTIM, através da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, à qual se reportará, bem como às disposições legais, regulamentares e éticas, adotando nas questões controvertidas a solução técnica que lhe for recomendada, sem que isso se constitua em restrição à independência de seus profissionais;

26.25. Diligenciar para que seus contratados ou cooperados tratem com urbanidade;

26.26. Instruir seus contratados ou cooperados quanto à necessidade de acatar as Normas do ICTIM;

26.27. Responsabilizar-se por todas as obrigações da sua forma de contratação sejam trabalhistas, cíveis, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao ICTIM;

26.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

26.29. Responder, na qualidade de fiel depositário, por toda a documentação que lhe for entregue pelo ICTIM;

26.30. Não utilizar nem divulgar ou reproduzir os normativos, documentos e materiais encaminhados pelo ICTIM fora do Objeto do futuro TERMO DE COLABORAÇÃO.

26.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do TERMO DE COLABORAÇÃO;

26.32. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer mídias e documentos, que seus contratados, cooperados ou prepostos vierem a obter em função dos materiais fornecidos ao ICTIM, respondendo pelos danos que venham a ocorrer;

26.33. Não utilizar a marca do ICTIM em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;

26.34. Não veicular publicidade ou qualquer informação quanto ao objeto desta parceria sem prévia autorização do ICTIM;

26.35. Não se pronunciar em nome do ICTIM a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma;

26.36. Manter, durante toda a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesse Edital de Chamamento Público e seus anexos, sob pena de aplicação das penalidades;

26.37. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto, serviço técnico especializado, bem como todos os bens permanentes adquiridos com verbas oriundas da futura parceria, para que o ICTIM possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Edital de Chamamento Público e seus Anexos, conforme art. 35, § 5º da Lei nº 13.019/2014 e regulamento previsto no § 3º - art. 23 - Decreto Municipal nº 54/2017;

26.38. Prestar assistência técnica, durante a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, o que engloba a abertura de solicitações de informações, reporte de falhas ou esclarecimento de dúvidas quanto à utilização dos projetos e suas soluções fornecidas;

26.39. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços que sobrevierem durante a execução e que sejam necessários para a perfeita execução dos projetos apresentados pelo ICTIM. Os custos respectivos por todos os serviços necessários à perfeita execução dos projetos deverão estar incluídos nos preços constantes da proposta da futura ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

26.40. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o TERMO DE COLABORAÇÃO, ficando ainda, para todos os feitos legais, consignada, pelo ICTIM, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus contratados, cooperados, prepostos e a futura ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

26.41. Contratar todos os seguros e pagar todas as taxas a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem ônus para o ICTIM;

26.42. Orientar os seus contratados ou cooperados treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades do ICTIM;

26.43. Repassar todo o conhecimento adquirido ou produzido na execução do objeto para os técnicos do ICTIM;

26.44. Indicar preposto para representá-la durante a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO;

26.45. Manter preposto, quando for o caso, nos horários e locais necessários para representá-la na execução do TERMO DE COLABORAÇÃO com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compro-



missos assumidos.

26.46. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá apresentar declaração de que não haverá remuneração a qualquer título, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, de acordo com o disposto no artigo 45, II, da Lei 13.019/14.

26.47. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá enviar em meio digital as informações relacionadas ao processo de gestão ao ICTIM. Entregar mensalmente, até o dia 05 de cada mês, os dados referentes ao monitoramento das ações.

**PARÁGRAFO ÚNICO: DAS METAS A SEREM ATINGIDAS**

META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 1 – Garantir os recursos materiais, humanos e estruturais para o funcionamento do projeto.	Demonstrativo de Funcionários Contratados	Será entregue pela contratada uma planilha com demonstrativo de funcionários contratados, com os nomes, currículos e funções dos funcionários contratados (em meio físico e digital)	Final do mês 1
	Infraestrutura, equipamentos, materiais e logística adequada para o bom desenvolvimento do projeto.	Será apresentado pela Parceira documento com descritivo das condições de trabalho, quanto a infraestrutura; lista nominal com entrega dos equipamentos previstos para equipe do projeto; descrição das soluções apresentadas para locomoção dos orientadores e coordenação do projeto. (em meio físico e digital)	Final do mês 01 da Parceria
Meta 2 - Criação de Plano Pedagógico, de forma a contemplar as ações referentes aos três ambientes formativos: Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, formação dos estudantes da Rede Pública do município e moradores (empreendedores ou futuros empreendedores na área de economia solidária), com conteúdo mínimo em: em Educação e Organização popular, Consumo Consciente e Comércio Justo, Agroecologia, Soberania Alimentar, Autogestão e Finanças de Empreendimentos Solidários.	Plano Pedagógico	Deverá ser submetido ao responsável pela gestão do projeto, junto ao ICTIM (em formato físico e digital), o Plano Pedagógico, contendo o planejamento para a realização das ações e etapas das formações previstas. O ICTIM e a EcoSol realizará sua análise e aprovação em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.	45 dias úteis após assinatura do Termo de Colaboração
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 3 – Cadastrar estudantes de escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio para acesso ao Programa Mumbuca Futuro.	Plano de ação para mobilização e cadastramento para o Mumbuca Futuro.	Será entregue o plano de ação, ao gestor da parceria elaborado em conjunto com o ICTIM e a EcoSol para mobilização e cadastramento para o Mumbuca Futuro. (em meio físico e digital)	Final do mês 01 da Parceria
	Lista de cadastro dos estudantes.	Será entregue uma lista dos estudantes cadastrados, organizada por escola e série em um formato padrão a ser acordado entre a OSC Parceira e o ICTIM (em meio físico e digital).	Final do mês 04 da Parceria
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 4 – Capacitar 250 (trezentos e quarenta) Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, para que estes deem formação aos estudantes de escolas públicas (municipais ou estaduais) e moradores (empreendedores ou futuros empreendedores) preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, nas temáticas de Economia Solidária.	Relatório dos processos formativos realizados	Serão entregues, em formato físico e digital, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvidos, dinâmicas, fotos, liste presença .	Final do mês 04 da Parceria
	Lista do material didático/pedagógico, para a capacitação, previsto no Plano Pedagógico.	Será entregue ao ICTIM uma lista nominal contendo o material didático/pedagógico utilizado na capacitação (em meio físico e digital).	Final do mês 04 da Parceria
	Listagem de comprovação de distribuição do Material Pedagógico.	Listagem de distribuição do material pedagógico com data e assinatura dos receptores incluindo equipe do projeto e participantes dos processos formativos que receberem material pedagógico.	Final do mês 04 da Parceria
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 5 - Realizar formação de estudantes do 6º ao 9º do ensino fundamental e do 1º ao 3º anos do ensino médio cadastrados no Programa Mumbuca Futuro, em educação popular, organização popular, economia solidária, consumo consciente, comércio justo, agroecologia e soberania alimentar.	Relatório dos processos formativos junto aos estudantes .	Serão entregues, em formato físico e digital, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvido, dinâmica, fotos, listas de presença ou diários de classe.	Trimestral
	Relatório de avaliação das atividades desenvolvidas junto aos estudantes.	Será entregue, em formato físico e digital, relatório de avaliação das atividades desenvolvidas juntos aos estudantes.	Semestral
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 6: Viabilizar iniciativas de fomento à criação e/ou manutenção de empreendimentos econômicos solidários nos distritos maricaense.	Diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas empreendedoras nos 04 (quatro) distritos maricaense.	Será entregue ao ICTIM documento, contendo Diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas empreendedoras nos 04 (quatro) distritos maricaense (Em formato físico e digital)	Final do mês 02
	Relatório dos processos (in)formativos realizados com a comunidade local.	Serão entregues ao ICTIM, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvidos, dinâmicas, fotos e listas de presença .	Trimestral
	Lista de materiais (adquiridos conforme diagnóstico) para o fomento ao funcionamento de empreendimentos populares solidários, nos espaços de produção compartilhada oferecidos pelo projeto.	Será entregue ao ICTIM lista de materiais diversos (adquiridos conforme diagnóstico), necessários para o fomento ao funcionamento de empreendimentos populares solidários, nos espaços de produção compartilhada oferecidos pelo projeto (em meio físico e digital).	Trimestral
	Relatório de avaliação das atividades desenvolvidas junto aos moradores.	Será entregue, em formato físico e digital, relatório de avaliação das atividades desenvolvidas juntos aos moradores.	Semestral

**27. DA SUBDELEGAÇÃO**

27.1. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA poderá subdelegar parcialmente atividades correlatas, com prévia autorização do ICTIM, mediante justificativa por escrito.

**28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

28.1. Pela execução da parceria em desacordo com o PLANO DE TRABALHO e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 54/2017, o ICTIM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo de até dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir o ICTIM pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

28.2. As sanções estabelecidas nos incisos II e III do item 21.1 é de competência exclusiva do Diretor Presidente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

#### 29. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

29.1. A inexecução do objeto deste EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO e seus anexos, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão do TERMO DE COLABORAÇÃO, na forma da Lei federal nº 13.019/2014, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

29.2. A rescisão unilateral do TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser determinada pelo ICTIM, de acordo com a Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse EDITAL e seus anexos;

29.3. Os casos omissos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

29.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

#### 30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) A OSC parceira deverá arcar com todas as despesas e encargos em relação aos profissionais que estarão disponibilizados para executar a parceria;

b) Qualquer pessoa poderá impugnar o Edital de Chamamento Público e seus anexos, até 05 (cinco) dias após a sua divulgação, por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede do ICTIM situada na Rua Barão de Inoã, nº 72, Centro – Maricá, no horário de 10:00 às 16:00h.

c) Os pedidos de esclarecimento decorrentes de dúvidas na interpretação do Edital de Chamamento Público e seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 03 (três) dias da data-limite para o envio da proposta, exclusivamente na forma eletrônica pelo e-mail: ictimarica@gmail.com.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os esclarecimentos serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO.

d) As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no presente EDITAL e seus anexos. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados aos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

e) Eventual modificação no presente instrumento, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

f) O ICTIM resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

#### 31. DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. Para o deslinde das questões porventura ocorridas nesse Edital de Chamamento Público nº 004/2022, a COMISSÃO DE SELEÇÃO observará as regras do presente Edital, a Lei Federal nº 13.019/2014, o Decreto 8.726/2016, o Decreto Municipal 57/2017, todas as suas alterações e as demais normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

31.2. Ficam as Organizações da Sociedade Civil (OSC) participantes deste Edital de Chamamento Público e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

31.3. A COMISSÃO DE SELEÇÃO poderá autorizar ou propor a alteração do TERMO DE COLABORAÇÃO ou do PLANO DE TRABALHO, após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil (OSC) ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, por termo aditivo à parceria para redução do valor global, sem limitação de montante; prorrogação da vigência, observados os limites permitidos em Lei, para alteração da destinação dos bens remanescentes e demais casos de alteração que se façam necessários, desde que permitidos por lei, nas demais hipóteses de utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria; ou remanejamento de recursos sem a alteração do valor global e indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria de-

verá ser alterada, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o ICTIM tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

Anteriormente à celebração da parceria, a Organização da Sociedade Civil deve se cadastrar junto ao Sistema Gerencial de Informação de Materiais.

31.3.1. Eventual modificação nesse Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

31.4. A Comissão resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

31.5. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

31.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Edital de Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

31.7. O ICTIM não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Edital de Chamamento Público.

31.8. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Edital de Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte do ICTIM.

31.9. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

**ANEXO I – Termo De Referência**

**ANEXO II - Plano De Trabalho**

**ANEXO III – Declaração de Ciência e Concordância**

**ANEXO IV – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais**

**ANEXO V – Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade;**

**ANEXO VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;**

**ANEXO VII – Minuta do Termo de Colaboração;**

#### 32. DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou demandas referentes à execução do objeto deste Edital de Chamamento Público e adjudicação dela decorrente. Maricá, 07 de abril de 2022.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Lúcia de Fátima Azevedo

Matrícula: 1300018

Hanna Beatriz Vieira da Silva Ramos

Matrícula: 1300006

Thaís Xavier Miranda

Matrículas: 8501 e 3000439

#### ANEXO I

##### TERMO DE REFERÊNCIA

FIRMAR PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), PARA IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA “MUMBUCA FUTURO”

##### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. A finalidade do presente TERMO DE REFERÊNCIA é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), por meio da formalização de TERMO DE COLABORAÇÃO, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, tendo como Objeto a Implantação e Gestão de Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária “Mumbuca Futuro” no Município de Maricá em cooperação entre o Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM) e a Secretaria Municipal de Economia Solidária (EcoSol);

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e pelos demais normativos aplicáveis, além das

condições previstas neste Termo de Referência.

#### 2. DO OBJETO

Implantação e Gestão de Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária – Mumbuca Futuro, no Município de Maricá.

#### 3. FINALIDADES DO OBJETO

3.1. Contratar recursos com vistas à realização de ações articuladas em economia solidária e inovação social em Maricá em parceria com a Secretaria Municipal de Economia Solidária (Ecosol), tendo interface com o Programa Mumbuca Futuro, Decreto Municipal nº 98 de 19 de dezembro de 2017;

3.2. Estruturação e desenvolvimento de um polo de economia solidária, educação de jovens matriculados na rede municipal de ensino e famílias em situação de vulnerabilidade em Maricá;

3.3. Capacitação de empresas, empreendedores e recursos humanos em economia solidária e inovação social em Maricá;

3.4. Impactar e aumentar a qualidade de vida na cidade;

3.5. Gerar atrativos para empresas se estabelecerem em Maricá, com vistas à criação de um Arranjo Produtivo Local em economia solidária;

3.6. Aumentar a arrecadação do município, por meio da economia solidária, com iniciativas sustentáveis que respeitem o meio ambiente;

3.7. Realização de atividades híbridas, apoiadas em plataformas tecnológicas, combinando ambiente virtual com espaços físicos;

3.8. Promover encontros educacionais e pedagógicos em formato de oficinas itinerantes nos espaços e prédios público e privados, bem como em comunidades de Maricá;

3.9. Realizar seminários, congressos, debates e palestras sobre economia solidária e inovação social na cidade de Maricá;

3.10. Realizar a inclusão social e profissional em todas as áreas abrangidas por estes objeto de contrato para pessoas com necessidades especiais;

3.11. Fomentar a implantação de um Arranjo Produtivo Local (APL), da economia solidária, do qual os resultados se consolidem com o objetivo da produção local;

3.12. Implementação e implantação de soluções inovadoras na área de economia solidária para o município;

3.13. Conceder apoio à Administração Pública Municipal para a coordenação e execução de formação em economia solidária realizada no âmbito do Programa Mumbuca Futuro;

3.14. Cadastrar estudantes das escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, para acesso ao Programa Mumbuca Futuro em suas modalidades mensal e anual, conforme critérios do Decreto Municipal nº 98/2017;

3.15. Capacitar 250 jovens em Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, organização popular, economia solidária, consumo consciente e comércio justo, agroecologia, soberania alimentar, finanças solidárias, autogestão de empreendimentos econômicos solidários;

3.16. Oferecer cursos de formação em economia solidária e inovação social aos estudantes cadastrados/as no Programa Mumbuca Futuro;

3.17. Fomentar e fortalecer práticas econômicas e sociais organizadas para aproximadamente 3.315 moradores, preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, com processos formativos nos distritos do Município.

#### 4. DETALHAMENTO DO PROJETO:

O projeto engloba todas as atividades necessárias para sua aplicação, envolvendo recursos humanos e materiais, divididos nas categorias material didático, instrutores, infraestrutura e equipamentos, que incluirá:

- Espaço para Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária, incentivando e apoiando iniciativas como consumo consciente e comércio justo, agroecologia, soberania alimentar, finanças solidárias, autogestão de empreendimentos econômicos solidários, equipado para empreender cursos, oficinas e formação de recursos humanos;
- Adequação de espaços públicos já existentes ou não, para o atendimento das demandas e necessidades para o pleno funcionamento do presente projeto;
- Adequação de espaços privados que venham a ser destinados ao atendimento das demandas e necessidades para o pleno funcionamento do presente projeto;
- Compra e locação de equipamentos, veículos, material de consumo e mobiliários para o desenvolvimento e pleno funcionamento do presente projeto;

#### 5. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Consideramos que a Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária – Mumbuca Futuro, atuará para ampliar e consolidar as potencialidades municipais na atenção e formação de jovens e adolescentes tanto no vértice da educação tradicional quanto na criação de nossas possibilidades e ofertas de uma renda mínima para planejar do

futuro deste público alvo;

Considerando que tais ações ajudam na construção de uma cidade mais solidária no Município de Maricá, RJ;

Considerando que a criação de Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária deve ser mais um novo fator para ampliar a empregabilidade formal de pessoas nesta situação.

Considerando que há grande urgência e a necessidade preeminente da criação de uma Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária;

Considerando acontecimentos como a pandemia de Coronavírus, o novo normal com sistemas híbridos que se tornam cada vez mais presentes e a necessidade de modelos mais completos e de ações inovadoras, sobretudo, segundo as definições da OECD e da União Europeia, que a concebem como “[...] novas ideias (produtos, serviços e modelos), que simultaneamente promovem a resolução de necessidades sociais de forma mais eficaz do que as alternativas e criam novas relações sociais ou colaborações.” BACON et al., 2008);

Considerando que o Município de Maricá busca viabilizar um crescimento econômico justo, sustentável e solidário, com a destinação de recursos para a busca de novas formas de reduzir a dependência de royalties oriundos da indústria do petróleo e gás com a invenção de novas possibilidades a partir da criação de uma incubadora;

Considerando que este tipo de projeto, além de possibilitar a geração de renda e trabalho, também incrementa setores de como a tecnologia social e criativa, bem como a formação de recursos humanos, num cenário de incertezas e instabilidades;

Considerando, também, a oferta de soluções criativas para cumprir os ODS, objetivos do desenvolvimento solidário como preconiza a agenda da ONU 2030, contribuindo para metas mais ousadas que norteiam a economia solidária como um fim para atingirmos a dignidade e qualidade de vida para todos sem distinções e sem comprometer o meio ambiente com indústrias poluentes ou obsoletas.

Concluimos afirmando que a Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária – Mumbuca Futuro, parceria entre o ICTIM e a Secretaria Municipal de Economia Solidária tem potencial para proporcionar tais oportunidades. Ao mesmo tempo em que conduz a novas formas de desenvolvimento econômico e social no Município de Maricá.

Nesta nova forma, a inovação social, com base na Economia Solidária deve apostar numa solidariedade de um tipo “forte” (AMARO; LAVILLE, 2016), visando ir além da mera questão econômica e buscando a nova economia criativa, solidária e transformadora, procurando superar as relações capitalistas tradicionais e relações de exploração dentro do mercado de trabalho, cada vez mais acentuadas.

Neste sentido, nada mais oportuno que o investimento em pesquisa e desenvolvimento em projetos como este para a inovação social em economia solidária.

Consequentemente protegendo e viabilizando, para as gerações futuras, recursos e novas formas de tecnologias criativas e limpas num plano de ação que envolve cultura, educação e entretenimento. Ao mesmo tempo visando erradicar a pobreza e o analfabetismo, buscamos também promover melhor qualidade de vida para a maior e agora e para as próximas gerações.

## 6. PROJETO INCUBADORA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – MUMBUCA FUTURO

Maricá pertence à Região Metropolitana e tem uma área total de 362,6 quilômetros quadrados, correspondentes a 6,8% da área da Região Metropolitana.

Em 2010, de acordo com o Censo, Maricá tinha uma população de 127.461 habitantes, correspondente a 1,1% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 96,7 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 351,5 habitantes por km<sup>2</sup>, contra 2.221,8 habitantes por km<sup>2</sup> de sua região. A taxa de urbanização correspondia a 88% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 66,1%, o 2º maior crescimento no estado. A faixa etária predominante encontra-se entre os 10 e 39 anos.

Maricá alcançou IDHM de 0,765 em 2010, o que o situa na faixa de desenvolvimento alto. A dimensão que mais contribui é a Longevidade, com índice de 0,850, seguida da Renda, com índice de 0,761, e da Educação, com índice de 0,692. Comparando com os Municípios da RMRJ, Maricá possui um dos IDHM mais altos, encontrando-se atrás apenas de Niterói (0,837) e Rio de Janeiro (0,799), sendo o 6º Município com o melhor IDHM no Estado.

### 6.1. A atualidade das incubadoras em inovação social

Há tempos incubadoras são espaços de desenvolvimento de novas oportunidades para grupos ou indivíduos em situações de início profissional, para auxiliar a entrada no mercado de trabalho, bem como cidadãos ou grupos em situação de desemprego ou vulnerabilidade. Mais adiante descreveremos nosso público eletivo, jovens e adolescentes, em processo de formação. Incubadoras solidárias, por sua vez

são espaços de desenvolvimento e de criação de modo geral.

Um dos desafios destacados das incubadoras em economia solidária, tem sido a necessidade de induzir desenvolvimento em parcerias entre setores aparentemente antagônicos. A alternativa que propomos neste projeto é a construção de pontes entre novas tecnologias que fortaleçam princípios e valores democráticos e auto-gestórios entre educação, ciência, tecnologia inovação social e economia solidária. Em contraposição à ideia tradicional da educação formal e voltada à formação de força de trabalho para mercados, acreditamos que projetos como o Mumbuca Futuro, baseados na descentralização e de empoderamento no sentido de emancipar esse público através de políticas de renda mínima de inserção e de incentivo às incubadoras buscando domínio sobre suas próprias vidas profissionais ou após os estudos iniciais com ajuda dos benefícios oferecidos àqueles que frequentarem o projeto.

O conceito de incubadora em economia solidária vem se consolidando através da aposta na inovação social, combinando novas tecnologias de trabalho, com programas de apoio às cooperativas e outras formas horizontalizadas de apoio aos empreendedores sociais. Vejamos, por exemplo, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Proninc como uma nova maneira de conceber processos de inovação.

Além das cooperativas, novas oportunidades, novas opções surgem para fortalecer projetos de economia solidária. Desde movimentos sociais no campo e nas cidades, organizações comunitárias, hortas, feiras solidárias, empreendimentos cooperativos, solidários etc. Neste sentido, consideramos que a ampliação de espaços de intercâmbio de saber e de renda, como o projeto Mumbuca futuro, oferecem oportunidades de desenvolvimento local para prefeituras e governos que estejam dispostos a fomentar a economia para os trabalhadores. Uma nova guinada rumo aos objetivos do desenvolvimento solidário, ODS como preconizados na Agenda 2030 da ONU.

6.2. Os desafios à criação de novas incubadoras que possibilitem ferramentas e técnicas geradoras de novas formas de produção coletiva. Mais uma vez defendemos projetos de formação somados à políticas de renda mínima como soluções ad hoc para o desenvolvimento solidário. Assim, as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES), surgem como uma das principais formas de combate à exclusão social e ao mesmo tempo de propor formação continuada, integridade de processos educativos com jornadas de estudo e formação continuada para o mundo do trabalho num mesmo espaço, com base na ciência e na tecnologia bem como propondo uma resposta à altura da nova economia solidária.

Atualmente, no município de Maricá, busca-se reinventar projetos que unem instituições de ensino, economia solidária, ciência e tecnologia num mesmo ambiente de pesquisa e criação de incubadoras voltadas às pessoas em situação de baixa renda ou de vulnerabilidades.

A prática das incubadoras sociais, como é este caso, almeja desenvolver o município, mas também servir de vitrine para outras cidades em direção à produção com uma nova forma de transformação social. No campo das políticas públicas, essa abordagem da inovação se vincula aos ODS de médio e longo prazo. Objetivos que compõem um conjunto de atividades para a superação, a longo prazo, da matriz de petróleo e gás como fonte de recursos via royalties.

Seguindo a métrica utilizada por França Filho (2018) sobre as categorias de inovação, são identificados três agentes para a transferência de tecnologia, (FRANÇA FILHO, 2018). Agentes externos, internos e agentes mistos externos e internos. Neste sentido, temos a necessidade de identificar tais agentes, tanto para a economia solidária de modo geral quanto para projetos como o Mumbuca Futuro de modo particular, sem a necessidade de criarmos tecnologias de inovação social para aproveitarmos o modelo de incubadoras, aqui proposto:

6.2.1. Agentes externos: incubadoras de base tecnológica em convênio com universidades, institutos de pesquisa, cooperativas, agências de fomento, órgãos públicos etc;

6.2.2. Agentes internos: cooperativas municipais, Incubadoras Sementes com fomento do Banco Mumbuca, parcerias com empresas locais, setores tradicionais do município de Maricá e da área de abrangência do Comperj ou da região metropolitana;

6.2.3. Agentes mistos internos e externos: unindo incubadoras públicas e de empresas privadas, PPPs e agências de fomento.

Tendo como base para a articulação o modelo dos empreendimentos econômicos solidários (EES) e como forma de organização a sociedade, seja através de coletivos, associativismos, formas de autogestão e que visem a autonomia das cidadãs e cidadãos individuais e principalmente organizados e cooperados. Processos de emancipação necessários, porém complexos e auto-gestórios (DAGNINO, 2004) sempre buscando a transformação social.

Um dos exemplos da primeira via, aquela que utiliza agentes externos, é o da COPPE/UFRJ, que desde 1995, busca a transferência de tec-

nologia para a incubação de empresas. Experiências que variam da extensão universitária à educação popular para gerar trabalho, renda ou quaisquer formas de autonomia dos atores até se tornarem empreendedores solidários independentes. Outro exemplo, mas do segundo caso, envolvendo agentes internos é o da Incubadora Sementes. Criada pelo Banco Mumbuca em 2021 busca viabilizar técnica e financeiramente a criação de novas cooperativas no município de Maricá. Para o terceiro caso, aquele que envolve agentes internos e externos, uma possibilidade viável seria a criação de parcerias público-privadas com objetivo de desenvolvimento econômico, social e solidário. Neste vaso de incubação o poder local pode financiar empresas de assessoria técnica e criar start-ups de empreendimentos econômicos solidários (EES), como agentes indutores de pesquisa e geração de novas atividades que se vinculem nas políticas de economia solidária enquanto alternativas de trabalho e renda, científica e tecnologia solidárias.

Nosso objetivo, associando economia solidária e projetos com o Mumbuca Futuro é o de envolver estudantes, monitores, pesquisadores e professores de instituições de ensino superior com nossa rede municipal. Uma verdadeira Casa da Solidariedade voltada à solidariedade como princípio educativo. Com capacidade de gerar impactos na criação de trabalho e renda e, principalmente, espalhar solidariedade pelo tecido social local unindo poder local, sociedade civil organizada, empresas com responsabilidade social comprova.

Enquanto fatores positivos para os grupos acima citados, podemos citar a criação de laços e de envolvimento com a gestão municipal, com a iniciativa e com empreendimentos solidários tais como agro-economia solidária e comércio justo. Por exemplo, cooperativas de agro-economia solidária para jovens em processo de formação em busca do primeiro emprego, agricultura familiar envolvendo outros membros da família, incentivo aos coletores e recicladores, treinamento e curso para artesanato, preparo e comercialização de alimentos orgânicos etc.

### 6.3. Os impactos da pandemia e a tendência da educação para a inovação social

Para além da questão da saúde pública, o cenário local em Maricá não foi muito diferente do novo normal mundial. A superação de crises como é a da presente pandemia só virá com o trabalho coletivo, solidário e transformador. Aquele que une ciência, tecnologia e solidariedade no mesmo espaço. Aquele que gera emprego, habilidades e renda para os que mais precisam e que estão em situação de vulnerabilidade. Afinal jovens e adolescentes matriculados na rede pública local se somam a mais de 1,6 bilhão de “jovens afetados pelo fechamento de escolas em 191 países representando 90,2% da população estudantil Mundial”. (UNESCO, apud VIEIRA, 2020).

Jovens e adolescentes que enfrentaram as consequências da interrupção das atividades escolares. E, em tempos de crise econômica mundial vivenciaram a adoção de medidas paliativas como a educação a híbrida ou a distância, entre outras estratégias utilizadas no período. Medidas que não supriram a ausência, a importância e a estética da educação presencial. Aquela que se aproxima da educação criativa libertária e transformadora.

Até mesmo a China, que “possui uma estrutura robusta de acesso à internet e às tecnologias nos mais diferentes dispositivos, tanto escolas públicas, quanto privadas, adotaram o sistema de atividades online. Após 90 dias de enfrentamento ao vírus, em alguns distritos foi retomado o ensino presencial. (...) Além disso, foi lançada uma plataforma nacional de aprendizagem, com conteúdos divididos em educação para prevenção de epidemias, educação para temas especiais, materiais didáticos eletrônicos e educação via cinema e televisão.” (VIEIRA, 2020).

Assim, considerando a tendência à economia criativa e solidária propomos soluções ad hoc para tempos de crises para além da questão da educação tradicional. Urge pensarmos nas questões de saúde pública e em possibilidades de novas políticas para geração de emprego e renda no campo da economia solidária.

É chegada a hora de criar oportunidades para que jovens e adolescentes, tanto dentro quanto fora de espaços de educação, tenham acesso ao novo mundo de possibilidades inovativas tais como educação especial inclusiva, educação para a vida, laboratórios, makerspaces compartilhados com ferramentas digitais e impressoras 3D, por exemplo. Espaços compartilhados tanto com alunos e alunas, como também com estudantes monitores e agentes em processo de formação para que num futuro, não muito distante, possam eles mesmos contribuir na implementação com participação efetiva na geração da própria renda.

Nesse sentido, reificamos que a Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária é uma condição sine qua non para a retomada do programa Mumbuca Futuro, agregando novos conceitos de educação, respondendo às novas questões surgidas para tempos de pandemia

ou tempos de crises através da uma economia solidária e criativa. Ação que ao mesmo tempo é de solidariedade humana, mas também de abertura para novas possibilidades de transformação social e individual para além do viés individualista. Todavia, um processo deste porte, onde serão criadas possibilidades de incluir jovens e adolescentes numa nova prática pedagógica será um desafio que iremos empreender nas redes de ensino, mas principalmente na sociedade enquanto nova forma de empreendedorismo solidário. Para isso disponibilizaremos atividades de formação para o mundo do trabalho através da incubadora como nova ferramenta social.

#### 6.4. Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária - Mumbuca Futuro.

Este projeto trata da criação e implantação de uma incubadora para inovação em economia solidária, ponto de referência para setores de desenvolvimento humano e ligados ao comércio justo e solidário. Objetivando aperfeiçoar, formar e assessorar tanto atividades de agricultura, comércio ou de serviços que tenham escolhido projetos de empreendedorismo solidário e de responsabilidade social. Considerando também a formação de profissionais capazes de valorizar e realizar ideias criativas com a qualidade nos padrões internacionais. Levando em conta, aida, oferecer aos participantes produtivos do setor de economia solidária novas técnicas profissionais com atualização de vanguarda.

Este projeto busca, ainda, se enquadrar no novo PIB criativo e na nova economia solidária. Se enquadra, também, na Lei de Inovação, que regulamenta e define o que é um ecossistema empreendedor, constituído de inovação, incubadoras, centros de inovação, arranjos produtores de inovação tipo clusters, startups, living labs, coworking etc.

Considerando que o projeto Mumbuca futuro é elegível para compor um ecossistema empreendedor, acreditamos que sua inserção desde em processos de inovação, em incubadoras, centros de inovação, startups, living labs, coworking entre outros pode atrair novos players para o município de Maricá.

Considerando que ao analisar a Lei nº 6788 de 28/10/2020 que define para o município do Rio de Janeiro encontramos exemplos de incentivos e mecanismos para unir, num mesmo escopo atividades de formação, ciência, tecnologia, ações inovativas e de economia criativa visando o desenvolvimento sustentável para aquele município citado. Segundo a ideia principal desta legislação, podemos criar, aqui no município de Maricá, um “ecossistema empreendedor” enquanto ambiente econômico e social, mas voltado à formação direta ou indiretamente à inovação. Com o aperfeiçoamento e a agregação de novas funcionalidades que possam melhorar a empregabilidade, o incentivo à continuidade dos estudos e principalmente o combate às desigualdades sociais.

Considerando a tecnologia como um conjunto ordenado de conhecimentos, técnicas e processos que podem ser empregados na produção e comercialização de bens e serviços visando o bem coletivo. Acreditamos que ao agregarmos novas tecnologias e ações de inovação, extensão, pesquisa científica, criação de laboratórios e start-ups etc na economia solidária integrando não apenas conhecimentos para a criação e implantação de uma Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária para o projeto Mumbuca Futuro. Visando estimular ou prestar apoio que pode ser logístico, gerencial ou tecnológico aos jovens empreendedores solidários para criações, desenvolvimento de empresas e demais atividades voltadas à inovação no âmbito da nova economia citada acima.

Portanto, criar uma Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária, seja de um modo geral ou específico, para um Programa como o Mumbuca Futuro, Lei Municipal nº 98/2017, tem potencial para torna-lo ponto de referência significativo no setor de formação e fomento à nova cultura de empreendedorismo solidário e social, oferecendo soluções tecnológicas e de inovação no território do município para a consolidação dos pilares de educação, ciência e tecnologia e de economia solidária.

Tais soluções têm como finalidade diminuir a vulnerabilidade das pessoas atendidas estabelecimento de políticas públicas sustentáveis econômica e socialmente. Indo, portanto, ao encontro à Lei no 2.652, de 15 de dezembro de 2015 que instituiu o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. Implica também na formação de público fomento à economia local e de redes de economia solidária..

#### 6.5. Referências

AMARO, R. R.; LAVILLE and J.-L. Social innovation in Europe: what relation with solidarity economy?. RIPESS Europe, 2016. Available from: [http://base.socioeco.org/docs/ripesseu\\_social\\_solidarity\\_innovation\\_en.pdf](http://base.socioeco.org/docs/ripesseu_social_solidarity_innovation_en.pdf)

BACON, N. et al. Transformers – How local areas innovate to address

changing social needs. London: NESTA, 2008.

DAGNINO, Renato. A Tecnologia Social e seus desafios. In: LASSANCE JUNIOR, Antonio E. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil. p. 187-210. 2004.

FRANÇA FILHO, G. (2018). Inovação social e incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I. No prelo.

LEI MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 6788 DE 28/10/2020. Pesquisada em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2020/679/6788/lei-ordinaria-n-6788-2020-dispoe-sobre-sistemas-mecanismos-e-incentivos-as-atividades-cientifica-tecnologica-inovativa-e-da-economia-criativa-visando-o-desenvolvimento-sustentavel-do-municipio-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias.25/02/2022>.

MONTEIRO, A. O que é a Inovação Social? Maleabilidade Conceitual e Implicações Práticas. Dados, v. 62, n. 3, e20170009, 2019. ISSN: 0011-5258 [viewed 10 December 2019]. DOI: 10.1590/001152582019187. Pesquisado em: <http://ref.scielo.org/vbpmn.25/02/2022>.

VIEIRA, Leticia, & RICCI Maike C. C.; A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: SOLUÇÕES EMERGENCIAIS PELO MUNDO. Ed. OEMESC. Abril 2020. Disponível em: <http://www.udesc.br/ensinomedioemsc>.

#### 7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Constituição de 1988 consagrou, entre seus princípios fundamentais, a “participação popular” na gestão pública como direito à dignidade da pessoa humana. Em seu artigo 1º, parágrafo único, o legislador constituinte, expressa o princípio da soberania popular pelo qual “todo o poder emana do povo” que o exerce através de seus representantes ou “diretamente”, na forma estabelecida pela Constituição. Este princípio reúne as concepções de democracia direta e democracia representativa, de modo a somar seus efeitos em benefício da coletividade, objetivo final do Estado e da Administração Pública. A Constituição também garante mecanismos de participação popular tais como Ação Popular, Audiência Pública, assim como a garantia de acesso a informação.

- O Art. 23 da CF/88 - competência comum dos Municípios c/ outros membros Federativos; (inciso V) - proporciona os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. (inciso VI) - proteger o meio ambiente e (inciso X) - combater as causas da pobreza e ...

- A Lei Orgânica do Município de Maricá estabelece como objetivos fundamentais assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento local e regional; erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural; além de promover o bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

- A Celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO com ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) na implantação e gestão da Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária, no Município de Maricá. O objeto do presente Termo de Referência encontra amparo na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 54/2017, demais legislações correlatas e disposições a serem estabelecidas no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

7.1. O município de Maricá promulgou sua Lei de Inovação, Lei número 2871 de junho de 2019. A Lei, em seu Artigo 1º, estabelece seu objetivo:

“Art. 1º Cria a Política Pública de Incentivo à Inovação e a Pesquisa Tecnológica, ao Desenvolvimento Sustentável e a Consolidação dos Ambientes de Inovação nos Setores Produtivos e Sociais da cidade de Maricá.”.

Art. 2º, destaca, em especial seu inciso II:

Art. 2º Esta Lei estabelece medidas de incentivo às atividades de tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos, ou que deseje oficialmente se estabelecer no município de Maricá, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria da oferta dos serviços públicos municipais, com fulcro nos termos da Lei Federal nº 10.973/2004, com vistas:

...  
II – Ao fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica do Município, constituída por entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnicos especializados e por unidades de produção e de bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico;

7.2. O ICTIM como Instituição de Ciência e de Tecnologia Pública, ICT Pública, foi concebido dentro do novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei 13.243 de 2016, e, portanto, cabe ao ICTIM estabelecer todo o contexto e arranjo legal que possibilite a articulação de projetos e negócios jurídicos com pesquisadores, empresas, incubadoras e outros entes e atores relevantes no desenvolvimento

de inovação baseada em ciência e tecnologia.

7.3. Para o desenvolvimento e orientações de suas ações o ICTIM realizou a Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (EMCTI), em 2020. Dentre as justificativas da EMCTI destacam-se:

“Potencializar a oportunidade e as condições construídas, é fundamental e urgente a elaboração desta Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – EMCTI, única no Estado do Rio de Janeiro e como poucas no Brasil. Integrada, envolvendo a prefeitura, instituições públicas e privadas, de ensino, pesquisa e Inovação, apoiadas por financiamento e infraestrutura adequados. Estratégia capaz de articular desafios urbanos, socioeconômicos e ambientais do município integrando esforço de pesquisa, Inovação e qualificação profissional (p.12)

“O processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo tem se tornado cada vez mais complexo, exigindo uma articulação eficiente dos agentes envolvidos: universidades, governo e empresas. Dessa forma, as interações entre estes agentes são fundamentais para a difusão do conhecimento e a promoção da Inovação tecnológica nas empresas e instituições” (p.19)

7.4. Dentre os elementos identificados pela EMCTI estão os desafios, relativos à: superar a dependência dos royalties, a economia pós-pandemia; a melhoria da infraestrutura sanitária e de tecnologia da informação; e a mudança da infraestrutura econômica. Para superação dos desafios, dentre outras premissas e instrumentos, é necessário o desenvolvimento de várias culturas tais como: a cultura empreendedora; a cultura em empreendimentos inovadores; a cultura de negócios sustentáveis e solidários; a cultura científica tecnológica e de inovação; e a cultura de gestão para a inovação dos gestores públicos.

7.5. Sendo assim, além da elaboração da EMCTI, fez-se necessário estabelecer sua política de inovação conforme Art. 15-A da Lei 10.973 de 2004 e com as devidas alterações introduzidas pela Lei 13.243 de 2016, listado a seguir.

Art. 15-A. A ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

7.6. O ICTIM publicou sua política de inovação, Portaria 11, no JOM 1137 de 26 de fevereiro de 2021, p.10. Dentre os destaques da Política de Inovação destaca-se o Art. 3:

I – Buscar alinhamento com os desafios da municipalidade de Maricá com relação a superação da dependência dos royalties, do fomento a recuperação pós Covid-19, da mudança da infraestrutura econômica e atendimento a infraestrutura de saneamento básico e de Tecnologia da Informação e da Comunicação;

II – Atender às premissas relativas ao desenvolvimento da economia solidária, ao desenvolvimento de cooperativismo, ao comércio justo, solidário, sustentável e ao estudo de vocações naturais e a serem fomentadas;

III – prestigiar a necessidade de se criar cultura inovativa, científica, empreendedora, de negócios solidários e sustentáveis e do empreendedorismo intensivo em conhecimento;

IV – Utilizar de instrumentos que possibilitem o fomento natural de inovação pelo poder público via compras públicas de inovação, encomendas tecnológicas, estabelecimento de alianças estratégicas, criação de incubadoras, de aceleradoras, de investimentos em startups, de parques tecnológicos, de bolsas para inovação, de formação, de empreendedorismo intensivo em conhecimento e de desenvolvimento tecnológico em todas as etapas de apoio ao processo de inovação;

V – Perseguir, como referência de todos os projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação, o resultado final da inclusão social e da justiça social;

VI - Rever ao longo de marcos temporais específicos estas diretrizes e sugerir, quando for o caso, a atualização dos Marcos Legais de inovação e de desenvolvimento

X - Atender demandas específicas de necessidades locais que necessitam de melhorias contínuas e abruptas, tais como, habitação de interesse social, saúde laboratorial em microbiologia, agro tecnologia, transporte sustentável e turismo; e

XI - potencializar e desenvolver novos eixos econômicos no município para superar a dependência dos royalties da indústria de petróleo e gás.

7.7. Os esforços acima se integram com iniciativas de criação de mecanismos de desenvolvimento da economia solidária empreendedora e de inovação no município de acordo com o Decreto Municipal nº 98 de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Mumbuca Futuro, em seu “Art.3 Constituem com objetivo do Programa o incenti-

vo ao estudo dos municípios no âmbito do Ensino Fundamental, médio e universitário e ao empreendedorismo na sua atividade empresarial, cooperativa e/ou associativa”.

7.8. O ICTIM tem desenvolvido uma série de projetos alinhados ao Programa de Qualificação Profissional em várias áreas, tais como: Inclusão Digital, Profissional de Mercado, Empresarial (Startup Socio-técnicas) e de Iniciação Científica e Tecnológica.

7.9. Estes projetos dentro do Programa de Qualificação estão alinhados com a Estratégia Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá, no direcionamento em criar localmente uma cultura inserida no digital, conhecedora de ciência e de tecnologia, inovadora e empreendedora.

7.10. O incentivo a formação e qualificação profissional no âmbito do digital, tecnológica e voltados para o empreendedorismo visa preparar o cidadão maricaense nesse ramo que a cada dia gera mais empregos e renda de melhor qualidade aos trabalhadores.

7.11. Para contribuir com a temática sobre a sustentabilidade e a geração de oportunidades de emprego e renda, o ICTIM através das iniciativas propostas nesta parceria busca desenvolver o fomento dessa cadeia no âmbito profissional.

7.12. Coerência com a legislação e atribuições específicas do ICTIM no que tange acerca das iniciativas inovadoras. A Lei Orgânica do Município destina um capítulo específico às associações e cooperativas. Neste, afirma que o “poder público incentivará a organização das associações sempre que o interesse e o da administração convergirem para a colaboração comunitária e a participação popular na formação e execução de políticas públicas de economia solidária, além de estabelecer programas especiais de apoio/fomento à iniciativa popular.

#### 8. DA FORMA DE CELEBRAÇÃO DO AJUSTE

8.1. A Celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO com ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) na implantação e gestão da Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária –Mumbuca Futuro no Município de Maricá, o Objeto do presente Termo de Referência encontra amparo na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 54/2017, demais legislações correlatas e disposições a serem estabelecidas no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

8.2. O objeto do presente TERMO DE REFERÊNCIA a ser executado enquadra-se como TERMO DE COLABORAÇÃO, tendo em vista que será formalizado por instrumento por meio do qual a parceria estabelecida pelo ICTIM com Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco são propostas pelo ICTIM e que envolvam a transferência de recursos financeiros, nos termos do Art. 2º, Inc. VII, da Lei nº 13.019/2014.

#### 9. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O objeto será executado no município de Maricá.

#### 10. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

10.1. Poderão participar do Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil (OSC/ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015) as entidades privadas sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

10.2. As ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS ao participarem do chamamento público deverão formular e apresentar PLANO DE TRABALHO, no qual constem as ações a serem desenvolvidas e que atenda aos requisitos normativos deste Termo de Referência e outras orientações a serem definidas pela COMISSÃO DE SELEÇÃO na elaboração do Edital de Chamamento Público e seus anexos que serão publicados no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e pelo Site do ICTIM.

10.3. O Plano de Trabalho (proposta) deve ser encaminhado em envelope fechado, juntamente com a documentação necessária à COMISSÃO DE SELEÇÃO.

10.4. O Termo de Colaboração deverá ser formalizado conforme disposições contidas nos termos da Lei nº 13.019/2014, bem como, do Decreto Municipal nº 054/2021 e demais normas legais aplicáveis ao caso.

10.5. Para a celebração do Termo de Colaboração, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá atender aos requisitos de HABILITAÇÃO para participação no chamamento Público:

i. Apresentar cópia autenticada do estatuto social da organização da sociedade civil, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promo-

ção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

ii. Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014).

iii. Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);

iv. Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

v. Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

vi. Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, declaração sobre instalações e condições materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

vii. Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada mediante apresentação da documentação exigida neste instrumento;

viii. Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014), comprovação da regularidade jurídica da organização da sociedade civil com apresentação das certidões negativas de insolvência civil expedidas pelo distribuidor da sede da organização;

ix. Apresentar cópia autenticada registrada no Cartório de registro civil das Pessoas Jurídicas da ata de eleição do quadro dirigente vigente, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles.

x. Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação;

xi. Atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014);

xii. Cadastramento da Organização da Sociedade Civil junto à Administração Municipal na forma do Decreto nº 54/2017, e Certidão de Cadastramento junto ao ICTIM;

xiii. Declaração de que a Organização não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, nos últimos 12 (doze) meses, emitida pelo seu representante legal, conforme inciso XI do art. 18, do Decreto Municipal nº 054, de 30 de maio de 2017;

xiv. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

xv. Prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

xvi. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

xvii. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

xviii. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

xix. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

xx. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

xxi. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA participante deverá comprovar capacidade técnica na área do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, conforme se segue:

xxii. Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprovem que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto.

xxiii. Cumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, mediante apresentação de Declaração, conforme preconiza o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil – CF/88.

xxiv. Declaração do representante legal da organização da sociedade civil de que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 22 do Decreto Municipal nº 54/2017.

xxv. Cadastramento da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA junto à Administração Municipal na forma do Decreto nº 54/2017.

10.6. Ficará impedida de celebrar o Termo de Colaboração a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA que não atender aos preceitos da Lei nº 13.019/2014, art. 39, caput e incisos I, II, IV, V e VI, art. 73, incisos II e III; Lei nº 8.429, art. 12, incisos I, II e III, e ainda:

i. não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

ii. esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

iii. tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;

iv. tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

v. tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista na Lei nº 13.019/14.

vi. tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

vii. tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos na legislação ou que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, inciso VII, da Lei nº 13.019/2014).

#### 11. COMISSÃO DE SELEÇÃO

11.1. A presente seleção será conduzida pela COMISSÃO DE SELE-

ÇÃO, publicada na Portaria nº 0021/2022 em 11 de março de 2022, no Jornal Oficial de Maricá (JOM) nº 1284.

## 12. DA FASE DE SELEÇÃO

12.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	08/04/2022
2	Prazo para Impugnação do Edital do Chamamento Público	Até 5 dias úteis
3	Prazo para resposta a impugnação pela COMISSÃO DE SELEÇÃO	Até 5 dias úteis
4	Envio das propostas pelas ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS	18/04/2022 a 17/05/2022
5	Abertura das propostas pela Comissão de Seleção.	18/05/2022
6	Divulgação do resultado preliminar	19/05/2022
7	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	20/05/2022 a 26/05/2022
8	Análise dos recursos pela COMISSÃO DE SELEÇÃO	27/05/2022 a 31/05/2022
9	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver)	01/06/2022 (data estimada)

12.2. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da (s) Organização (s) Parceira (s) selecionada (s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

12.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

12.3.1. O Edital será divulgado em página do site eletrônico oficial do ICTIM na internet [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br) com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

12.4. Etapa 2: Prazo para Impugnação do Edital do Chamamento Público, em até 5 (cinco) dias a partir do dia da publicação do Edital;

12.5. Etapa 3: Prazo para resposta a impugnação pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, em até 5 (cinco) dias a partir do protocolo da solicitação de impugnação;

12.6. Etapa 4: Envio das propostas pelas ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS.

12.6.1. As propostas serão apresentadas pelas ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS, na sede do Instituto de Ciência Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), situada na Rua Barão de Inoã, nº 72, Centro – Maricá no horário de 10:00 às 16:00h na forma de Plano de Trabalho bem como a documentação necessária a habilitação (inicial e final), e deverão ser apresentadas conforme instruções a seguir:

**INSTITUTO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ – ICTIM  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2022  
ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA E HABILITAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:**

12.6.2. A entrega da proposta e documentação serão estabelecidas no Edital de Chamamento Público e seus anexos e implicará na manifestação de interesse da parceria, bem como na aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Termo de Referência.

12.7. Etapa 5: Abertura das propostas pela Comissão de Seleção.

12.7.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a COMISSÃO DE SELEÇÃO analisará as propostas apresentadas pelas ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

12.7.2. A COMISSÃO DE SELEÇÃO terá o prazo estabelecido no item 9.1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

Crerios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexa entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0

(D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta	- O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (1,0); - Igual ao valor global proposto (0,5); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.	1,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- Grau pleno de capacidade técnico operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014).	2,0
Pontuação Máxima Global		10,0

12.7.3. As propostas deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos no modelo de Plano de Trabalho a ser apresentado e definido no Edital de Chamamento Público.

12.7.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

12.7.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (E), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

12.7.6. Serão eliminadas aquelas propostas cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos ou que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (E);

12.7.7. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da COMISSÃO DE SELEÇÃO, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

12.7.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

12.8. Etapa 6: Divulgação do resultado preliminar. O ICTIM divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e na página do site oficial [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br).

12.9. Etapa 7: Interposição de recursos contra o resultado preliminar. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

12.9.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

12.9.2. Os recursos deverão ser apresentados através de petição na sede do ICTIM.

12.9.3. Interposto recurso, o ICTIM dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

12.10. Etapa 8: Análise dos recursos pela COMISSÃO DE SELEÇÃO.

12.10.1. Havendo recursos, a COMISSÃO DE SELEÇÃO os analisará.

12.10.2. Recebido o recurso, a COMISSÃO DE SELEÇÃO poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao dirigente máximo, com as informações necessárias à decisão final.

12.10.3. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11. Etapa 9: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o ICTIM homologará e divulgará, no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e no seu site eletrônico oficial, [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br) o resultado definitivo do processo de seleção.

12.11.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

12.11.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Termo de Referência e do Edital de Chamamento Público e seus anexos, o ICTIM poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

## 13. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DA PARCERIA

13.1. A execução da parceria objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis após a celebração da parceria, por intermédio do Termo de Colaboração, mediante solicitação formalizada pela COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa;

## 14. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

14.1. O edital deverá ter vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado em iguais e sucessivos períodos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, demonstrada a vantajosidade para o ICTIM e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos, com fulcro nos arts.55 e 57 da Lei Federal nº 13.019/2014 e regulamento previsto no art. 26 do Decreto Municipal nº 54/2017.

## 15. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

15.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

Etapa	Descrição da etapa
1	Convocação da OSC selecionada para apresentação DO PLANO DE TRABALHO e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
4	O parecer técnico do órgão requisitante e Comissão de Monitoramento e Avaliação e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

15.2. Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Para a celebração da parceria, o ICTIM convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais.

15.2.1. Por meio do PLANO DE TRABALHO, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação, observados todos os ANEXOS DO PLANO DE TRABALHO.

15.2.2. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a descrição do objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexos com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

15.2.3. A previsão de despesas de que trata o quadro do item 13 do Plano de Trabalho deste Termo de Referência deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

15.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do PLANO DE TRABALHO.

15.3.1. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, o ICTIM poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

15.3.2. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos artigos 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

15.3.3. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

15.4. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

15.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

15.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, o ICTIM solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

15.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico requisitante e Comissão de Monitoramento e Avaliação e assinatura do termo de colaboração.

15.5.1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão requisitante e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

15.5.2. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

15.5.3. No período entre a apresentação da documentação prevista na fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

15.5.4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

15.6. Etapa 5: Publicação do extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO Jornal Oficial de Maricá (JOM) e site do ICTIM [www.ictim.com.br](http://www.ictim.com.br). O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da execução do presente Termo de Referência correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício, assim classificados:

NATUREZA DAS DESPESAS: 3.3.3.90.39

FONTE DE RECURSOS: - 236 ROYALTIES

PROGRAMA DE TRABALHO: 94.01.19.573.0078.2414

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor de referência para a realização do objeto deste termo de colaboração é de R\$22.102.195,92 (VINTE E DOIS MILHÕES, CENTO E DOIS MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo observar as regras de execução de início de cada exercício financeiro e o cronograma de desembolso do Município.

17. GESTÃO DA PARCERIA

17.1. Será designada uma COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO do Termo de Colaboração, por ato administrativo próprio do Diretor-Presidente do ICTIM, a ser lavrado antes da formalização do Termo de Colaboração.

17.2. A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Colaboração realizará fiscalização, monitoramento, avaliação, inspeções, sempre que possível, com a finalidade de verificar a qualidade dos serviços e o atendimento às demais exigências constantes do Termo de Colaboração, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos contratados ou cooperados eventualmente envolvidos, determinando que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, promova o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.3. O acompanhamento a fiscalização e a GESTÃO DA PARCERIA da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO consistem na verificação da conformidade do Objeto a que se pretende, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes do ICTIM, especialmente designada, na forma dos Artigos 58, 59 e 60 da Lei Federal nº 13.019/2014;

17.4. O ICTIM exercerá a fiscalização através da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, realizada por Servidores designados para este fim, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, na execução e responsabilidades de sua atividade;

17.5. Independentemente da designação da fiscalização da Comissão de Monitoramento e Avaliação, poderão ser CONTRATADAS pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA técnicas ou firmas especializadas para apoio da mesma, embora a ela subordinados;

18. COMPETE ESPECIFICAMENTE A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

i. Exigir o cumprimento integral dos Projetos, Detalhes, Especificações e Normas Técnicas da ABNT, e outras porventura aplicáveis;

ii. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada;

iii. Exigir a imediata substituição de especialistas, prepostos, técnicos ou qualquer outro funcionário que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;

iv. Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

v. Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

vi. Promover, com presença da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, as medições dos serviços referentes à parceria já executados;

vii. Transmitir por escrito instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitos, bem como as alterações de prazo e cronograma;

viii. Relatar oportunamente ao ICTIM ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;

ix. Dar ao ICTIM imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, ou mesmo à rescisão do TERMO DE COLABORAÇÃO.

x. O representante da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO;

xi. A conformidade do objeto da parceria deverá ser verificada juntamente com o documento da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

18.1. A ausência ou omissão da fiscalização, exercida por intermédio da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, do ICTIM não eximirá a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA das responsabilidades previstas no Termo de Colaboração.

18.2. Reserva-se ao ICTIM, direito de intervir no objeto da parceria quando ficar comprovada a incapacidade técnica da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA ou deficiência dos equipamentos e da mão de obra empregados, sem que desse ato resulte o direito de esta pleitear indenização, seja a que título for.

19. DO VÍNCULO

19.1. A futura parceria não gerará vínculo empregatício entre quaisquer regimes de contratação, adotados pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA e o ICTIM, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta, conforme previsto no §3º do art. 33 do Decreto Municipal nº 054/2017.

19.2. O proponente deverá assumir todas as despesas e ônus relativos aos contratados, sejam celetistas, cooperados ou qualquer regime de contratação adotado e/ou outros oriundos, derivados ou conexos com o Termo de Colaboração, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela ORGANIZAÇÃO a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e o ICTIM, com fulcro no Decreto Municipal nº 54/2017.

20. DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

20.1. Pagar com pontualidade aos seus contratados, celetistas ou quaisquer outros referentes ao seu regime de contratação, os respectivos salários, benefícios, obrigações trabalhistas e outros mais que houver;

20.2. Dimensionar seus esforços de modo a atender os prazos previstos no Cronograma Físico-Financeiro aprovado pelo ICTIM;

20.3. Na definição por celetista discriminar o salário base e os demais benefícios;

20.4. Os benefícios e as vantagens das categorias NÃO PODERÃO SER INFERIORES AOS ESTABELECIDOS NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS SINDICATOS AOS QUAIS AS EMPRESAS E OS PROFISSIONAIS ESTEJAM VINCULADOS;

## 21. Cronograma de desembolso

Parcela	Valor(R\$)	Condições
1ª Parcela	40%	Até 5 (cinco dias) após a publicação do contrato no Jornal Oficial de maricá (JOM)
2ª Parcela	25%	No 4º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas
3ª Parcela	25%	No 7º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas
4ª Parcela	10%	No 10º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que estes ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas. Quando os recursos forem repassados em três ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela, e assim sucessivamente, de modo que se permita à instituição possuir em sua conta o montante correspondente a um repasse inicial previsto no cronograma. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos previstos no caput serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade, conforme descrito no subitem 14.1. TERMO DE REFERÊNCIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A primeira parcela será liberada em até 5 (cinco) dias após a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no EDITAL e seus anexos.

PARÁGRAFO QUARTO: É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

PARÁGRAFO QUINTO: Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

PARÁGRAFO SEXTO: Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no Plano de Trabalho pelo ICTIM.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

## 22. DO REAJUSTE

22.1. Os valores estabelecidos no TERMO DE COLABORAÇÃO, desde que observado o interregno mínimo de um ano (no caso de prorrogações), poderão ser reajustados utilizando-se os parâmetros abaixo:

i. No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

ii. Em relação aos demais custos e despesas previstas no Termo, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

## 23. DA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS PELA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

23.1. Todos os materiais adquiridos pela entidade discriminados no PLANO DE TRABALHO deverão ao final do projeto ser doado, através de termo de doação ao ICTIM, o qual poderá promover a sua alienação ou doação a entidade filantrópica, ao Município ou a outra entidade sem fins lucrativos, caso seja inservível ao ICTIM.

## 24. DAS VEDAÇÕES

24.1. É vedada a contratação de pessoas que tenham sido declaradas inidôneas com a Administração Pública, ou que estejam suspensas, ou impedidas de prestar serviços para a Administração Pública;

24.2. É vedada toda iniciativa não prevista no Termo de Colaboração que implique ônus para o ICTIM;

24.3. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA não permitirá o desvio de funções dos seus contratados ou cooperados, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual foi designado;

24.4. A inadimplência da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, com referência aos encargos estabelecidos no futuro TERMO DE COLABORAÇÃO, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao ICTIM, nem pode onerar o objeto desta parceria, razão pela qual a ORGANIZA-

ÇÃO PARCEIRA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o ICTIM.

24.5. Ter como dirigente em seu quadro nenhum membro de Poder ou do Ministério Público, empregado ou colaborador que pertença ao 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal, com apresentação de declaração emitida pelo seu representante legal, nos termos do parágrafo único do art. 2º, do Decreto no 19.381/2001, sem prejuízo do previsto no inciso III, do art. 22, e inc. XI, art 18 - Decreto Municipal 54/2017;

## 25. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

25.1. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA responderá por quaisquer prejuízos ou danos, por culpa ou dolo, causados por seus contratados, cooperados ou prepostos ao ICTIM ou a terceiros, em decorrência da Parceria, seja a que título for;

25.2. O ICTIM estipulará prazo para a devida reparação, a depender da gravidade e extensão dos mesmos;

25.3. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA será responsabilizada civilmente por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus contratados, cooperados, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao ICTIM ou terceiros.

## 26. DA CONFIDENCIALIDADE DO TERMO DE COLABORAÇÃO

26.1. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá orientar os seus contratados ou cooperados, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido com relação às informações que venham ter acesso.

## 27. DAS OBRIGAÇÕES DO ICTIM

i. Observar e fazer cumprir fielmente todas as obrigações assumidas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, de acordo com as cláusulas do Termo de Colaboração, os termos de sua proposta, bem como o que estabelece o Termo de Referência, o Edital de Chamamento Público e seus Anexos;

ii. Acompanhar e fiscalizar sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o TERMO DE COLABORAÇÃO;

iii. A FISCALIZAÇÃO será exercida pelo ICTIM, que criará COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO do Termo de Colaboração, conforme descrito no item 14 deste Termo;

iv. Notificar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da parceria, fixando prazo para a sua correção e reparação, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

27.1. A FISCALIZAÇÃO, exercida pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO de que trata este Item, não exclui nem reduz a responsabilidade da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

27.2. Não praticar atos de ingerência na administração da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, tais como:

i. Exercer o poder de mando sobre os empregados da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

ii. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

iii. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da parceria e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

iv. Considerar os trabalhadores da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

27.3. Notificar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, por escrito, sobre as imperfeições, as falhas, os defeitos, os maus funcionamentos e demais irregularidades constatadas na execução da parceria, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado;

27.4. Verificar e notificar, caso constatado, que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o TERMO DE COLABORAÇÃO, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

27.5. Comunicar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA para que seja efetuada a substituição de seu contratado ou cooperado que, por qualquer

motivo, não esteja correspondendo às expectativas ou que tenha causado embarços à administração;

27.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços;

27.7. Comunicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO;

27.8. Aplicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA as penalidades regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

27.9. Estabelecer, juntamente com a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, as rotinas para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência;

27.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

27.11. Proporcionar as condições necessárias para que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA possa cumprir o que for estabelecido no Edital do Chamamento Público e no TERMO DE COLABORAÇÃO;

27.12. Cientificar o órgão de representação judicial do PODER PÚBLICO para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

27.13. Efetuar os Repasses à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA dos valores resultante do Termo de Colaboração, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

28. DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

28.1. Executar a parceria conforme especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL de Chamamento Público e seus Anexos, bem como o de sua proposta, com a alocação de mão de obra pela forma de contratação que entender necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas do TERMO DE COLABORAÇÃO;

28.2. Reuniões pedagógicas, em periodicidade a ser estipulada pela Coordenação Geral.

28.3. Conjunto de atividades interativas a serem desenvolvidas em PARCERIA com a Secretaria Municipal de Cultura aplicadas aos usuários, com base em pontos turísticos da cidade, os aspectos culturais e datas comemorativas.

28.4. Aceitar as determinações do ICTIM, efetuadas por escrito, para a substituição imediata dos seus contratados ou cooperados cuja atuação, permanência ou comportamento forem, a seu critério, considerados prejudiciais e inconvenientes à execução da parceria;

28.5. Prestar Contas dos Recursos recebidos, conforme preconizado nos artigos 58, 59 e 60 da Lei Federal nº 13.019/2014, artigos nº 50 a 63 do Decreto Municipal nº 54/2017 e Manual de Prestação de Contas emitido pela Controladoria Geral do Município.

28.6. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA não repassará quaisquer custos oriundos da execução parceria;

28.7. Disponibilizar um número de telefone móvel que permita o contato imediato entre o ICTIM e o preposto da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA de forma permanente, incluindo dias não úteis;

28.8. Permitir que o ICTIM promova a fiscalização e o gerenciamento do TERMO DE COLABORAÇÃO, em obediência às prescrições descritas no art. 58 da Lei Federal nº 13.019/2014;

28.9. As especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA foram elaboradas sob responsabilidade direta do ICTIM à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, ao aceitá-las, assumirá a única e irrecusável responsabilidade pela execução da parceria, dentro das atribuições que lhe couberem;

28.10. Responsabilizar-se por quaisquer acréscimos ou ônus adicionais decorrentes de falha ou omissão no projeto técnico, quando de sua autoria, conforme especificações técnicas descritas nos anexos deste Termo de Referência e no Edital de Chamamento Público;

28.11. Entregar as documentações eventualmente solicitadas pelo ICTIM nos prazos definidos neste Termo de Referência e seus Anexos;

28.12. Participar das reuniões sempre que necessário e prestar esclarecimentos ao ICTIM sempre que solicitado;

28.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo ICTIM, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

28.14. Prover todos os meios necessários à garantia da continuidade do Objeto da parceria, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

28.15. Comunicar ao ICTIM, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, propondo as ações corretivas necessárias;

28.16. Comunicar por escrito ao ICTIM, a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço constante no objeto, informando imediatamente e fundamentando a inviabilidade;

28.17. Dar imediato conhecimento ao ICTIM de autuações ou notificações porventura lavradas pela Gestão em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização;



28.18. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto deste Termo de Referência que venham a ser solicitados pelo ICTIM no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

28.19. Relatar ao ICTIM toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO;

28.20. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao cumprimento do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

28.21. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, os objetos com avarias ou defeitos, bem como os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

28.22. Aceitar, a critério do, no todo ou em parte, a rejeição do serviço entregue em desacordo com as regras estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como no Edital de Chamamento Público;

28.23. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, arcar com os eventuais prejuízos causados ao ICTIM ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus contratados ou cooperados envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e gestão e fiscalização exercidos pelo ICTIM;

28.24. Prover mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente ao perfeito cumprimento do Objeto do presente Termo de Referência;

28.25. Cumprir as condições de garantia, assistência técnica e suporte do objeto, de acordo com o Termo de Referência e seus Anexos;

28.26. Seguir as diretrizes técnicas do ICTIM, através da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, à qual se reportará, bem como às disposições legais, regulamentares e éticas, adotando nas questões controvertidas a solução técnica que lhe for recomendada, sem que isso se constitua em restrição à independência de seus profissionais;

28.27. Diligenciar para que seus contratados ou cooperados tratem com urbanidade;

28.28. Instruir seus contratados ou cooperados quanto à necessidade de acatar as Normas do ICTIM;

28.29. Responsabilizar-se por todas as obrigações da sua forma de contratação sejam trabalhistas, cíveis, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao ICTIM;

28.30. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

28.31. Responder, na qualidade de fiel depositário, por toda a documentação que lhe for entregue pelo ICTIM;

28.32. Não utilizar nem divulgar ou reproduzir os normativos, documentos e materiais encaminhados pelo ICTIM fora do Objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO.

28.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do TERMO DE COLABORAÇÃO;

28.33. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer mídias e documentos, que seus contratados, cooperados ou prepostos vierem a obter em função dos materiais fornecidos ao ICTIM, respondendo pelos danos que venham a ocorrer;

28.34. Não utilizar a marca do ICTIM em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;

28.35. Não veicular publicidade ou qualquer informação quanto ao objeto desta parceria sem prévia autorização do ICTIM;

28.36. Não se pronunciar em nome do ICTIM a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma;

28.37. Manter, durante toda a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO, sob pena de aplicação das penalidades;

28.38. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto, serviço técnico especializado, bem como todos os bens permanentes adquiridos com verbas oriundas da futura parceria, para que O ICTIM possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus Anexos, conforme art. 35, § 5º da Lei nº 13.019/2014 e regulamento previsto no § 3º - art. 23 - Decreto Municipal nº 54/2017;

28.39. Prestar assistência técnica, durante a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, o que engloba a abertura de solicitações de informações, reporte de falhas ou esclarecimento de dúvidas quanto à utilização dos projetos e suas soluções fornecidas;

28.40. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços que sobrevierem durante a execução e que sejam necessários para a perfeita execução dos projetos apresentados pelo ICTIM. Os custos respectivos por todos os serviços necessários à perfeita execução dos projetos deverão estar incluídos nos preços constantes da proposta da futura ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

28.41. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o TERMO DE COLABORAÇÃO, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pelo ICTIM, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus contratados, cooperados, prepostos e a futura ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

28.42. Contratar todos os seguros e pagar todas as taxas a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem ônus para o ICTIM;

28.43. Orientar os seus contratados ou cooperados treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades do ICTIM;

28.44. Repassar todo o conhecimento adquirido ou produzido na execução do objeto para os técnicos do ICTIM;

28.45. Indicar preposto para representá-la durante a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO;

28.46. Manter preposto, quando for o caso, nos horários e locais necessários para representá-la na execução do TERMO DE COLABORAÇÃO com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

28.47. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá apresentar declaração de que não haverá remuneração a qualquer título, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, de acordo com o disposto no artigo 45, II, da Lei 13.019/14.

28.48. A Organização Parceira deverá enviar em meio digital as informações relacionadas ao processo de gestão ao ICTIM. Entregar mensalmente, até o dia 05 de cada mês, os dados referentes ao monitoramento das ações.

29. DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E PARÂMETROS DE AFERIÇÃO

META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 1 – Garantir os recursos materiais, humanos e estruturais para o funcionamento do projeto.	Demonstrativo de Funcionários Contratados	Será entregue pela contratada uma planilha com demonstrativo de funcionários contratados, com os nomes, currículos e funções dos funcionários contratados (em meio físico e digital)	Final do mês 1
	Infraestrutura, equipamentos, materiais e logística adequada para o bom desenvolvimento do projeto.	Será apresentado pela Parceira documento com descritivo das condições de trabalho, quanto a infraestrutura; lista nominal com entrega dos equipamentos previstos para equipe do projeto; descrição das soluções apresentadas para locomoção dos orientadores e coordenação do projeto. (em meio físico e digital)	Final do mês 01 da Parceria
Meta 2 - Criação de Plano Pedagógico, de forma a contemplar as ações referentes aos três ambientes formativos: Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, formação dos estudantes da Rede Pública do município e moradores (empreendedores ou futuros empreendedores na área de economia solidária), com conteúdo mínimo em: em Educação e Organização popular, Consumo Consciente e Comércio Justo, Agroecologia, Soberania Alimentar, Autogestão e Finanças de Empreendimentos Solidários.	Plano Pedagógico	Deverá ser submetido ao responsável pela gestão do projeto, junto ao ICTIM (em formato físico e digital), o Plano Pedagógico, contendo o planejamento para a realização das ações e etapas das formações previstas. O ICTIM e a EcoSol realizará sua análise e aprovação em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.	45 dias úteis após assinatura do Termo de Colaboração
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 3 – Cadastrar estudantes de escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio para acesso ao Programa Mumbuca Futuro.	Plano de ação para mobilização e cadastramento para o Mumbuca Futuro.	Será entregue o plano de ação, ao gestor da parceria elaborado em conjunto com o ICTIM e a EcoSol para mobilização e cadastramento para o Mumbuca Futuro. (em meio físico e digital)	Final do mês 01 da Parceria
	Lista de cadastro dos estudantes.	Será entregue uma lista dos estudantes cadastrados, organizada por escola e série em um formato padrão a ser acordado entre a OSC Parceira e o ICTIM (em meio físico e digital).	Final do mês 04 da Parceria
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 4 – Capacitar 250 (trezentos e quarenta) Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, para que estes deem formação aos estudantes de escolas públicas (municipais ou estaduais) e moradores (empreendedores ou futuros empreendedores) preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, nas temáticas de Economia Solidária.	Relatório dos processos formativos realizados	Serão entregues, em formato físico e digital, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvidos, dinâmicas, fotos, liste presença.	Final do mês 04 da Parceria
	Lista do material didático/pedagógico, para a capacitação, previsto no Plano Pedagógico.	Será entregue ao ICTIM uma lista nominal contendo o material didático/pedagógico utilizado na capacitação (em meio físico e digital).	Final do mês 04 da Parceria
	Listagem de comprovação de distribuição do Material Pedagógico.	Listagem de distribuição do material pedagógico com data e assinatura dos receptores incluindo equipe do projeto e participantes dos processos formativos que receberem material pedagógico.	Final do mês 04 da Parceria

META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 5 - Realizar formação de estudantes do 6º ao 9º do ensino fundamental e do 1º ao 3º anos do ensino médio cadastrados no Programa Mumbuca Futuro, em educação popular, organização popular, economia solidária, consumo consciente, comércio justo, agroecologia e soberania alimentar.	Relatório dos processos formativos junto aos estudantes.	Serão entregues, em formato físico e digital, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvido, dinâmica, fotos, listas de presença ou diários de classe.	Trimestral
	Relatório de avaliação das atividades desenvolvidas junto aos estudantes.	Será entregue, em formato físico e digital, relatório de avaliação das atividades desenvolvidas juntos aos estudantes.	Semestral
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 6: Viabilizar iniciativas de fomento à criação e/ou manutenção de empreendimentos econômicos solidários nos distritos maricaense.	Diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas empreendedoras nos 04 (quatro) distritos maricaense.	Será entregue ao ICTIM documento, contendo Diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas empreendedoras nos 04 (quatro) distritos maricaense (Em formato físico e digital)	Final do mês 02
	Relatório dos processos (in) formativos realizados com a comunidade local.	Serão entregues ao ICTIM, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvidos, dinâmicas, fotos e listas de presença.	Trimestral
	Lista de materiais (adquiridos conforme diagnóstico) para o fomento ao funcionamento de empreendimentos populares solidários, nos espaços de produção compartilhada oferecidos pelo projeto.	Será entregue ao ICTIM lista de materiais diversos (adquiridos conforme diagnóstico), necessários para o fomento ao funcionamento de empreendimentos populares solidários, nos espaços de produção compartilhada oferecidos pelo projeto (em meio físico e digital).	Trimestral
	Relatório de avaliação das atividades desenvolvidas junto aos moradores.	Será entregue, em formato físico e digital, relatório de avaliação das atividades desenvolvidas juntos aos moradores.	Semestral

#### DA SUBDELEGAÇÃO

30.1. A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA poderá subdelegar parcialmente atividades correlatas, com prévia autorização do ICTIM, mediante justificativa por escrito.

#### 31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 54/2017, o ICTIM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- i. Advertência;
- ii. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo de até dois anos;
- iii. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir o ICTIM pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

31.2. As sanções estabelecidas nos incisos II e III do item 21.1 é de competência exclusiva do Diretor Presidente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

#### 32. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

32.1. A inexecução do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão do TERMO DE COLABORAÇÃO, na forma da Lei federal nº 13.019/2014, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

32.2. A rescisão unilateral do TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser determinada pelo ICTIM, de acordo com a Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse TERMO DE REFERÊNCIA;

32.3. Os casos omissos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

32.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

#### 33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

33.1. A OSC parceira deverá arcar com todas as despesas e encargos em relação aos profissionais que estarão disponibilizados para executar a parceria;

i. Qualquer pessoa poderá impugnar o de Edital de Chamamento Público, a 05 (cinco) dias após a sua divulgação, por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede do ICTIM situada na Rua Barão de Inoá, nº 72, Centro – Maricá, no horário de 10:00 às 16:00h.

ii. Os pedidos de esclarecimento decorrentes de dúvidas na interpretação do Edital de Chamamento Público a ser confeccionado, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 03 (três) dias da data-limite para o envio da proposta, exclusivamente na forma eletrônica pelo e-mail: ictimarica@gmail.com.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os esclarecimentos serão prestados pela COMISSÃO DE SELEÇÃO.

i. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no presente Termo. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados aos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

ii. Eventual modificação no presente instrumento, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

iii. O ICTIM resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

iv. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando

explicitamente disposto em contrário. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Maricá.

v. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento e será publicado no Jornal Oficial de Maricá (JOM) e na página do Site oficial do ICTIM www.ictim.com.br.

Maricá/RJ, 07 de março de 2022.

CLÁUDIO DE SOUZA GIMENEZ  
DIRETOR DE INOVAÇÃO E CIENTÍFICA  
MATRÍCULA 1300002  
CELSON PANSERA  
DIRETOR-PRESIDENTE DO ICTIM  
MATRÍCULA 1300000

#### ANEXO II

##### PLANO DE TRABALHO

##### 1.CONTEXTO

Segundo estimativas do IBGE, o município de Maricá, situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tinha uma população estimada em 2018 de 157.789 habitantes. Nos últimos anos, a cidade vem experimentando grandes mudanças, tanto na sua infraestrutura urbana, quando na qualidade de serviços ofertados pelo poder público local, trazendo melhoria na qualidade de vida. Os investimentos são vistos em diversas áreas, notadamente em saúde, educação, infraestrutura, políticas de distribuição de renda e estabelecimento da Moeda Social Mumbuca, empresa pública de transporte gratuito, entre outras políticas inclusivas e essenciais para a população de Maricá.

Tais políticas públicas da estruturadas e implementadas pela prefeitura da cidade, são voltadas para proporcionar uma vida mais digna para a população, tendo sempre como norte, o diálogo amplo, objetivando melhor compreender suas demandas e, em conjunto, desenvolver as políticas que melhor atendam a essas necessidades. Nesse sentido vem construindo nos últimos anos estratégias de desenvolvimento para além dos royalties advindos da exploração do petróleo.

Estratégias que repensam o abastecimento do município com base nos princípios da agroecologia, da soberania e segurança alimentar e do comércio justo e solidário (aqui podemos citar, como exemplo, as hortas comunitárias e a Feira Livre Solidária) assim como colocam em prática políticas públicas que contribuam para o acesso da população a novas formas de gestão financeira que privilegiam a circulação e partilha das riquezas produzidas no território e seu reinvestimento no desenvolvimento local e sustentável.

Neste âmbito, os Programas de Transferência de Renda da Secretaria de Economia Solidária geram um espiral positivo de desenvolvimento quando incorporam os princípios e métodos das finanças solidárias com o uso da Moeda Social Mumbuca e o fomento a implementação dos Bancos Comunitários. Todo o valor transferido às famílias, em Mumbuca, permanece no município contribuindo para o aquecimento da economia local e estimulando a criação de postos de trabalho, principalmente nos setores do comércio e de serviços.

Ainda assim, os indicadores econômicos apresentados pelo IBGE demonstram o tamanho do desafio que o município tem a enfrentar no que tange a garantia do direito ao trabalho digno.

Com base nestes indicadores, para além e em complementaridade com as políticas de desenvolvimento da Prefeitura Municipal, fazem-se necessárias outras estratégias de fortalecimento da economia local, com enfoque na formação cidadã e geração de renda, a fim de alcançar índices que reflitam na melhoria de qualidade de vida da população maricaense.

No que tange à juventude, segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômica - IBASE, "além das barreiras para ingressar no primeiro emprego, estudos apontam que contemporaneamente, os/as jovens têm maior dificuldade de encontrar e permanecer em uma situação de trabalho decente. Isto significa que eles/as estão mais presentes em ocupações com maior precariedade, que não garantem a carteira assinada, com baixa remuneração, jornadas extensas e condições de saúde e segurança precarizadas. Vale destacar que quanto menor a renda e a escolarização, se forem mulheres ou se forem negros/as, a precarização é ainda maior" dificultando a continuidades dos estudos.

O Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, vem responder a preocupação da Secretaria de Economia Solidária com o futuro de nossos estudantes, com ações que visam contribuir na formação para a cidadania de crianças e adolescentes, bem como, desenvolvimento e garantia de renda dos seus municipes.

## 2. JUSTIFICATIVA

### 2.1. Quanto a parceria

A presente solicitação de Parceria busca ofertar condições técnicas e logísticas para a realização dos objetivos do Programa Mumbuca Futuro, que é inovador, tanto no que tange a concessão de benefícios, quanto a formação em Economia Solidária no ambiente escolar e no fomento à empreendimentos econômicos solidários. O que permite olhar para os territórios como produtores de riqueza e ambientes férteis para o desenvolvimento dos jovens empreendedores dentro dos princípios da economia solidária e da agroecologia.

Para tal, a integração e comprometimento entre as secretarias envolvidas e a OSC parceira, se faz determinante para o alcance das metas e a efetividade do objeto da parceria proposta.

### 2.2. Nexa entre a realidade e as metas a serem atingidas.

Para contribuir com a superação das desigualdades sociais e econômicas provocadas pelo desemprego, como expressam os dados do IBGE apresentados no item 2.1, e ao mesmo tempo contribuir a mais rápida readequação da classe trabalhadora para novo cenário do mundo do trabalho, o ICTIM em parceria com a Secretaria de Economia Solidária, através de políticas produtivas de inclusão, distribuição e geração de renda no município, atua no fomento a práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, além, de somar esforços para a redução da evasão escolar nos anos finais da rede pública no município tornando as atividades pedagógicas mais estimulantes e práticas.

O presente projeto se insere nestes esforços, e, sendo coerente com sua proposta, irá investir na formação e consolidação de um coletivo de jovens educadores/as populares, em economia solidária, que por sua vez serão os responsáveis pela formação de dois públicos diferentes, a saber: crianças e adolescentes matriculados/as do 6º ao 9º ano do ensino fundamental da na rede pública municipal e do 1º ao 3º ano do ensino médio da rede pública estadual residentes em Maricá, conforme §1º - art. 18-C - Lei Municipal nº 2.787/2017, além, de aproximadamente 3.500 moradores/empreendedores do Município. Para muitos destes/as Jovens Educadores Populares esta será a primeira oportunidade de trabalho digno e ao mesmo tempo de formação continuada em temas atuais como economia solidária, soberania alimentar, agroecologia, desenvolvimento sustentável, organização popular entre outros.

Para os estudantes do ensino fundamental e médio, significa um incentivo a mais para terminar os estudos e o acesso a práticas e conhecimentos que contribuirão para uma melhor colocação no mundo do trabalho, com dignidade e autonomia. Assim como estimular e facilitar o acesso a formação acadêmica, o que pode aumentar a empregabilidade dos jovens residentes em Maricá.

Os Jovens Educadores Populares do Mumbuca Futuro também irão apoiar a organização popular nos 04 distritos que compõem o município, na condição de Agentes de Desenvolvimento, identificando suas realidades e potencialidades, atuando em conjunto com as comunidades em seus territórios, disseminando e orientando a construção de novos arranjos produtivos, através de diálogos e formação voltados para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras dentro dos princípios da economia solidária, incentivando a organização coletiva (associativismo / cooperativismo) para criação de seus próprios postos de trabalho.

## 3. COERÊNCIA COM A LEGISLAÇÃO

A Lei Orgânica do Município destina um capítulo específico às associações e cooperativas. Neste, afirma que o “poder público incentivará a organização das associações sempre que o interesse e o da administração convergirem para a colaboração comunitária e a participação popular na formação e execução de políticas públicas”. Em seu Artigo 431 afirma que o Município incentivará a criação de cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores: agricultura, pecuária e pesca; construção de moradias populares; abastecimento urbano e rural; créditos; assistência jurídica. Além de estabelecer programas especiais de apoio à iniciativa popular.

Corroboram ao cumprimento do previsto na Lei Orgânica, citada acima, a edição de leis que regulamentam a participação da sociedade na estruturação de novos arranjos alinhados aos princípios da Economia Solidária, fortalecendo e modernizando os vínculos na educação formal, como a seguir:

- A Lei Municipal nº 2.639, de 09 de dezembro de 2015 institui a política municipal do Cooperativismo;

- A Lei nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015, institui Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá;

- Lei nº 2.787/2017, de 14 de dezembro de 2017, inclui o art. 17-C, o art.18-C e o art. 18-D na Lei Municipal nº 2.652/20, de 15/12/2015;

- Decreto Municipal nº 98/2017, de 19 de dezembro de 2017, dispõe sobre o Programa Mumbuca Futuro, considerando o que foi estabelecido pela Lei Municipal nº 2.787/2017;

A possibilidade de um futuro mais próspero depende das iniciativas de hoje. É por esse motivo que o Estado deve preocupar-se com medidas positivas, as quais impliquem em realizações nas mais diversas áreas, seja na saúde, na educação, na assistência, no esporte, na cultura ou no lazer.

Diante dos avanços aos quais vêm ocorrendo no município, o progresso deve ser acompanhado da capacitação do morador desta região. Caso contrário, com o vertiginoso crescimento demográfico, acompanhada das demais mudanças às quais este território vem passando, abrir-se-á caminho favorável para o aumento da exclusão social e, conseqüentemente, para a marginalização.

Logo, deve o Poder Público se utilizar de todas as suas prerrogativas de execução e possibilidades legais que lhe são outorgadas, para que se promova contínua e progressivamente a inserção social, a consecução dos anseios sociais, bem como o desenvolvimento, em defesa da dignidade da pessoa humana.

## 4. QUANTO A PARCERIA

Portanto, diante da necessidade de expertise na área do referido programa, que possibilite uma maior celeridade na execução das ações, através de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto proposto é que se mostra oportuna e indicada à celebração de parceria, através de Termo de Colaboração, entre o ICTIM e Organizações da Sociedade Civil, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil /MROSC.

## 5. OBJETO

Implantação e Gestão de Incubadora de Inovação Social em Economia Solidária “Mumbuca Futuro” no Município de Maricá.

## 6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

6.1. Contratar recursos com vistas à realização de ações articuladas em economia solidária e inovação social em Maricá em parceria com a Secretaria Municipal de Economia Solidária (Ecosol), tendo interface com o Programa Mumbuca Futuro, Decreto Municipal nº 98 de 19 de dezembro de 2017;

6.2. Estruturação e desenvolvimento de um polo de economia solidária, educação de jovens matriculados na rede municipal de ensino e famílias em situação de vulnerabilidade em Maricá;

6.3. Capacitação de empresas, empreendedores e recursos humanos em economia solidária e inovação social em Maricá;

6.4. Impactar e aumentar a qualidade de vida na cidade;

6.5. Gerar atrativos para empresas se estabelecerem em Maricá, com vistas à criação de um Arranjo Produtivo Local em economia solidária;

6.6. Aumentar a arrecadação do município, por meio da economia solidária, com iniciativas sustentáveis e que respeitem o meio ambiente;

6.7. Realização de atividades híbridas, apoiadas em plataformas tecnológicas, combinando ambiente virtual com espaços físicos;

6.8. Promover encontros educacionais e pedagógicos em formato de oficinas itinerantes nos espaços e prédios público e privados, bem como em comunidades de Maricá;

6.9. Realizar seminários, congressos, debates e palestras sobre economia solidária e inovação social na cidade de Maricá;

6.10. Realizar a inclusão social e profissional em todas as áreas abrangidas por estes objetos de contrato para pessoas com necessidades especiais;

6.11. Fomentar a implantação de um Arranjo Produtivo Local (APL), da economia solidária, do qual os resultados se consolidem com o

objetivo da produção local;

6.12. Implementação e implantação de soluções inovadoras na área de economia solidária para o município;

6.13. Conceder apoio à Administração Pública Municipal para a Coordenação e Execução de Formação em Economia Solidária realizada no âmbito do Programa Mumbuca Futuro;

6.14. Cadastrar estudantes das escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio, para acesso ao Programa Mumbuca Futuro em suas modalidades mensal e anual, conforme critérios do Decreto Municipal nº 98/2017;

6.15. Capacitar 250 jovens em Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, organização popular, economia solidária, consumo consciente e comércio justo, agroecologia, soberania alimentar, finanças solidárias, autogestão de empreendimentos econômicos solidários;

6.16. Oferecer cursos de formação em economia solidária e inovação social aos estudantes cadastrados/as no Programa Mumbuca Futuro;

6.17. Fomentar e fortalecer práticas econômicas e sociais organizadas para aproximadamente 3.315 moradores, preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, com processos formativos em 04 (quatro) distritos do Município.

## 7. ABRANGÊNCIA E PÚBLICO ALVO

Atender os estudantes da rede municipal ou estadual de educação, matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio, jovens educadores e moradores empreendedores (ou futuros empreendedores) na área de economia solidária, sendo preferencialmente beneficiários dos programas de transferência de renda, nos 04 Distritos do Município.

## 8. METODOLOGIA, FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E CUMPRIMENTO DAS METAS.

O Programa Mumbuca Futuro realizará a capacitação de 250 jovens residentes no município (preferencialmente jovens de 18 a 29 anos, com ensino médio), nas temáticas que envolvem a organização popular, criação e desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária. Serão no mínimo 320h de formação (estimado em 3 (três) meses, distribuídas em seminários, oficinas, visitas técnicas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e cursos. Os jovens capacitados, passarão a Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, contratados pelo regime de cooperativismo.

Os Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, serão multiplicadores nos processos formativos desenvolvidos com os estudantes da rede pública de Educação matriculados no Ensino Fundamental II – do 6º ao 9º ano e Ensino Médio - do 1º ao 3º ano, cadastrados no Programa Mumbuca Futuro com carga horária a ser especificada no Plano Pedagógico desenvolvido pela OSC parceira e aprovado pela Secretaria de Economia Solidária. Irão trabalhar com a supervisão permanente de um Orientador Educacional experiente em economia solidária que atuará como tutor destes jovens em seu ingresso a vida profissional e acompanhará seu trabalho durante todo o tempo de execução do projeto.

Além de atuarem nas Escolas, uma parte dos Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial irá contribuir para uma melhor compreensão da realidade dos bairros onde estão inseridas estas escolas incentivando / fortalecendo iniciativas econômicas populares, através de orientações para as diversas vertentes que envolvem a (auto) gestão dos empreendimentos.

O Plano Pedagógico elaborado pela equipe técnica e pedagógica da parceria, devidamente aprovado pelo ICTIM em parceria com a Secretaria de Economia Solidária (EcoSol), versará sobre materiais e conteúdo específicos para a formação e comunicação das atividades. O projeto contará então com três ambientes formativos:

- A formação dos/as educadores populares;
- A capacitação dos estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º do ensino médio, matriculados/as na rede municipal e estadual de educação em Economia Solidária, e cadastrados no Programa Mumbuca Futuro;
- A sensibilização, mobilização e fomento da população, nos bairros, em torno da organização popular e do desenvolvimento econômico solidário.

## 9. DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E PARÂMETROS DE AFERIÇÃO

META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 1 – Garantir os recursos materiais, humanos e estruturais para o funcionamento do projeto.	Demonstrativo de Funcionários Contratados	Será entregue pela contratada uma planilha com demonstrativo de funcionários contratados, com os nomes, currículos e funções dos funcionários contratados (em meio físico e digital)	Final do mês 1
	Infraestrutura, equipamentos, materiais e logística adequada para o bom desenvolvimento do projeto.	Será apresentado pela Parceira documento com descritivo das condições de trabalho, quanto a infraestrutura; lista nominal com entrega dos equipamentos previstos para equipe do projeto; descrição das soluções apresentadas para locomoção dos orientadores e coordenação do projeto. (em meio físico e digital)	Final do mês 01 da Parceria
Meta 2 - Criação de Plano Pedagógico, de forma a contemplar as ações referentes aos três ambientes formativos: Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, formação dos estudantes da Rede Pública do município e moradores (empreendedores ou futuros empreendedores na área de economia solidária), com conteúdo mínimo em: em Educação e Organização popular, Consumo Consciente e Comércio Justo, Agroecologia, Soberania Alimentar, Autogestão e Finanças de Empreendimentos Solidários.	Plano Pedagógico	Deverá ser submetido ao responsável pela gestão do projeto, junto ao ICTIM (em formato físico e digital), o Plano Pedagógico, contendo o planejamento para a realização das ações e etapas das formações previstas. O ICTIM em parceria com a EcoSol realizará sua análise e aprovação em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.	45 dias úteis após assinatura do Termo de Colaboração
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 3 – Cadastrar estudantes de escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio para acesso ao Programa Mumbuca Futuro.	Plano de ação para mobilização e cadastramento para o Mumbuca Futuro.	Será entregue o plano de ação, ao gestor da parceria elaborado em conjunto com o ICTIM e a EcoSol para mobilização e cadastramento para o Mumbuca Futuro. (em meio físico e digital)	Final do mês 01 da Parceria
	Lista de cadastro dos estudantes.	Será entregue uma lista dos estudantes cadastrados, organizada por escola e série em um formato padrão a ser acordado entre a OSC Parceira e o ICTIM (em meio físico e digital).	Final do mês 04 da Parceria
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 4 – Capacitar 250 (trezentos e quarenta) Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial para que estes deem formação aos estudantes de escolas públicas (municipais ou estaduais) e moradores (empreendedores ou futuros empreendedores) preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, nas temáticas de Economia Solidária.	Relatório dos processos formativos realizados	Serão entregues, em formato físico e digital, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvidos, dinâmicas, fotos, liste presença .	Final do mês 04 da Parceria
	Lista do material didático/pedagógico, para a capacitação, previsto no Plano Pedagógico.	Será entregue ao ICTIM uma lista nominal contendo o material didático/pedagógico utilizado na capacitação (em meio físico e digital).	Final do mês 04 da Parceria
	Listagem de comprovação de distribuição do Material Pedagógico.	Listagem de distribuição do material pedagógico com data e assinatura dos receptores incluindo equipe do projeto e participantes dos processos formativos que receberem material pedagógico.	Final do mês 04 da Parceria
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 5 - Realizar formação de estudantes do 6º ao 9º do ensino fundamental e do 1º ao 3º anos do ensino médio cadastrados no Programa Mumbuca Futuro, em educação popular, organização popular, economia solidária, consumo consciente, comércio justo, agroecologia e soberania alimentar.	Relatório dos processos formativos junto aos estudantes	Serão entregues, em formato físico e digital, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvido, dinâmica, fotos, listas de presença ou diários de classe.	Trimestral
	Relatório de avaliação das atividades desenvolvidas junto aos estudantes.	Será entregue, em formato físico e digital, relatório de avaliação das atividades desenvolvidas juntos aos estudantes.	Semestral
META	PRODUTO	DESCRIÇÃO	PRAZO
Meta 6: Viabilizar iniciativas de fomento à criação e/ou manutenção de empreendimentos econômicos solidários nos distritos maricaense.	Diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas empreendedoras nos 04 (quatro) distritos maricaense.	Será entregue ao ICTIM documento, contendo Diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas empreendedoras nos 04 (quatro) distritos maricaense (Em formato físico e digital)	Final do mês 02
	Relatório dos processos (in)formativos realizados com a comunidade local.	Serão entregues ao ICTIM, relatórios descritivos com conteúdo desenvolvidos, dinâmicas, fotos e listas de presença .	Trimestral
	Lista de materiais (adquiridos conforme diagnóstico) para o fomento ao funcionamento de empreendimentos populares solidários, nos espaços de produção compartilhada oferecidos pelo projeto.	Será entregue ao ICTIM lista de materiais diversos (adquiridos conforme diagnóstico), necessários para o fomento ao funcionamento de empreendimentos populares solidários, nos espaços de produção compartilhada oferecidos pelo projeto (em meio físico e digital).	Trimestral
	Relatório de avaliação das atividades desenvolvidas junto aos moradores.	Será entregue, em formato físico e digital, relatório de avaliação das atividades desenvolvidas juntos aos moradores.	Semestral

#### 10. DESCRIÇÃO DAS METAS E ATIVIDADES

Meta 1 - Garantir os recursos materiais, humanos e estruturais para o funcionamento do projeto.

1. Atividade: Selecionar e contratar equipe com formação e experiência profissional adequada para atender as necessidades do projeto;
2. Atividade: Implantação da Incubadora Social Mumbuca Futuro;
3. Atividade: Garantir logística adequada e necessária ao desenvolvimento das atividades do projeto;
4. Atividade: Aquisição e distribuição de material de consumo, previstos, de forma a assegurar a qualidade na execução do projeto;
5. Atividade: Organizar a infraestrutura do projeto com adaptação predial instalações e equipamentos suficientes e adequados para o desenvolvimento das ações do projeto.

Meta 2 - Criação de Plano Pedagógico, para cada ambiente formativo, a saber: Capacitação dos Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, Formação dos estudantes da rede pública local e orientação aos moradores, com conteúdo mínimo em: Educação e Organização Popular, Consumo Consciente e Comércio Justo, Agroecologia, Soberania Alimentar, Autogestão e Finanças de Empreendimentos Solidários.

1. Atividade: Elaborar e encaminhar os Planos Pedagógicos para a Secretaria de Economia Solidária.

Meta 3 – Cadastrar estudantes de escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio para acesso ao Programa Mumbuca Futuro, nos termos do Decreto Municipal nº 98/2017.

1. Atividade: Realizar no mínimo 01 (um) encontro em cada escola para mobilizar a comunidade escolar sobre a importância do projeto, a fim de que sejam motivadores dos estudantes;
2. Atividade: Estruturar e realizar as atividades de cadastramento.

A estratégia de cadastramento será definida em conjunto com as Secretarias de Educação e Economia Solidária. Sendo que o ICTIM e a EcoSol, que criará Comissão Especificamente designada ao Mumbuca Futuro,

a responsabilidade jurídica e institucional pelo cadastramento, conforme estabelece o Decreto Municipal nº 98/2017, cabendo a OSC Parceira apenas o apoio logístico e operacional.

Meta 3 – Capacitar 290 (duzentos e noventa) jovens como Educadores Populares, para que destes, sejam selecionados os 252 (duzentos e cinquenta e dois) melhores avaliados para serem multiplicadores na formação aos estudantes de escolas públicas (municipais ou estaduais) e a moradores (empreendedores ou futuros empreendedores em Economia Solidária) preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, nas temáticas de Economia Solidária.

1. Atividade: Realizar Seleção dos jovens, para participarem da capacitação, através de Edital de Seleção;
2. Atividade: Realizar processo de capacitação de 250 jovens como Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, que serão responsáveis pela formação dos estudantes e empreendedores (ou futuros empreendedores) em Economia Solidária. Com estimativa de 320 horas de formação, distribuídas em seminários, oficinas, visitas técnicas no âmbito do Estado e cursos (conforme organizado no Plano Pedagógico).
3. Atividade: Adquirir e distribuir material didático-pedagógico, previsto no Plano Pedagógico, de forma a assegurar a qualidade na execução do projeto em consonância com a educação popular, dinâmicas lúdicas, participativas e moderação visualizada;

Meta 4 – Realizar formação de estudantes do 6º ao 9º do ensino fundamental e do 1º ao 3º anos do ensino médio, cadastrados no Programa Mumbuca Futuro, em educação popular, organização popular, economia solidária, consumo consciente, comércio justo, agroecologia e soberania alimentar.

1. Atividade: Adquirir e distribuir material didático-pedagógico para as aulas e miniprojetos de empreendedorismo solidário, conforme constante no Plano Pedagógico.
2. Atividade: Realizar oficinas/aulas para formação dos estudantes cadastrados/as no Programa Mumbuca Futuro, conforme planejamento pedagógico.
3. Atividade: Realizar reuniões, no mínimo quinzenais, de monitoramento, avaliação e suporte necessário na continuidade das atividades entre os Orientadores Educacionais e os Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial.

Meta 6: Viabilizar iniciativas de fomento à criação e/ou manutenção de empreendimentos econômicos solidários nos distritos maricaense.

1. Atividade: Realizar diagnóstico inicial das potencialidades e iniciativas empreendedoras nos 04 (quatro) distritos maricaense.
2. Atividade: Mobilizar os moradores através de divulgação das ações do projeto, desenvolvendo atividades de aproximação, compreensão da realidade local e envolvimento da comunidade;
3. Atividade: Adquirir e distribuir material didático e para a realização de projetos de empreendedorismo solidário, previsto no Plano Pedagógico.
4. Atividade: Ofertar formação, conforme definido no Plano Pedagógico, para aproximadamente 3.315 moradores empreendedores (ou futuros empreendedores) em Economia Solidária, sendo preferencialmente beneficiários/as dos programas de transferência de renda, nos 04 (quatro) distritos maricaense.
5. Atividade: Fomentar a constituição de um coletivo de gestão compartilhada para o fortalecimento e desenvolvimento das capacidades produtivas de trabalhadores e trabalhadoras organizados em empreendimentos coletivos, familiares ou individuais, através de incubadoras instaladas nas unidades do projeto em cada distrito;
6. Atividade: Ofertar acompanhamento aos empreendedores (ou futuros empreendedores) de economia popular e solidária, para elaboração de plano de viabilidade econômica, acesso ao crédito e desenvolvimento, visando fortalecimentos das capacidades produtivas de trabalhadores/as organizados em empreendimentos coletivos autogestionárias, familiares ou individuais.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO POR META

META	Período											
	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Meta 1 – Garantir os recursos materiais, humanos e estruturais para o funcionamento do projeto.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Meta 2 - Elaborar Plano Pedagógico	X	X										
Meta 3 – Cadastrar estudantes de escolas públicas municipais ou estaduais, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio para acesso ao Programa Mumbuca Futuro		X	X	X								
Meta 4 – Formar em nível básico 250 Agentes de Desenvolvimento Educacional e Territorial, para capacitação de estudantes de escolas públicas municipais e estaduais, moradores e beneficiários/as dos Programas de transferência de renda		X	X	X								

Meta 5 – Capacitar estudantes do 6º ao 9º do ensino fundamental e do 1º ao 3º anos do ensino médio cadastrados no Programa Mumbuca Futuro, em educação popular, organização popular, economia solidária, consumo consciente, comércio justo, agroecologia e soberania alimentar									X	X	X	X	X	X	X	X
Meta 6 – Viabilizar iniciativas de fomento à criação e manutenção de empreendimentos econômicos solidários nos distritos maricaense	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

12. PRAZOS

O prazo para o presente termo será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Termo de Colaboração e publicação do extrato. A conformidade do trabalho se dará através do Cronograma de Atividades, de maneira que cada etapa seja cumprida de acordo com o estabelecido.

13. CUSTOS

13.1. Valor e Cronograma de Desembolso

13.1.1. Os recursos financeiros para a execução da respectiva parceria do município, corresponderão ao valor estimado de de R\$19.671.195,92 (DEZENOVE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E UM MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS), a fim de que se materializam os aspectos constantes no Plano de Trabalho e serão pagos em 4 (quatro) parcelas, sendo a primeira efetuada Até 5 (cinco dias) após a publicação do contrato no Jornal Oficial de Maricá (JOM).

Mês 1	Mês 4	Mês 7	Mês 10
40%	25%	25%	10%

14. DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

14.1. A Prestação Contas dos Recursos recebidos, deve ser feita conforme preconizado nos artigos 58, 59 e 60 da Lei Federal nº 13.019/2014, artigos nº 50 a 63 do Decreto Municipal nº 54/2017 e Manual de Prestação de Contas emitido pela Controladoria Geral do Município. Deve-se, também, conter elementos que permitam ao gestor ou comissão gestora avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas

15. QUADRO DE PESSOAL PREVISTO PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO:

15.1. A OSC Parceira deve dispor e manter o quadro de profissionais necessários à execução/cumprimento do objeto, conforme composição indicada no quadro abaixo.

ITEM	NOME	Qte	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	TIPO DO VÍNCULO	CARGA HORÁRIA
1	Coordenador Geral	02	Encarregado de Coordenar o projeto.	Preferencialmente Ensino Superior com Experiência em Economia Solidária em gestão de projetos em parceria com Poder Público.	PJ	40hs/Sem
2	Orientador Educacional em Educação Popular e Economia Solidária	08	Dar formação na área de Economia Solidária e fazer o acompanhamento, dando suporte nas atividades (durante toda a Parceria) dos Jovens Educadores Populares e Agentes de Ação Social.	Preferencialmente Ensino Superior com experiência comprovada em Economia Solidária	MEI	40hs/Sem
3	Consultor AdHoc	08	Auxiliar a gestão do projeto	Ensino Superior	MEI/PJ	
4	Coordenador Pedagógico	02	Coordenar a ação pedagógica do projeto.	Ensino Superior com experiência comprovada em Economia Solidária	MEIPJ	40hs/Sem
5	Assistente Social	04	Responsável por avaliar e acompanhar os beneficiários do projeto em aparente vulnerabilidade social, para encaminhar (se necessário), através da Secretaria de Economia Solidária, à rede assistencial do município.	Ensino Superior, em Serviço Social.	PJ	30hs/Sem

6	Psicólogo	02	Responsável por avaliar a necessidade de acompanhamento psicológico dos beneficiários, para encaminhando-os a rede de atendimento do município (se houver necessidade).	Ensino Superior em Psicologia	PJ	30hs/Sem
7	Analista	05	Responsável por dar apoio técnico aos coordenadores geral e pedagógicos.	Ensino Superior Incompleto	MEI	
9	Assistente Administrativo	08	Responsável por dar apoio administrativo nas atividades referentes ao projeto, distribuídos nos 04 distritos. .	Técnico em Administração ou Ensino Médio Completo.	CLT	40hs/Sem
10	Agente de Desenvolvimento Educacional e Territorial	250	Dar aulas de temáticas envolvendo Economia Solidária, voltada para os estudantes da rede escolar de Maricá e capacitação/orientação aos moradores envolvidos com empreendimentos na área de economia solidária.	Ensino Médio	C O O P . (10 meses)	40hs/Sem
11	Auxiliar Administrativo	6	Apoio ao Assistente Administrativo	Ensino Médio	CLT	40hs/Sem
12	Motorista	4		Ensino Fundamental	CLT	40hs/Sem
13	Vigia	6	Fazer a vigilância da sede do projeto	Ensino Fundamental	CLT	12/36
14	Auxiliar de Serviços Gerais	08	Responsável pela limpeza e manutenção das unidades do Projeto	Ensino Fundamental Incompleto	CLT	40hs/Sem

\* No caso do Orientador Educacional em Educação Popular e Economia Solidária deve ter no quadro contratado, preferencialmente: administradores, economistas e contadores.

16. TABELA DE CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS

Cargo	Qte	Salário Mensal	Encargos	Mensal	Anual
Coordenador Geral	02	R\$8.000,00	-	R\$16.000,00	R\$192.000,00
Orientador Educacional em Educação Popular e Economia Solidária	08	R\$5.000,00	-	R\$40.000,00	R\$480.000,00
Consultor AdHoc	08	R\$6.500,00	-	R\$52.000,00	R\$624.000,00
Coordenador Pedagógico	02	R\$5.000,00	-	R\$ 10.000,00	R\$120.000,00
Assistente Social	04	R\$4.200,00	-	R\$16.800,00	R\$201.600,00
Psicólogo	02	R\$4.200,00	-	R\$8.400,00	R\$100.800,00
Analista	05	R\$4.200,00	-	R\$21.000,00	R\$252.000,00
Assistente Administrativo	08	R\$3.200,00	R\$20.480,00	R\$45.600,00	R\$592.800,00
Agente de Desenvolvimento Educacional e Territorial	250	R\$2.000,00	R\$175.000,00	R\$ 675.000,00	R\$ 6.750.000,00
Auxiliar administrativo	06	R\$2.000,00	R\$9.600,00	R\$21.600,00	R\$280.800,00
Motorista	04	R\$2.000,00	R\$6.400,00	R\$14.400,00	R\$187.200,00
Vigia	06	R\$1.800,00	R\$9.720,00	R\$20.520,00	R\$266.760,00
Auxiliar de Serviços Gerais	08	R\$1.300,00	R\$8.320,00	R\$18.720,00	R\$243.336,60
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 960.040,00</b>	<b>R\$10.010.496,60</b>

16. TABELA DE CUSTEIO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTE	VALOR TOTAL
	Locação de Desktops, notebooks e impressoras		R\$240.000,00
	Serviços de mídias		R\$200.000,00
	Aquisição e produção de conteúdos		R\$400.000,00
	Material gráfico pedagógico/comunicação		R\$700.000,00
	Aquisição de uniformes		R\$300.000,00
	Hospedagem para Assessoria		R\$50.000,00
	Serviços especializados de assessoria		R\$500.000,00
	Passagens aéreas assessoria		R\$50.000,00
	Divulgação		R\$ 300.000,00

	Material de limpeza		R\$120.000,00
	Material de Escritório		R\$110.000,00
	Lanches e alimentação em geral		R\$800.000,00
	Locações e aquisições necessária para participação e realização de eventos		R\$600.000,00
	Aquisição de equipamentos e materiais eletrônicos/TI		R\$100.000,00
	Manutenção de equipamentos		R\$ 100.000,00
	Equipamentos e utensílios de cozinha		R\$ 30.000,00
	Mobiliário		R\$200.000,00
	Aluguel de Veículos	6	R\$440.000,00
	Combustível lubrificantes		R\$180.000,00
	Locação de Imóvel	12	R\$600.000,00
	Adequação de Imóvel/obras/elétrica/rede lógica		R\$400.000,00
	Energia Elétrica	12	R\$72.000,00
	Locação de Internet/telefonia fixa/móvel	12	R\$72.000,00
	Água	12	R\$24.000,00
	Aquisição/locação com manutenção de aparelhos de ar-Condicionado Split – 9000/12000/18000/24000/36000 BTUS	20	R\$90.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$5.978.000,00</b>

<b>TOTAL CUSTOS RH</b>	<b>R\$10.010.496,60</b>
<b>TOTAL CUSTOS MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS</b>	<b>R\$5.978.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$15.988.496,60</b>
<b>COMPLIANCE</b>	<b>R\$3.197.699,32</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$19.671.195,92</b>

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que a identificação da organização da sociedade civil – OSC está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº

XXXX/20XX e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da

Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local-UF, de de 20 .

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS**

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea "c", da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 26, caput, inciso X, do Decreto nº 8.726, de 2016, que a [identificação da organização da sociedade civil - OSC]:

• dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. OU pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

Local-UF, de de 20 .

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC).

**ANEXO V****DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC que: Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a". Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

**RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e e-mail

Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração

pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Local-UF, de de 20 .

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

#### **ANEXO VI DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

Declaro para os devidos fins, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional; Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada; Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014); Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” e “c”, da Lei nº 13.019, de 2014; Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo; Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF, de de 20 .

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

#### **ANEXO VII**

#### **MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO N xxx/202x**

Termo de Colaboração celebrado entre o INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM) e \_\_\_\_\_. Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado o INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE MARICÁ (ICTIM), pessoa jurídica de direito público, com sede \_\_\_\_\_, neste município, inscrito no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o número \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente ICTIM, e de outro lado, \_\_\_\_\_, entidade pública de direito privado sem fins lucrativos, com sede à \_\_\_\_\_ CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu Presidente, \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, portador do RG número \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o número \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, Doravante designada simplesmente ENTIDADE, após regular Chamamento Público nº XXX/20XX com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto 8.726/2016 e no Decreto Municipal nº 54/2017 e suas alterações, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014, Decreto 8.726/2016 e suas alterações; do Decreto nº 54/2017, bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público nº xxx/20xx, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O TERMO DE COLABORAÇÃO terá por objeto através do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá (ICTIM), a Formação e Inclusão Social de Jovens, Adultos e Idosos a partir de 15 anos, Jornada Sim, Eu Posso, de acordo com o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO e seus anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC).**

A Organização da Sociedade Civil possui as seguintes obrigações:

- 1 - Desenvolver, em conjunto com o ICTIM, o objeto da parceria conforme o PLANO DE TRABALHO (ANEXO II) e seus anexos.
- 2 - Arcar com todos os demais custos que superem a estimativa prevista no PLANO DE TRABALHO e seus anexos.
- 3 - Prestar, sempre que solicitadas, quaisquer outras informações sobre a execução financeira desta parceria;
- 4 - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação do atendimento prestado;
- 5 - Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao ICTIM comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;
- 6 - Selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da presente parceria, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso, observando a legislação vigente e, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- 7 - Recolher, na condição de empregador, todos os encargos sociais, previdenciários e fiscais, oriundos das referidas contratações;
- 8 - Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do ICTIM pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- 9 - Reter o valor da parcela mensal referente a verbas rescisórias, quando for o caso, bem como os saldos das parcelas não utilizadas, em aplicação financeira, na forma da regulamentação específica da Controladoria Geral do Município;
- 10 - Abrir conta corrente bancária específica isenta de tarifa bancária, apresentando o extrato zerado da referida conta ao ICTIM;
- 11 - Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO aos processos, aos documentos, às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- 12 - Os bens permanentes porventura adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente entregues ao ICTIM em até 30 (trinta) dias do término da parceria, observada a CLÁUSULA SEXTA.
- 13 - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA tenha dado causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção/atualização, dentre outros;
- 14 - Prestar contas da aplicação dos recursos repassados na forma da CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento, mantendo em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos;
- 15 - Apresentar relatórios de Execução do Objeto e de Execução Financeira, conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, parágrafo primeiro;
- 16 - Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do artigo 47 do Decreto Municipal nº 54 /2017;
- 17 - Executar a parceria conforme especificações no Termo de Referência, no Edital de Chamamento Público e seus Anexos, bem como o de sua proposta, com a alocação de mão de obra pela forma de contratação que entender necessária ao perfeito cumprimento das cláusulas do Termo de Colaboração;- Aceitar as determinações do ICTIM, efetuadas por escrito, para a substituição imediata dos seus contratados ou cooperados cuja atuação, permanência ou comportamento forem, a seu critério, considerados prejudiciais e inconvenientes à execução da parceria;
- 18 - Prestar Contas dos Recursos recebidos, conforme preconizado nos artigos 58, 59 e 60 da Lei Federal nº 13.019/2014, artigos nº 50 a 63 do Decreto Municipal nº 54/2017 e Manual de Prestação de Contas emitido pela Controladoria Geral do Município.
- 19 - A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA não repassará quaisquer custos oriundos da execução parceria;
- 20 - Disponibilizar um número de telefone móvel que permita o contato imediato entre o ICTIM e o preposto da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA de forma permanente, incluindo dias não úteis;
- 22- Permitir que o ICTIM promova a fiscalização e o gerenciamento do TERMO DE COLABORAÇÃO, em obediência às prescrições descritas no art. 58 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- 23 - As especificações contidas no Termo de Referência e no Edital de Chamamento Público foram elaboradas sob responsabilidade direta do ICTIM à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, ao aceitá-las, assumirá a única e irrecusável responsabilidade pela execução da parceria, dentro das atribuições que lhe couberem;
- 24 - Responsabilizar-se por quaisquer acréscimos ou ônus adicionais decorrentes de falha ou omissão no projeto técnico, quando de sua autoria, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência no Edital de Chamamento Público e seus anexos;
- 25 - Entregar as documentações eventualmente solicitadas pelo ICTIM nos prazos definidos no Termo de Referência no Edital de Chamamento Público e seus Anexos;
- 26 - Participar das reuniões sempre que necessário e prestar esclarecimentos ao ICTIM sempre que solicitado;
- 27 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo ICTIM, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- 28 - Prover todos os meios necessários à garantia da continuidade do Objeto da parceria, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 29 - Comunicar ao ICTIM, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, propondo as ações corretivas necessárias;
- 30 - Comunicar por escrito ao ICTIM, a existência de impedimento de ordem técnica, econômica, ética ou legal em serviço constante no objeto, informando imediatamente e fundamentando a inviabilidade;
- 31 - Dar imediato conhecimento ao ICTIM de autuações ou notificações porventura lavradas pela Gestão em geral, bem como erros e omissões, relativas aos serviços sob sua responsabilidade técnica ou fiscalização;
- 32 - Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto do Edital de Chamamento Público que venham a ser solicitados pelo ICTIM no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 33- Relatar ao ICTIM toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do Termo de Cola-

boração;

34 - Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao cumprimento do objeto do Termo de Colaboração, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;

35 - A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, os objetos com avarias ou defeitos, bem como os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

36 - Aceitar, a critério todo ou em parte, a rejeição do serviço entregue em desacordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência, e no Edital de Chamamento Público;

37 - Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto, arcar com os eventuais prejuízos causados ao ICTIM ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus contratados ou cooperados envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos serviços, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e gestão e fiscalização exercidos pelo ICTIM;

38 - Prover mão de obra especializada, qualificada e em quantidade suficiente ao perfeito cumprimento do Objeto deste Termo de Colaboração;

39 - Cumprir as condições de garantia, assistência técnica e suporte do objeto, de acordo com o Termo de Referência, do Edital de Chamamento Público, e todos os seus Anexos;

40 - Seguir as diretrizes técnicas do ICTIM, através da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, à qual se reportará, bem como às disposições legais, regulamentares e éticas, adotando nas questões controvertidas a solução técnica que lhe for recomendada, sem que isso se constitua em restrição à independência de seus profissionais;

41 - Diligenciar para que seus contratados ou cooperados tratem com urbanidade;

42 - Instruir seus contratados ou cooperados quanto à necessidade de acatar as Normas do ICTIM;

43 - Responsabilizar-se por todas as obrigações da sua forma de contratação sejam trabalhistas, cíveis, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao ICTIM;

44 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

45 - Responder, na qualidade de fiel depositário, por toda a documentação que lhe for entregue pelo ICTIM;

46 - Não utilizar nem divulgar ou reproduzir os normativos, documentos e materiais encaminhados pelo ICTIM fora do Objeto do futuro Termo de Colaboração;

47 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Termo de Colaboração;

48 - Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações e dados, contidos em quaisquer mídias e documentos, que seus contratados, cooperados ou prepostos vierem a obter em função dos materiais fornecidos ao ICTIM, respondendo pelos danos que venham a ocorrer;

49 - Não utilizar a marca do ICTIM em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;

50 - Não veicular publicidade ou qualquer informação quanto ao objeto desta parceria sem prévia autorização do ICTIM;

51 - Não se pronunciar em nome do ICTIM a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da mesma;

52 - Manter, durante toda a execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Chamamento Público, sob pena de aplicação das penalidades;

53 - Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto, serviço técnico especializado, bem como todos os bens permanentes adquiridos com verbas oriundas da futura parceria, para que o ICTIM possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência, no Edital de Chamamento Público e seus Anexos, conforme art. 35, § 5º da Lei nº 13.019/2014 e regulamento previsto no § 3º - art. 23 - Decreto Municipal nº 54/2017;

54 - Prestar assistência técnica, durante a vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO, o que engloba a abertura de solicitações de informações, reporte de falhas ou esclarecimento de dúvidas quanto à utilização dos projetos e suas soluções fornecidas;

55 - Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços que sobrevierem durante a execução e que sejam necessários para a perfeita execução dos projetos apresentados pelo ICTIM. Os custos respectivos por todos os serviços necessários à perfeita execução dos projetos deverão estar incluídos nos preços constantes da proposta dessa ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

56 - Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com esse Termo de Colaboração, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pelo ICTIM, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus contratados, cooperados e prepostos;

57 - Contratar todos os seguros e pagar todas as taxas a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem ônus para o ICTIM;

58 - Orientar os seus contratados ou cooperados treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades do ICTIM;

59 - Repassar todo o conhecimento adquirido ou produzido na execução do objeto para os técnicos do ICTIM;

60 - Indicar preposto para representá-la durante a execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

61 - Manter preposto, quando for o caso, nos horários e locais necessários para representá-la na execução desse TERMO DE COLABORAÇÃO com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

62 - Essa Organização Parceira deverá apresentar declaração de que não haverá remuneração a qualquer título, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, de acordo com o disposto no artigo 45, II, da Lei 13.019/14.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ICTIM

O ICTIM possui as seguintes obrigações:

a) Supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do Plano de Trabalho objeto do presente TERMO;

b) Repassar à ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL os recursos necessários à execução deste TERMO;

c) Receber, analisar e emitir parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas das verbas recebidas pela ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL;

d) Elaborar Relatório de Visita Técnica in loco e Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação. Realizar o devido cadastramento no SIGFIS, conforme Deliberações do TCE/RJ nº 280 e 281.

e) Observar e fazer cumprir fielmente todas as obrigações assumidas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, de acordo com as cláusulas do Termo de Colaboração, os termos de sua proposta, bem como o que estabelece o Termo de Referência, o Edital de Chamamento Público e seus Anexos;

f) Acompanhar e fiscalizar sob os aspectos qualitativo e quantitativo, devendo rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com esse TERMO DE COLABORAÇÃO;

g) Notificar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da parceria, fixando prazo para a sua correção e reparação, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

h) Não praticar atos de ingerência na administração da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, tais como:

i) Exercer o poder de mando sobre os empregados da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

j) Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

k) Não promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da parceria e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

l) Considerar os trabalhadores da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

m) Verificar e notificar, caso constatado, que a Organização da Sociedade Civil tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública

da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

n) Comunicar a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA para que seja efetuada a substituição de seu contratado ou cooperado que, por qualquer motivo, não esteja correspondendo às expectativas ou que tenha causado embaraços à administração;

o) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços;

p) Comunicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

q) Aplicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA as penalidades regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

r) Estabelecer, juntamente com a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, as rotinas para o cumprimento do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO;

s) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

t) Proporcionar as condições necessárias para que a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA possa cumprir o estabelecido no Edital do Chamamento Público, no Termo de Referência e neste TERMO DE COLABORAÇÃO;

u) Cientificar o órgão de representação judicial do PODER PÚBLICO para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA;

v) Efetuar os Repasses à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA dos valores resultante deste Termo de Colaboração, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Chamamento Público e seus anexos;

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado, no âmbito desta parceria:

a) Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

b) Remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, no órgão ou entidade da Administração Municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento;

c) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

d) Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

e) Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Municipal e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência da parceria;

f) Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres; realizar despesas com:

g) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Municipal na liberação de recursos financeiros;

h) Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

i) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 29 do Decreto Municipal nº 54/2017.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS

Os bens móveis remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos transferidos do ICTIM, mediante autorização da autoridade competente, e desde que se tenham tornado obsoletos, imprestáveis, de recuperação antieconômica ou inservíveis ao serviço público, poderão ser doados, com ou sem encargos, à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, cujo fim principal consista em atividade de relevante valor social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

O prazo do presente EDITAL é de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato no Jornal Oficial de Maricá (JOM).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo descrito no caput poderá ser prorrogado em períodos iguais e sucessivos, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para o ICTIM e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao ICTIM em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do ICTIM dentro do período de sua vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo descrito no caput poderá ser pror-



rogado de ofício pelo ICTIM, antes do seu término, quando este der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado, e informado no Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária do ICTIM.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES**

O ICTIM poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do PLANO DE TRABALHO, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

Por termo aditivo à parceria para redução do valor global, sem limitação de montante; prorrogação da vigência, observados os limites do Art. 26 do Decreto Municipal nº 54 e alteração da destinação dos bens remanescentes;

(i) Prorrogação da vigência, antes do seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

- Demais casos de alterações que se façam necessários, desde que permitidos por lei.
- Por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de:
- Utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução de parceria;
- Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;
- Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Sem prejuízo das alterações acima previstas no “caput”, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

(ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

Nos termos do Decreto Municipal nº 158/2018, o reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência do termo de colaboração, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

a) No caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;

b) Em relação aos demais custos e despesas previstos no Termo, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise do ICTIM.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do Termo de Parceria ou com o encerramento da vigência da parceria.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

O valor do presente TERMO é de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), e correrá a conta conforme dotação orçamentária abaixo:

- NATUREZA DAS DESPESAS: XXXXXXXXX
- FONTE DE RECURSOS: XXXXXXXXX
- PROGRAMA DE TRABALHO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Será pago em 4 (quatro) parcelas trimestrais, conforme cronograma de desembolso abaixo.

Parcela	Valor(R\$)	Condições
1ª Parcela	40%	Até 5 (cinco dias) após a publicação do Termo de Colaboração no Jornal Oficial de Maricá (JOM)
2ª Parcela	25%	No 4º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas
3ª Parcela	25%	No 7º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas
4ª Parcela	10%	No 10º mês após a apresentação dos relatórios de prestação de contas e de atividades executadas

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cronograma de desembolso representa previsão inicial de repasses, sendo certo que estes ocorrerão conforme a apresentação da prestação de contas. Quando os recursos forem repassados em três ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação da prestação de contas da primeira parcela, e assim sucessivamente, de modo que se permita à instituição possuir em sua conta o montante correspondente a um repasse inicial previsto no cronograma. Após a aplicação da última parcela será apresentada a prestação de contas final dos recursos recebidos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os recursos previstos no caput serão repassados, mediante transferência eletrônica, através de crédito em conta bancária específica, vinculada à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, onde serão movimentados, vedada a utilização da conta para outra finalidade, conforme descrito no subitem 15.1 do Edital.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A primeira parcela será liberada em até 5 (cinco) dias após a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO e as demais, na forma estipulada no cronograma de desembolso constante no EDITAL e seus anexos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** É vedado o repasse de recursos caso não seja aprovada a prestação de contas do penúltimo repasse efetuado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os rendimentos de ativos financeiros e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pela organização da sociedade civil na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que no curso de sua vigência e mediante aprovação da alteração no Plano de Trabalho pelo ICTIM.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Na eventual celebração de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, e de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

As prestações de contas parciais devem ser apresentadas até 60 (sessenta) dias após terminado o período a que se refere à parcela, sendo a última entregue até 90 (noventa) dias após o término da presente parceria, acompanhada do comprovante de devolução do saldo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A prestação de contas somente será recebida pelo ICTIM se estiver instruída com todos os documentos referidos no Item 8 do Edital de Chamamento Público.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de erro nos documentos apresentados, serão devolvidos à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os mapas, demonstrativos e relatórios físico-financeiros deverão conter assinatura do representante legal da ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, bem como de contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os documentos fiscais originais deverão conter carimbo ou dizeres com os seguintes termos: “Prestação de Contas nº XXX/XXXX – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XXX/XXXX, entre o ICTIM e a Organização Parceira.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria durante o prazo de 10 (dez) anos.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Na aquisição de bens móveis, o ICTIM deverá encaminhar à Diretoria Administrativa/Patrimônio do ICTIM, por meio de memorando, a nota fiscal dos bens adquiridos pela entidade conveniada, para fins de incorporação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Será realizada pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, observando o art. 42, inciso VIII da Lei 13.019/2014 e art. 23, VII do Decreto Municipal nº 54/2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, e EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO e seus anexos, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015, do Decreto 8.726/2016 e com o Decreto Municipal Nº 054/2017, o ICTIM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA as seguintes sanções:

Advertência;  
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir o ICTIM pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As sanções estabelecidas nos incisos ii e iii são de competência exclusiva do DIRETOR-PRESIDENTE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE**

A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao ICTIM ou a terceiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos ao ICTIM no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O ICTIM não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO DE COLABORAÇÃO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do ICTIM pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O ICTIM não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA**

O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria do ICTIM..

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, o ICTIM poderá rescindir o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na ocorrência de rescisão, o ICTIM suspenderá imediatamente todo e qualquer repasse à ORGANIZAÇÃO PARCEIRA, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria do ICTIM.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o ICTIM poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

a) Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;  
b) Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO e seus anexos, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que o ICTIM assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
A ORGANIZAÇÃO PARCEIRA deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Jornal Oficial de Maricá (JOM).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O ICTIM providenciará o envio do presente TERMO ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro Central da Comarca do Município de Maricá, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO PARCEIRA a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO em 03 (três) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Maricá, de de 202x

CELSE PANSERA

DIRETOR-PRESIDENTE DO ICTIM

MATRÍCULA 1300000

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

NOME DO REPRESENTANTE OU DIRETOR PRESIDENTE DA OSC

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ERRATA

Portaria 031/2022

A portaria 031/2022, publicada no Jornal Oficial de Maricá nº1295, página 14 em 06 de Abril de 2022.

ONDE SE LÊ:

Portaria 031/2022

Art. 1º SUBSTITUIR o pesquisador – Igor Paes Nunes Sardinha - do Comitê Científico acerca da encomenda tecnológica destinada ao desenvolvimento da solução para área de construção de ecossistema cooperativo alimentar para o desenvolvimento da agricultura familiar, orgânica e do bem viver alimentar no município de Maricá, processo administrativo nº 0004846/2020, pelo pesquisador Valdenilson de Souza Brito - conforme previsto na portaria 023/2022, publicada no JOM 1286 em 16 de Março de 2022.

§ 1º O comitê Científico passa a ter a seguinte composição:

I - Cláudio de Souza Gimenez - Diretor de Inovação e Científica do ICTIM, matrícula nº 1300002.

II - Luiz Roberto Accacio de Matos - Mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ

III - Valdenilson de Souza Brito - Engenharia em Agroecologia

IV - Tatiana Gomes Postiço - Engenharia Civil.

V - Luciana Gomes Postiço - Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

PASSA-SE A LER:

Portaria 031/2022

Art. 1º SUBSTITUIR o pesquisador - Igor Paes Nunes Sardinha - do Comitê Científico acerca da encomenda tecnológica destinada ao desenvolvimento da solução para área de construção de ecossistema cooperativo alimentar para o desenvolvimento da agricultura familiar, orgânica e do bem viver alimentar no município de Maricá, processo administrativo nº 0004846/2020, pelo pesquisador Valdenilson de Souza Brito - conforme previsto na portaria 023/2022, publicada no JOM 1286 em 16 de Março de 2022.

§ 1º O comitê Científico passa a ter a seguinte composição:

I - Cláudio de Souza Gimenez - Diretor de Inovação e Científica do ICTIM, matrícula nº 1300002.

II - Mônica Souza Salles - Licenciatura em Filosofia Pós Administração Escolar/Trabalho Social com famílias.

III - Valdenilson de Souza Brito - Engenharia em Agroecologia.

Maricá, 07 de abril de 2022.

CARLOS SENNA

CHEFE DO GABINETE DO ICTIM

Matrícula 1300017

## INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ

ATO N.º 009/2022.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no art. 12, I do RGI do ISSM, e tendo em vista, o que consta do Processo Administrativo nº 0001/2022, datado de 03/01/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de aposentaria na modalidade VOLUNTÁRIA INTEGRAL ao servidor NILCINEI MENDONÇA TEIXEIRA, no cargo de Operador de Máquinas Classe C, Referência 11, lotado na Secretaria de Obras, matrícula nº 0998, tendo por fundamento o disposto no art. 3º da EC nº 47/05, ou seja, COM PARIDADE (em parcelas distintas), a contar da data da publicação, com os proventos fixados como demonstrado abaixo.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da publicação, produzindo seus efeitos imediatos.

PARCELA	%	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
Provento Básico	100,0%	Lei Complementar nº 2.903/19 anexo II C, C/C Lei 3.089/2021 art. 1º	4.100,18
Gratificação Especial	100,0%	L.O.M art. 60, inc. XXV, Lei 965/91, Lei 635/87	4.100,18
Adicional por Tempo de Serviço S/R	60,0%	Lei 1517/96 art. 20 Lei 01/90 art.83	4.920,22
TOTAL	13.120,58		

Publique-se!

Maricá, 05 de abril de 2022.

Janete Celano Valladão

Presidente

ATO N.º 010/2022.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no art.12, I do RI do ISSM, e tendo em vista, o que consta do Processo Administrativo nº 0043/2022, datado de 16/02/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de aposentaria na modalidade VOLUNTÁRIA ESPECIAL à servidora ALÍCIA LEITE FERNANDES, no cargo de Professora Docente Padrão I, 15 horas, Nível 05, Classe C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 05414, tendo por fundamento o disposto no art. 6º, EC nº 41/03 c/c art. 40, § 5º, da CR/88, COM PARIDADE (em parcelas distintas), a contar da data da publicação, com os proventos fixados como demonstrado abaixo.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data da publicação, produzindo seus efeitos imediatos.

PARCELA	%	FUNDAMENTAÇÃO	VALOR
Provento Básico	100,0%	Lei Complementar nº 344/2021	5.229,48
Adicional por Tempo de Serviço (triênio anterior)	3,0%	Lei Complementar nº 067/98, art. 20.	156,88
Adicional por Tempo de Serviço (triênio)	25,0%	Lei Complementar nº 161/07, art. 21.	1.307,37
Regência de Classe	20,0%	Lei Complementar nº 161/07, art. 17, "III", "b".	1.045,90
Adicional de Qualificação	10,0%	L.C. nº 161/07 art. 22 c/c Dec. 504/208.	522,95
TOTAL	8.262,58		

Publique-se!

Maricá, 05 de abril de 2022.

Janete Celano Valladão

Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM

## AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1826/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em conformidade com o parecer da Diretoria Jurídica e da Controladoria Interna, RATIFICO a contratação POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, autorizado pelo Diretor Operacional de Administração e Finanças, que tem por objeto a RECARGA DE EXTINTORES, com valor global de R\$ 939,00 (novecentos e trinta e nove reais), em favor da empresa AUTOEXTIN EXTINTORES LTDA., inscrita no CNPJ de nº 02.412.214/0001-09.

Maricá, 05 de abril de 2022.

Guthyerre Alves dos Santos

Presidente

Autarquia De Serviços De Obras De Maricá

DIRETORIA OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 83/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3771/2022. PARTES: AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR E CWP COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI;

OBJETO: CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2021 (REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6975/2021, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2021).

VALOR: R\$ 29.996,00 (VINTE E NOVE MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, LEI COMPLEMENTAR Nº 306, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018, DECRETO MUNICIPAL N.º 158/2018, SUAS ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: ATÉ 31/12/2022

PROGRAMA DE TRABALHO: 63.01.04.122.0084.2408;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.4.9.0.52.00.00.00;

ORIGEM DO RECURSO: 236;

NOTA DE EMPENHO: 322/2022;

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2022  
 MARICÁ, 01 DE ABRIL DE 2022.  
 PAULO CESAR REGO GARRITANO  
 DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR

PORTARIA Nº 83, DE 01 DE ABRIL DE 2022.  
 DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 83/2022 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3771/2022;  
 O DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 83/2022.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do contrato nº 83/2022, cujo objeto é a CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS, e especialmente o disposto na Ata de Registro de Preços nº 109/2021 (referente ao Processo Administrativo nº 6975/2021, através do Pregão Presencial nº 52/2021).

1. LEONARDO DA SILVA PROCACI – Matrícula N.º. 500.181  
 2. THUANE MOTTA PROCACI – Matrícula N.º. 500.320  
 3. MARCELLA BATISTA LEITE REIS – Matrícula N.º. 500.289  
 SUPLENTE: ALEXANDRA DA CUNHA PEREIRA MACHADO- Matrícula N.º. 500.245

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 01/04/2022.

Publique-se.

Maricá, 01 de abril de 2022.

PAULO CESAR REGO GARRITANO  
 DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR

EXTRATO DO CONTRATO N.º 84/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3770/2022.

PARTES: AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR E COMERCIAL SANTA RITA DE CASSIA EIRELI ME;  
 OBJETO: CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS, E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2021 (REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6975/2021, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2021).

VALOR: R\$ 10.620,00 (DEZ MIL, SEISCENTOS E VINTE REAIS).  
 FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, LEI COMPLEMENTAR Nº 306, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018, DECRETO MUNICIPAL N.º 158/2018, SUAS ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: ATÉ 31/12/2022

PROGRAMA DE TRABALHO: 63.01.04.122.0084.2408;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.4.4.9.0.52.00.00.00;

ORIGEM DO RECURSO: 236;

NOTA DE EMPENHO: 321/2022;

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2022

MARICÁ, 01 DE ABRIL DE 2022.

PAULO CESAR REGO GARRITANO  
 DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR

PORTARIA Nº 84, DE 01 DE ABRIL DE 2022.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 84/2022 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3770/2022;

O DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 84/2022.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do contrato nº 84/2022, cujo objeto

é a CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS, e especialmente o disposto na Ata de Registro de Preços nº 108/2021 (referente ao Processo Administrativo nº 6975/2021, através do Pregão Presencial nº 52/2021).

1. LEONARDO DA SILVA PROCACI – Matrícula N.º. 500.181  
 2. THUANE MOTTA PROCACI – Matrícula N.º. 500.320  
 3. MARCELLA BATISTA LEITE REIS – Matrícula N.º. 500.289  
 SUPLENTE: ALEXANDRA DA CUNHA PEREIRA MACHADO- Matrícula N.º. 500.245

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 01/04/2022.

Publique-se.

Maricá, 01 de abril de 2022.

PAULO CESAR REGO GARRITANO  
 DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SOMAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1826/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em conformidade com o parecer da Diretoria Jurídica e da Controladoria Interna, AUTORIZO a contratação POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, autorizado pelo Diretor Operacional de Administração e Finanças, que tem por objeto a RECARGA DE EXTINTORES, com valor global de R\$ 939,00 (novecentos e trinta e nove reais), em favor da empresa AUTOEXTINTORES LTDA., inscrita no CNPJ de nº 02.412.214/0001-09.

Maricá, 05 de abril de 2022.

Paulo Cesar Rego Garritano

Mat. 500.084

Diretor Operacional de Administração e Finanças

Autarquia De Serviços De Obras De Maricá

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2021

Considerando o disposto no art. 15, V, e §2º, da lei 8666/93, e para fins de devida publicidade, segue extrato da Ata de Registro de Preço com atualização trimestral de valores em conformidade com os preços de mercado.

Processo Licitatório nº 15533/2020

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 21/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PEDREIRA

Vigência: 08/07/2022

Valor Total: R\$ 48.138.593,25

Empresa: MINÉRIO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 05.831.660/0001-38

Rua Dr. Alfredo Backer, nº 115, Sala 704 – Mutondo - RJ CEP 24.452-001  
 Os valores publicados, são para fins de orientação dos órgãos da administração direta e indireta, conforme art.6º, XI, Decreto Municipal 611/2020.

Documento publicado na íntegra na edição do JOM nº 1188 de 12/07/2021 e disponível pelo link <https://www.marica.rj.gov.br/2021/07/12/jom-1188/>

Gestor Responsável: Divisão de Compras

Rua: Raul Alfredo de Andrade – Caxito – Maricá/RJ, CEP:24.910-530  
 Tel:(021) 99422-2671

Paulo Cesar Rego Garritano

Diretor Operacional de Administração e Finanças

Mat.: 500.084

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2021

Considerando o disposto no art. 15, V, e §2º, da lei 8666/93, e para fins de devida publicidade, segue extrato da Ata de Registro de Preço com atualização trimestral de valores em conformidade com os preços de mercado.

Processo Licitatório nº 4329/2021

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 60/2021

Objeto: FORNECIMENTO DE INSUMOS PARA EQUIPAMENTOS LEVES

Vigência: 19/12/2022

Valor Total: R\$ 38.714,40

Empresa: R-NIT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 14.338.440/0001-68

Avenida Professor João Brasil, nº170 – Fonseca – Niterói – RJ, CEP

24.130-082

Os valores publicados, são para fins de orientação dos órgãos da administração direta e indireta, conforme art.6º, XI, Decreto Municipal 611/2020.

Documento publicado na íntegra na edição do JOM nº 1259 de 07/01/2022 e disponível pelo link <https://www.marica.rj.gov.br/2022/01/07/jom-1259/>

Gestor Responsável: Divisão de Compras

Rua: Raul Alfredo de Andrade – Caxito – Maricá/RJ, CEP:24.910-530  
 Tel:(021) 99422-2671/99497-3129

Paulo Cesar Rego Garritano

Diretor Operacional de Administração e Finanças

Mat.: 500.084

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2021

Autorizo a SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE MAGÉ, a aderir a Ata de Registro de preços nº 68/2021 referente ao Pregão Presencial nº 37/2021, oriundo do processo nº 2744/2021. Em consonância com artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e Art 24 do Decreto Municipal nº 611 de 07 de dezembro de 2020, conforme ofício nº 669/2022.

Considerando o disposto no art. 15, V, e §2º, da lei 8666/93, e para fins de devida publicidade, segue extrato de adesão a Ata de Registro de Preços.

Paulo Cesar Rego Garritano

Diretor Operacional de Administração e Finanças

Mat.: 500.084

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2021

Autorizo a SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE MAGÉ, a aderir a Ata de Registro de preços nº 88/2021 referente ao Pregão Presencial nº 26/2021, oriundo do processo nº 2761/2021. Em consonância com artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e Art 24 do Decreto Municipal nº 611 de 07 de dezembro de 2020, conforme ofício nº 669 /2022.

Considerando o disposto no art. 15, V, e §2º, da lei 8666/93, e para fins de devida publicidade, segue extrato de adesão a Ata de Registro de Preços.

Paulo Cesar Rego Garritano

Diretor Operacional de Administração e Finanças

Mat.: 500.084

Ata de R.P. nº 13/2022

Processo Administrativo Nº 11629/2021

Validade: 27/03/2023

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Ao vigésimo oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Municipalidade de Maricá, através do Órgão Gerenciador de Registro de Preços, integrante da Divisão de Compras, situado na Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº, Caxito, nesta Cidade, aqui representado, nos termos do Decreto Municipal n.º 158/2018, por PAULO CESAR REGO GARRITANO portador (a) do R.G 058846577/ DICRJ e inscrito (a) no CPF sob nº 929.610.617-68, e a empresa UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, situada na Av. Deputado Rubens Granja, nº 121 – Sacomã – São Paulo/SP –, CEP 04298-000, CNPJ: 02.491.558/0001-42 neste ato representado por seus representantes legais PAULO EMILIO PIMENTEL UZÊDA, portador do RG nº 3.689.097-94 – SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 454.876.505-00 e VALKIRIA NAKAMASHI portador do RG nº 44.092.472 – SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 336.870.098-74 com e-mail [licitacao.ve@unidas.com.br](mailto:licitacao.ve@unidas.com.br) e com telefone (11) 3141-6206 nos termos do Decreto Municipal nº 611/2020, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls. 1122 a 1129, HOMOLOGADA às fls. 1156 ambas do processo administrativo nº 11629/2021, referente ao Pregão Presencial nº 02/2022.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1.Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do(s) item (ns) dela constante (s), nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do Decreto Municipal n.º 611/2020.

1.2.Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes

itens:

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Serviço de Locação de Veículo tipo Serviço HATCH: Motor: mínimo 1.0 cilindradas e maior que 80 cv; número de portas: 04 (quatro); Capacidade para 05 (cinco) passageiros incluindo o motorista; combustível: Gasolina e/ou Álcool; Direção Elétrica ou Hidráulica; rádio Am/Fm; Ar condicionado; Vidro elétrico; apoio de cabeça no banco traseiro, trava elétrica; Grade protetora do motor e cárter; Acessórios obrigatórios ( cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo) cor branca ou prata, (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	VW GOL 1.0	39	R\$ 2.189,00	R\$ 85.371,00	R\$ 1.024.452,00
2	Serviço de Locação Veículo Tipo representação SEDAN; Motor: mínimo 1.6 cilindradas ou 1.0 Turbo e mínimo de 110 CV; número de portas: 04 (quatro); capacidade para 05 (cinco) passageiros incluindo o motorista; Combustível: Gasolina e/ou Álcool; Direção Elétrica ou Hidráulica; Freios ABS; Travas eletrônica nas quatro portas; Vidro elétrico nas 4 portas; Apoios para cabeça no banco traseiro; Ar condicionado; Alarme com acionamento à distância; Airbag duplo; Sensor de estacionamento; Vidros verdes; Radio AM/FM, CD player; Grade protetora do motor e Cárter, Pneus: Radiais, inclusive e Estepe; Acessórios obrigatórios: ( cintos de segurança, extintor, estepes, chave de roda, macaco e triângulo); cor branca ou prata (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	CHEVROLET ONIX PLUS 1.0 TURBO LTZ	27	R\$ 3.099,00	R\$ 83.673,00	R\$ 1.004.076,00
4	Serviço de Locação Veículo tipo SUV BLINDADA Nível III-A: Motor Turbo, Combustível: Diesel de no mínimo 2.0 litros e no mínimo 170 CV, Tração 4x4, Ar Condicionado, Direção Elétrica, Vidros e Travas Elétricas, Transmissão automática, Sistema de ABS, EBD e BAS, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, airbag duplo, rádio multimídia AM/FM todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, na cor Branca, Preta ou Prata (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	JEEP COMPAS 2.0 TURBO	2	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 288.000,00
5	Serviço de Locação Veículo Tipo representação SEDAN BLINDADO Nível III-A; Motor: mínimo 2.0 cilindradas, mínimo de 177 CV; número de portas: 04 (quatro), Transmissão automática; capacidade para 05 (cinco) passageiros incluindo o motorista; Combustível: Gasolina e/ou Álcool; Direção elétrica; Freios ABS; Travas eletrônica nas quatro portas; Vidro elétrico nas 4 portas; Apoios para cabeça no banco traseiro; Ar condicionado; Alarme com acionamento à distância; Airbag duplo; Sensor de estacionamento; rádio multimídia AM/FM, Grade protetora do motor e Cárter, Pneus: Radiais, inclusive e Estepe; Acessórios obrigatórios: ( cintos de segurança, extintor, estepes, chave de roda, macaco e triângulo); cor branca, preta ou prata (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	TOYOTA COROLLA XEI 2.0 CVT FLEX BLINDADO	2	R\$ 9.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 216.000,00
6	Serviço de Locação Veículo tipo SUV: Motor Turbo, Combustível: Flex álcool e ou gasolina, Motor Mínimo de 1.0 turbo e Mínimo de 128 CV, Ar Condicionado, Direção Elétrica, Vidros e Travas Elétricas, Transmissão automática, Sistema de ABS, EBD e BAS, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, airbag duplo, rádio multimídia AM/FM todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN na cor Branca, Preta ou Prata. (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	RENAULT CAPTUR 1.3 TURBO ZEN AUTOMATICA	10	R\$ 4.180,00	R\$ 41.800,00	R\$ 501.600,00
7	Serviço de Locação Veículo tipo PICK UP tracionada, tração 4x4, 4 portas, cabine dupla, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, Transmissão automática, motor turbo diesel de no mínimo 2.0 litros e no mínimo 160 CV, caçamba, snork, pneus NUD, ar condicionado, controle de tração, encosto de cabeça nos bancos dianteiros, freios ABS, airbag duplo, protetor de caçamba, vidros e travas elétricas, volante com regulagem e altura, capota marítima, direção elétrica, GPS, rádio multimídia AM/FM, todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN na cor Branca, Preta ou Prata (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	FIAT TORO 2.0 TURBO DIESEL 4X4 AUTOMATICA	9	R\$ 6.390,00	R\$ 57.510,00	R\$ 690.120,00
9	Veículo tipo MOTOCICLETA: Motor 300cc mínimo de 20cv cor branca ou prata. (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	XRE 300 FLEX	7	R\$ 1.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 126.000,00
10	Serviço de Locação de Veículo Tipo UTILITÁRIO MODELO VAN com capacidade mínima para transporte de 16 (dezesesseis) passageiros; motor potência mínima 115 cv; Combustível: Diesel; Rádio AM/FM; Direção Elétrica ou Hidráulica; Ar Condicionado; Vidro Elétrico; Trava Elétrica; Acessórios Obrigatórios (cinto de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo); Cor branca ou prata. (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	RENAULT MASTER MINIBUS 2.3 DIESEL 16 LUGARES	20	R\$ 7.530,00	R\$ 150.600,00	R\$ 1.807.200,00
11	Serviço de Locação Veículo UTILITÁRIO TIPO 7 LUGARES: Motor: Mínimo 1.8 cilindradas e potência mínima de 110 CV; Numero de portas: 04 (quatro) portas; Capacidade para 07 (sete) passageiros incluindo o motorista; Combustível: Gasolina e/ou Álcool; Ar-condicionado, Chave canivete com telecomando para abertura e fechamento das portas, computador de Bordo, Conta giros, desembaçador do vidro traseiro, Direção Elétrica ou Hidráulica, Air Bag Duplo e ABS com EBD, Retrovisores externos com comando interno mecânico, travas elétricas, Vidros elétricos dianteiros com one-touch(subida e descida) para motorista. Acessórios obrigatórios: (cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo) cor branca ou prata, (Fabricação/Modelo ano 2022 - veículo 0 km).	UNID	CHEVROLET SPIN PREMIER 1.8 FLEX 07 LUGARES	3	R\$ 3.900,00	R\$ 11.700,00	R\$ 140.400,00
VALOR GERAL							R\$ 5.797.848,00

## 2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

## 3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a diretoria requisitante para assinatura do contrato

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade, devendo a documentação ser entregue à unidade requisitante.

3.4. O objeto da ata será executado nas unidades requisitantes, sendo o recebimento provisório, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e no Edital de Licitação.

3.4.1. A execução do serviço será acompanhada por fiscais, devendo a nota fiscal ou nota fiscal-fatura, estar acompanhada da cópia reprográfica da nota de empenho e contendo o detalhamento em valores unitários dos serviços prestados.

3.5. Se a qualidade do serviço prestado não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o serviço apresentar inconformidades que impeçam ou prejudiquem a sua função/destinação, a detentora deverá providenciar o refazimento do mesmo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Autarquia.

## 4 - CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

4.1 - Se a licitante vencedora se recusar a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

4.2 - Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência;

II - Multa moratória de 1,0 % (hum por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a Autarquia descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

#### 5 - CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 158/2018.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplimento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feito mediante desconto de 0,033% ao mês, pro rata die

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### 6 - CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Autarquia à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando

as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### 7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

##### 7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - Tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

##### 7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.2.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3. A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4. A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

#### 8 - CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular do órgão participante do presente registro:

- Diretoria Operacional de Administração e Finanças

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizados através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão às mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

#### 9 - CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados

ou enviados através de “fac-símile”, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.656/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da

ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5. O preço a ser pago pela Autarquia é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Autarquia nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à Autarquia toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de

lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.

#### 10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. requisitar, via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação

cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente

ao objeto solicitado

10.2.3. observar as determinações do Decreto nº 158/2018.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à me-

didada que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas

10.3.4. em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas

10.3.5. ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, 28 de março de 2022.

PAULO CESAR RÉGO GARRITANO  
DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PAULO EMILIO PIMENTEL UZÊDA

UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.

VALKIRIA NAKAMASHI

UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

R.G. nº: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

R.G. nº: \_\_\_\_\_

Ata de R.P. nº 14/2022

Processo Administrativo Nº 11629/2021

Validade: 27/03/2023

LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Ao vigésimo oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Municipalidade de Maricá, através do Órgão Gerenciador de Registro de Preços, integrante da Divisão de Compras, situado na Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº, Caxito, nesta Cidade, aqui representado, nos termos do Decreto Municipal nº 158/2018, por PAULO CESAR REGO GARRITANO portador (a) do R.G 058846577/DICRJ e inscrito (a) no CPF sob nº 929.610.617-68, e a empresa BR COPI COMERCIO DE INFORMATICA LTDA, situada na Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 1480 – Sala 241 – Centro- Nova Iguaçu/RJ –, CEP 26.220.060, CNPJ: 11.537.627/0001-00 neste ato representado por seu representante legal VALMIR DOS SANTOS OLSEVERE, portador do RG nº 13.054.794-6 – Detran/RJ e inscrito no CPF sob nº 130.557.907-07 com e-mail contatobrcopi@gmail.com e com telefone (21) 97179-4974 nos termos do Decreto Municipal nº 611/2020, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls. 1122 a 1129, HOMOLOGADA às fls. 1156 ambas do processo administrativo nº 11629/2021, referente ao Pregão Presencial nº 02/2022.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do(s) item (ns) dela constante (s), nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do Decreto Municipal nº 611/2020.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	SERVIÇO DE PLOTAGEM DE VEÍCULOS – Veículos correspondentes aos itens 1, 2, 3, 8, 9, 10 e 11. (O veículo deve ser envelopado, conforme arte em anexo).	UNID	127	R\$ 975,00	R\$ 123.825,00
VALOR TOTAL					R\$ 123.825,00

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a diretoria requisitante para assinatura do contrato

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade, devendo a documentação ser entregue à unidade requisitante.

3.4. O objeto da ata será executado nas unidades requisitantes, sendo o recebimento provisório, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e no Edital de Licitação.

3.4.1. A execução do serviço será acompanhada por fiscais, devendo a nota fiscal ou nota fiscal-fatura, estar acompanhada da cópia reprográfica da nota de empenho e contendo o detalhamento em valores unitários dos serviços prestados.

3.5. Se a qualidade do serviço prestado não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o serviço apresentar inconformidades que impeçam ou prejudiquem a sua função/destinação, a detentora deverá providenciar o refazimento do mesmo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Autarquia.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – Se a licitante vencedora se recusar a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência;

II - Multa moratória de 1,0 % (hum por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração

Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a Autarquia descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

5 - CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal nº 158/2018.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei nº 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feito mediante desconto de 0,033% ao mês, pro rata die

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Autarquia à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - Tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

72.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;  
7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4 A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

## 8 - CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular do órgão participante do presente registro:

- Diretoria Operacional de Administração e Finanças

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizados através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão às mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

## 9 - CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados ou enviados através de "fac-símile", deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.656/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5. O preço a ser pago pela Autarquia é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Autarquia nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à Autarquia toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.

## 10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. requisitar, via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação

cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente

ao objeto solicitado

10.2.3. observar as determinações do Decreto nº 158/2018.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas

10.3.4. em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas

10.3.5. ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, 28 de março de 2022.

PAULO CESAR RÉGO GARRITANO

DIRETOR OPERACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

VALMIR DOS SANTOS OLSEVERE

BR COPI COMERCIO DE INFORMATICA LTDA

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

R.G. nº: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

R.G. nº: \_\_\_\_\_

## DIRETORIA OPERACIONAL DE OBRAS INDIRETAS

Ata de R.P. nº 16/2022

Processo Administrativo Nº 10276/2021

Validade: 05/04/2023

### CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM GEOTÉCNICA

Ao sexto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, a Municipalidade de Maricá, através do Órgão Gerenciador de Registro de Preços, integrante da Divisão de Compras, situado na Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº, Caxito, nesta Cidade, aqui representado, nos termos do Decreto Municipal nº 158/2018, por GUSTAVO GONÇALVES CAMACHO portador (a) do R.G 09991819-5 IFP/RJ e inscrito (a) no CPF sob nº 077.580.237-97, e a empresa DSOARES EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, situada na Rua Raimundo Correia, nº 52, Bairro São Pedro, Belo Horizonte – MG – Cep: 30.330-090, CNPJ: 20.051.915/0001-33, neste ato representado por seu representante legal DANILO SOARES SIQUEIRA VIRGINIO, portador da RG nº 10.787.486, POLÍCIA CIVIL/MG, inscrito no CPF sob nº 086.204.646-71, com e-mail danilo@dsoares.com.br e com telefones (31) 2534-1988, (31) 3222-6500, (31) 98449-1988 e (31) 98417-9870, nos termos do Decreto Municipal nº 611/2020, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls. 794 a 798, HOMOLOGADA às fls. 808 ambas do processo administrativo nº 10276/2021, referente ao Pregão Presencial nº 04/2022.

### 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do(s) item (ns) dela constante (s), nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do Decreto Municipal nº 611/2020.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

Item	Especificação	Unid.	Quat.	Valor Unit	Valor Total
1	SONDAGEM A PERCUSSAO, EM TERRENO COMUM, COM ENSAIO DE PENETRACAO, DIAMETRO 3", INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALACAO DA SONDA EM CADA FURO	M	4.725,00	R\$ 75,00	R\$ 354.375,00
2	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPAMENTO E EQUIPE DE SONDAGEM E PERFURACAO A PERCUSSAO, COM TRANSPORTE ATE 50KM	UNID	52	R\$ 2.900,00	R\$ 150.800,00
3	SONDAGEM ROTATIVA COM COROA DE DIAMANTE, EM ALTERACAO DE ROCHA, DIAMETRO EX (35MM), INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALACAO DA SONDA EM CADA FURO	M	1060,00	R\$ 527,99	R\$ 559.669,40
4	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPAMENTO E EQUIPE DE SONDAGEM E PERFURACAO ROTATIVA, COM TRANSPORTE ATE 50KM	UNID	8	R\$ 8.000,00	R\$ 64.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 1.128.844,40

### 2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pre-

tendido, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

### 3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a diretoria requisitante para assinatura do contrato

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade, devendo a documentação ser entregue à unidade requisitante.

3.4. O objeto da ata será executado nas unidades requisitantes, sendo o recebimento provisório, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e no Edital de Licitação.

3.4.1. A execução do serviço será acompanhada por fiscais, devendo a nota fiscal ou nota fiscal-fatura, estar acompanhada da cópia reprográfica da nota de empenho e contendo o detalhamento em valores unitários dos serviços prestados.

3.5. Se a qualidade do serviço prestado não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o serviço apresentar inconformidades que impeçam ou prejudiquem a sua função/destinação, a detentora deverá providenciar o refazimento do mesmo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Autarquia.

### 4 - CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – Se a licitante vencedora se recusar a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

I - Advertência;

II - Multa moratória de 1,0 % (hum por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a Autarquia descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

### 5 - CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal nº 158/2018.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplemento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei nº 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciará-se à a contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, pro rata die

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade

anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

### 6 - CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Autarquia à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### 7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

#### 7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - Tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### 7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.2.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3 A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4 A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

### 8 - CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular dos órgãos participantes do presente registro:

- Diretoria Operacional de Obras Indiretas.

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizados através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão às mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

### 9 - CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados

ou enviados através de “fac-símile”, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.656/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5. O preço a ser pago pela Autarquia é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Autarquia nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à Autarquia toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de

lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.

### 10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a



realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. requisitar, via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação

cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente

ao objeto solicitado

10.2.3. observar as determinações do Decreto nº 158/2018.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas

10.3.4. em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas

10.3.5. ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, 06 de abril de 2022.

GUSTAVO GONÇALVES CAMACHO

DIRETOR OPERACIONAL DE OBRAS INDIRECTAS

DANILO SOARES SIQUEIRA

DSOARES EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

R.G. nº: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

R.G. nº: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA OPERACIONAL DE PARQUES E JARDINS**

EXTRATO DO CONTRATO N.º 80/2022, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3487/2022. PARTES: AUTARQUIA DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR E VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA.

OBJETO: CONTRATO DE FORNECIMENTO, PLANTIO, MANUTENÇÃO E TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE PAISAGISMO, CONFORME E ESPECIALMENTE O DISPOSTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2022 (REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8247/2021, ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 50/2021).

VALOR: R\$ 3.760.149,28 (TRÊS MILHÕES, SETECENTOS E SESSENTA MIL, CENTO E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL N.º 8666/93, LEI COMPLEMENTAR N.º 306, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018, DECRETO MUNICIPAL N.º 158/2018, SUAS ALTERAÇÕES E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES;

PROGRAMA DE TRABALHO: 63.01.15.452.0060.2422;

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00;

ORIGEM DO RECURSO: 206; 236;

NOTA DE EMPENHO: 314/2022; 315/2022;

DATA DE ASSINATURA: 30/03/2022

MARICÁ, 30 DE MARÇO DE 2022.

FRANCISCO DE ASSIS IGNÁCIO LAMEIRA

DIRETOR OPERACIONAL DE PARQUES E JARDINS – SOMAR

PORTARIA N.º 80, DE 30 DE MARÇO DE 2022.

DESIGNA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 80/2022 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3487/2022.

O DIRETOR OPERACIONAL DE PARQUES E JARDINS – SOMAR, no uso de suas atribuições legais, em observância ao art. 22, §4º do decreto 158/2018 e Art. 3º, VIII do Decreto Municipal nº 086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 80/2022.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento do contrato nº 80/2022, cujo objeto é o CONTRATO DE FORNECIMENTO, PLANTIO, MANUTENÇÃO E TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE PAISAGISMO, conforme e especialmente o disposto na Ata de Registro de Preços nº 07/2022 (referente ao Processo Administrativo nº 8247/2021, através do Pregão Presencial nº 50/2021).

1 PRICIELLE FAQUETIM DOS SANTOS – Matrícula 500.062

2. ANDRÉ LUCAS MARQUES SOBRAL PEREIRA – Matrícula nº 500.342

3. THALIA PEREIRA DA SILVA – Matrícula 500.019

SUPLENTE: JOSÉ ANTONIO DE SOUZA CASTRO – Matrícula N.º 500.024

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 30/03/2022.

Publique-se.

Maricá, 30 de março de 2022.

FRANCISCO DE ASSIS IGNACIO LAMEIRA

DIRETOR OPERACIONAL DE PARQUES E JARDINS – SOMAR

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 04/2021 – RESULTADO PROPOSTA TÉCNICA

Processo Administrativo n.º 14058/20201

A Presidente da CPL da Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá informa o resultado de CLASSIFICAÇÃO das Propostas Técnicas da Concorrência Pública supracitada que tem por objeto: Contratação de serviços de publicidade e propaganda, planejamento de comunicação e marketing, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceitualização, a concepção, a criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade, em meios analógicos e digitais:

Empresas	Pontuação	Status
BCA PROPAGANDA LTDA	100,00	CLASSIFICADA
AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA	85,30	CLASSIFICADA

Dessa forma, fica desde já aberto o prazo recursal, conforme disposto no art. 109 da lei 8.666/93.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ – SOMAR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 03/2022 – RESULTADO DE HABILITAÇÃO

Processo Administrativo n.º 11787/2021

A Presidente da CPL da Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá informa o resultado de habilitação da Concorrência Pública supracitada que tem por Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de urbanização de diversos logradouros de Itaocaia Valley – Bacia 1:

EMPRESAS	RESULTADO	MOTIVO
CONSÓRCIO ECONORTE CMSA – ITAOCAIA VALLEY – BACIA 1	HABILITADA	ATENDEU A TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL.
CONSÓRCIO ITAOCAIA VALLEY	HABILITADA	ATENDEU A TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL.
CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA EIRELI	HABILITADA	ATENDEU A TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL.
OCTAGONAL COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI	HABILITADA	ATENDEU A TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL.
SAGA CONSTRUTORA LTDA	INABILITADA	APRESENTOU BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020, NÃO APRESENTOU A DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA OU DE DECLÍNIO DE PROCEDER-LA E NÃO ATENDEU AOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, CONFORME RELATÓRIO EM ANEXO.
SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.	HABILITADA	ATENDEU A TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL.
TOP IMPERIAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	INABILITADA	NÃO ATENDEU AOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, CONFORME RELATÓRIO EM ANEXO E APRESENTOU DOCUMENTOS SEM AUTENTICAÇÃO.



PREFEITURA DE  
**MARICÁ**

AGENCIUM

**OCUPAR  
E CONSTRUIR  
EM ÁREA  
PÚBLICA  
É CRIME**

**UMA HORA  
A CASA CAI**

**LEI MUNICIPAL  
Nº 77/1978**

**SUJEITO A  
DEMOLIÇÃO  
DO IMÓVEL  
E MULTA.**

Moradia digna é direito do cidadão e a prefeitura trabalha para garantir as melhores condições para todos com programas sociais e políticas de habitação. Mas tem gente que insiste em construir em áreas públicas, prejudicando o meio ambiente e colocando em risco a própria vida. Ocupar e construir em área pública é crime e prevê a demolição do imóvel. Evite transtornos, procure a prefeitura.